

MARIA DE LURDES RIBEIRO FERNANDES GUERREIRO

A BIBLIOTECA PÚBLICA EM PORTUGAL E A UNIVERSALIZAÇÃO  
DO CONHECIMENTO: COMPETÊNCIAS BIBLIOINCLUSIVAS

Orientador: Professor Catedrático Doutor José A. Bragança de Miranda

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2019

MARIA DE LURDES RIBEIRO FERNANDES GUERREIRO

A BIBLIOTECA PÚBLICA EM PORTUGAL E A UNIVERSALIZAÇÃO DO  
CONHECIMENTO: COMPETÊNCIAS BIBLIOINCLUSIVAS

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 30/09/19, perante o júri, nomeado pelo Despacho de nomeação nº 227/2019 de 19 de setembro de 2019, com a seguinte composição:

**Presidente:** Professor Doutor Rui Carlos de Lemos Correia Estrela (ULHT)

**Arguente:** Professor Doutor Manuel da Costa (ULHT)

**Orientador:** Professor Doutor José A. Bragança de Miranda (ULHT)

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2019

## EPÍGRAFE

"[...] entrara ali para me ocupar, suponhamos, do empirismo inglês e em vez disso começo a seguir o rasto dos comentadores de Aristóteles, engano-me no andar, entro numa zona em que suspeitava que pudesse vir a entrar de medicina, mas de repente encontro obras de Galeno, portanto com referência filosóficas. A biblioteca converte-se, neste sentido, numa aventura".

(Eco, 1987, p. 32).

“A leitura é uma necessidade biológica da espécie”

(Umberto Eco)

#### DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de investigação e reflexão, de propostas e desafios na biblioinclusão, à causa da tiflologia em ciência e nas boas práticas inclusivas, para a conceção de mais um caminho na inclusão em equidade.

## AGRADECIMENTOS

. Aos meus queridos pais e irmãos que, nesta caminhada da vida, sempre me deram como mote: “Tu aprendes bem, sais ao avô”. O meu avô António Fernandes ensinava adultos a ler e a escrever, lia e escrevia as cartas, de quem não sabia ler nem escrever, todos os Domingos, para os Missionários da aldeia da Figueira e imediações da Sobreira Formosa, no concelho de Proença-a-Nova, que estavam em África. Acompanhava “as situações que pediam orientação em tribunais”, o caso de “órfãos, que precisavam da ajuda do Estado”, são, entre muitas, algumas constatações que o meu pai me contava e que a minha mãe me continua a contar. Foi junto aos meus avós paternos que nasci e cresci, até à idade de sete ou oito anos, numa casa de xisto, construída em 1910, lugar em que eu muito gostaria de perpetuar a memória do saber e do ajudar a compreender a cultura daquela época, neste povo e arredores.

. À minha querida prima Maria do Rosário que, residindo em Lisboa e onde, em sua casa, desde os meus quinze anos, me acarinhou, ensinou e ajudou a crescer nesta grande Cidade, com a sua Família.

. Existem ‘pinceladas’ afetivas (factos e circunstâncias) que nos ‘cuidam’ e que nos dão ‘laços’ de orientação e rumo ao longo da nossa caminhada na vida, a Ana Neto e os seus pais (D. Perpétua e Senhor Neto), a Zulmira Vieira e Família, a Judite Lourenço e Família, a Alice Pinto e a sua mãe, amigos e colegas que me incentivaram a sonhar, a acreditar e a lutar... As queridas e frutíferas lembranças que, de momento e a propósito, me ocorrem evocar como gratidão.

. Aos meus queridos Professores, desde a infância até à atualidade, que me ensinaram e ajudaram a aprender, a crescer e a triunfar num espírito de dignidade e equidade humana.

. Ao Augusto Deodato (meu esposo) e aos nossos dois queridos e lindos filhos, por me fazerem acreditar e nunca desistir. Tenho, com a minha querida ‘metade’, um seguro leme de orientação e direção, de reciprocidade em dignidade no sonhar sonhos possíveis, nas sensatas viagens e conquistas na vida, com o fecundo impulso e ajuda dos nossos dois maravilhosos botões biológicos, o Ruben Deodato e o Samuel Deodato.

. Ao meu muito querido e ilustre Professor Catedrático Doutor José A. Bragança de Miranda (que também nos deu a grande felicidade de ter sido o Orientador do Doutoramento e Agregação da minha ‘alma gémea’), pela sua doura Orientação (e admirável tolerância

compreensiva no sugerir e no aguardar resultados finais) e, ainda, pela sua douta paciência no anseio de ver entregue, nas suas mãos, uma tão demorada concretização de expectativas.

O meu Eterno Obrigado.

## RESUMO

O conhecimento é um bem público, razão por que deverá estar acessível a todos os cidadãos, sem exceções. Neste sentido, a Biblioteca Pública (BP), bem como todas as demais tipologias de biblioteca, encaradas no seu conjunto como repositórios inclusivos do pensamento e do conhecimento, deverão estar apetrechadas com os adequados recursos humanos e tecnológicos, de acessibilidade e usabilidade no espaço físico, incluindo o pavimento tátil, para poderem corresponder às necessidades de leitura, pesquisa e investigação de todos os utilizadores/clientes (ver Apêndice I), independentemente das dificuldades de cada um.

É nesta perspetiva que pretendemos desenvolver a nossa reflexão investigativa, com especial enfoque na Biblioteca Pública e no seu comportamento em equidade para com os utilizadores/clientes cegos e com baixa visão e normovisuais, mas fazendo uma sucinta viagem pelas primeiras bibliotecas de Portugal, desde as origens da BGUC, BNP, BPMP, até à atualidade, com incidência nos conceitos de BPM, BPI, BI e Biblioinclusão, Bibliotecas web e sem fronteiras, visando uma universalização do conhecimento, apontando e explicitando a necessidade de implícitas competências biblioinclusivas a desenvolver para atingirmos esse objetivo, como Dissertação de Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, a defender no Departamento de Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

**Palavras-chave:** Biblioteca Pública e Universalidade; Biblioinclusão; Competência Biblioinclusiva; Acessibilidade e Usabilidade; Equidade e Inclusão.

## **ABSTRACT**

Knowledge is a public good, which should be accessible to all citizens, without exception. In this sense, the Public Library, as well as all other types of library, viewed as a whole as repositories of thought and knowledge, should be fitted with the appropriate human and technological resources, accessibility and usability to meet the needs of research and investigation of all users regardless of the difficulties of each.

It is in this perspective that we intend to develop our investigative reflection, with a special focus on Public Library, but making a brief journey through the first libraries in Portugal, from the origins of BGUC, BNP, BPMP, to the present day, focusing on the concepts of BPM, BPI, BI and Biblioinclusão, aiming at Inclusive Universality as research work in UCs MTPI and TSC for review at the MCATA / ECATI / ULHT.

**Keywords:** Public Library; Biblioinclusão; Accessibility; Usability; Universality

## ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ALDV - Área de Leitura para Deficientes Visuais

APEC - Associação Promotora do Ensino dos Cegos

APEDV - Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais

BCCML - Biblioteca para Cegos da Câmara Municipal de Lisboa

BGUC - Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra BI -

Biblioteca Inclusiva

BMC - Biblioteca Municipal Camões

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

BP - Biblioteca Pública

BPI - Biblioteca Pública Inclusiva

BPM - Biblioteca Pública Municipal

BPMP - Biblioteca Pública Municipal do Porto

BS - Biblioteca Sonora

CPLC - Centro de Produção do Livro para o Cego

CPM - Centro de Produção de Material

CPT – Centro Português de Tiflogia

DC - Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa

DCC - Departamento de Ciências da Comunicação

ECATI - Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da

Informação FNSE - Fundação Nossa Senhora da Esperança

GRC - Gabinete de Referência Cultural: Pólo Interactivo de Recursos Especiais

ICBR - Instituto de Cegos Branco Rodrigues INR - Instituto Nacional para a

Reabilitação, I.P.

LBR - Lar Branco Rodrigues

MCATA - Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio

MTP - Museu Tiflológico Português

MTPI - Metodologia e Técnicas de Pesquisa e Investigação

RNOFA – Repositório Nacional de Objetos em Formatos Alternativos

SNR - Secretariado Nacional de Reabilitação

SNRIPD - Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência

TSC - Teorias e Sistemas de Comunicação

UC - Universidade de Coimbra

ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

## ÍNDICE GERAL

EPÍGRAFE.....	3
DEDICATÓRIA.....	4
AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO.....	7
ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS.....	9
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO, ESTRUTURA INVESTIGACIONAL E METODOLÓGICA	17
I.1. Marco Teórico e Enquadramento Investigacional.....	17
I.1.1. Apresentação e contextualização do problema.....	20
I.1.2. Contextualização investigacional.....	23
I.1.3. A questão da investigação e suporte legislativo.....	24
I.2. Objetivos da investigação.....	27
I.2.1. Método de análise utilizado.....	29
I.2.2. Estrutura Metodológica e Investigacional.....	35
CAPÍTULO II - AS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL.....	40
II.1. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.....	40
II.2. Biblioteca Nacional de Portugal.....	42
II.3. Biblioteca Pública Municipal do Porto.....	44
CAPÍTULO III - BIBLIOTECA E BIBLIOINCLUSÃO: SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E DE UTILIZAÇÃO EM PORTUGAL.....	46
III.1. Biblioteca da Associação Promotora do Ensino dos Cegos - Instituto António Feliciano de Castilho.....	46
III.2. Biblioteca e Centro Português de Tiflogia (CPT), Casa da Tiflogia e Museu Tifológico Português da Fundação Nossa Senhora da Esperança.....	48
III.3. Biblioteca do Instituto Branco Rodrigues.....	51
III.4. Biblioteca da Associação de Beneficência Luís Braille.....	56
III.5. Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille.....	57
III.6. A Primeira Biblioteca Pública para Pessoas Cegas em Portugal.....	58
III.6.1. A primeira biblioteca inclusiva em Portugal.....	63
III.6.2. Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais.....	64
III.6.2.1. Atividades de extensão cultural.....	68
III.6.2.2. «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa».....	69

III.6.2.3. Conversas na Biblioteca e Quartas Culturais do GRC da Câmara Municipal de Lisboa	70
III.6.2.4. Forum Interactivo Inclusivo "o Mundo da Vida" do GRC da Câmara Municipal de Lisboa.....	72
III.7. Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal .....	78
III.8. Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto .....	80
III.9. Biblioteca do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.....	82
<b>CAPÍTULO IV - FUNÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, ARGUMENTAÇÃO E COMPETÊNCIAS BIBLIOINCLUSIVAS.....</b>	<b>84</b>
IV.1. Função da Biblioteca Pública	84
IV.2. Competências Biblioinclusivas .....	92
IV.3. Argumentação .....	93
<b>REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>101</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEB-GRÁFICAS.....</b>	<b>109</b>
1. Bibliografia Citada .....	109
2. Bibliografia Consultada.....	116
3. Web-Grafia Citada .....	118
4. Web-Grafia Consultada.....	118
<b>APÊNDICES E ANEXOS .....</b>	<b>I</b>
<b>APÊNDICE I - Serviços/Estabelecimentos com Produção e/ou Utilização de Documentos para Leitura Especial em Portugal .....</b>	<b>II</b>
<b>ANEXO I - Conferência Nacional o Som e a Informação (Resoluções/Recomendações sob a presidência do Professor Doutor José A. Bragança de Miranda) .....</b>	<b>XI</b>
<b>ANEXO II - Os Deficientes Visuais e a Leitura.....</b>	<b>XVI</b>
<b>ANEXO III - Repositório Nacional de Objetos em Formatos Alternativos (RNOFA). XXII</b>	
<b>ANEXO IV - Os Media Portugueses na Internet: Acessibilidade dos conteúdos Web da imprensa escrita, radiofónica e televisiva segundo as WCAG 1.0 do W3C. xos(Identificação os principais Requisitos Técnicos), Setembro 2011, Trabalho realizado por Jorge Fernandes .....</b>	<b>XXVI</b>

## INTRODUÇÃO

Todo o conhecimento é um bem público. Por isso, todas as pessoas (crianças, adolescentes, jovens, adultos e seniores, independentemente da natureza das suas dificuldades) devem ter acesso ao conhecimento. Assim, tendo em conta o facto de todo o tipo de conhecimento constituir um bem público, e por essa razão dever estar acessível a todos os cidadãos, todas as tipologias de biblioteca, sejam fixas e/ou online (e consideradas fontes dinamizadoras e difusoras de conhecimento), também, em termos de acessibilidade e usabilidade, deverão estar apetrechadas com os adequados recursos humanos e tecnológicos para igualmente poderem corresponder às necessidades de leitura, pesquisa e investigação de todos os utilizadores/clientes, em especial, tendo em conta o objeto da nossa Dissertação, das pessoas cegas e com baixa visão e normovisuais, sempre obedecendo aos princípios da inclusão em equidade.

Numa biblioteca assim concebida, também não poderá existir na mesma nenhum tipo de impedimento no acesso à informação e à cultura, à educação, à formação e à ciência, bem como às suas atividades de extensão cultural, numa abrangência polinomial biblioteca+escola+meio+sociedade. Os acervos documentais, os equipamentos e instrumentos de pesquisa, a informática documental, os edifícios e a respetiva localização, tudo, no seu conjunto, terá de obedecer a características inclusivas observáveis na escolha do local e espaço para construção das instalações da biblioteca. Da mesma forma, essas características deverão estar presentes na arquitetura do edifício (no acesso ao mesmo e no seu interior), nos recursos específicos e devidamente adaptados à universalidade de respostas que surgem, a criar e a dar a todos os tipos de utilizador, no que se refere à sua independência e autonomia na pesquisa e consulta de todos os documentos, dentro do edifício e em linha até além-fronteiras.

O corpo do trabalho divide-se em quatro etapas sequenciais, estabelecendo-se um itinerário incidente na argumentação, alguns conceitos e contextos exploratórios, questão de partida, enquadramento teórico e metodológico, estrutura metodológica e científica, equacionando quatro Capítulos no desenvolvimento e enfoque da questão de partida:

Capítulo I (que constitui o marco teórico, estrutura investigacional e metodológica), precisamente incidindo no marco teórico e enquadramento investigacional; na apresentação e contextualização do problema; contextualização investigacional; questão

da investigação de partida e suporte legislativo; objetivos da investigação; método de análise utilizado; estrutura metodológica e investigacional.

Capítulo II (referente às primeiras Bibliotecas Públicas em Portugal), passando pelas Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Capítulo III (abordando a biblioteca e biblioinclusão, bem assim os principais serviços de produção e utilização em Portugal), neste contexto enquadrando a Biblioteca da Associação Promotora do Ensino dos Cegos - Instituto António Feliciano de Castilho; a Biblioteca e Centro Português de Tiflogia, Casa da Tiflogia e Museu Tifológico Português da FNSE; a Biblioteca do Instituto de Cegos Branco Rodrigues; a Biblioteca da Associação de Beneficência Luís Braille; o Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille; a primeira Biblioteca Pública para pessoas cegas em Portugal; a primeira Biblioteca Inclusiva em Portugal; o Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais (GRC); atividades de extensão cultural; "Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa"; "conversas na Biblioteca" e "quartas culturais" do GRC da Câmara Municipal de Lisboa; «forum interativo inclusivo "o Mundo da Vida"» do GRC da Câmara Municipal de Lisboa; Área de Leitura para Deficientes Visuais e RNOFA da Biblioteca Nacional de Portugal; Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto; Biblioteca do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Capítulo IV (aludindo à Biblioteca Pública e argumentação justificativa das competências biblioinclusivas), precisando a função da Biblioteca Pública na argumentação e enquadramento, no seu funcionamento, das competências biblioinclusivas.

Ao longo desta investigação, passaremos por alguma discussão de resultados e chegaremos a consequentes reflexões e considerações finais, procurando cumprir o nosso objeto de estudo.

É nesta perspetiva que pretendemos fazer e partilhar a nossa reflexão, com base numa revisitação e revisão bibliográfica e web-gráfica e na observação de algumas boas práticas em equidade no domínio da Biblioteca Pública e de Serviços de produção e utilização especiais, enquadramento histórico e fundamentação, seguindo uma metodologia qualitativa e descritiva, por acharmos ser esta a mais adequada ao tipo de trabalho por que optamos em relação ao tema escolhido para esta Dissertação. Concluímos com algumas

reflexões e considerações finais, que entendemos como conducentes ao desenvolvimento e implementação de capacidades e competências biblioinclusivas para os profissionais de informação, documentação e comunicação (ver Apêndice I) em Portugal e, quem sabe, além-fronteiras.

Neste processo, envolvemos os conceitos exploratórios de Biblioteca Pública (BP) e Biblioteca Pública Municipal (BPM), Biblioinclusão e Biblioteca Inclusiva (BI), Biblioteca e Desenvolvimento Sociocognitivo e Biblioteca e Universalização do Conhecimento, com especial enfoque na Biblioteca Pública, a tipologia que escolhemos para o nosso objeto de estudo e consequente elaboração desta Dissertação de Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio, cujo grau deverá ser conferido pela ULHT. Esta abordagem subordina-se ao tema "A Biblioteca Pública e a Universalização do Conhecimento: Competências Biblioinclusivas", reflexão esta que, para nós, representa um agradável e confortável trabalho académico e científico, tendo em conta o saber que temos vindo a acumular há mais de três dezenas de anos, a trabalhar em Arquivos e Bibliotecas, também com responsabilidades organizativas nestas áreas. Seguimos, na normalização bibliográfica, o Sistema APA (adotado na ULHT, num compositum que nos remete para o Sistema Harvard) e, na redação da investigação, o novo acordo ortográfico.

**CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO, ESTRUTURA INVESTIGACIONAL E  
METODOLÓGICA**

## CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO, ESTRUTURA INVESTIGACIONAL E METODOLÓGICA

### I.1. Marco Teórico e Enquadramento Investigacional

Neste capítulo, concentramo-nos no marco teórico e enquadramento teórico-empírico, com enfoque na apresentação e contextualização do problema ou questão de partida, cuja formulação da abordagem investigacional é a seguinte:

- Em que medida as competências biblioinclusivas podem promover a inclusão na Biblioteca Pública e a universalização do conhecimento para todos?

A Biblioteca Pública e a Biblioteca Pública Municipal poderão desempenhar um papel biblioinclusivo muito importante em Portugal (e no mundo), desde que se habilitem os profissionais de informação, documentação e comunicação (ver Apêndice I) com a adequada formação em competências específicas para que, no desempenho das suas funções na missão social e cultural, informativa, educativa e formativa nesta tipologia de bibliotecas, as possa levar a cumprir, com o rigor desejável, um trabalho conducente à universalização do conhecimento para todos os cidadãos, dando lugar ao desenvolvimento humano e do progresso em geral, colocando-se nesse processo, de forma inseparável, as questões da acessibilidade e da usabilidade. É neste sentido que também procuraremos verificar se a adequada utilização das tecnologias de apoio na Biblioteca Pública constitui uma mais-valia nos Serviços de leitura e informação, de pesquisa e atividades de extensão cultural, local e *online*, para as pessoas cegas e com baixa visão no seu dia-a-dia.

- Se as medidas instituídas ao nível das tecnologias de apoio em Portugal têm correspondido às necessidades das pessoas com défice visual nas Bibliotecas Públicas e se lhes têm garantido as condições de acessibilidade e usabilidade, bem como facilitado a participação social.

- Se o desempenho trinomial "Biblioteca-Escola-Meio" da Biblioteca Pública se pode traduzir em eficácia biblioinclusiva.

Alicerçamos nesta questão de partida alguns conceitos exploratórios e revisitamos a bibliografia e web-grafia que nos parece mais substancial para a nossa investigação, enquadramento histórico e fundamentação teórica. Ao longo da nossa abordagem, passaremos pelos conceitos de BP e BPM, BI e Biblioinclusão, com base nas fontes de informação indicadas em Referências Bibliográficas e Web-Gráficas.

Também nos procuraremos enquadrar em princípios de rigor metodológico e científico, quanto à clareza e objetividade, coerência e sequencialização da nossa reflexão sobre as diferentes tipologias por que passa o conceito de biblioteca, mas ficando-nos pelo conceito de Biblioteca Pública, enquanto lugar repositório e de divulgação do conhecimento em geral escrito nos diferentes suportes e formatos (que deverá ser inclusivo) do pensamento, num propósito de reunir, tratar tecnicamente e difundir esse conhecimento in loco ou a distância e sem fronteiras, numa perspetiva inclusiva tão alargada e acessível quanto o nosso imaginário inclusivo possa alcançar. Revisitamos, neste trabalho, a literatura alusiva às três bibliotecas mais antigas em Portugal e às principais bibliotecas digitais e *online* no nosso país e no mundo, bem como sobre o conceito de biblioinclusão, na abordagem que fazemos dentro das nossas possibilidades, como trabalho académico e científico para os fins em vista. Mas a incidência desta investigação é no nosso País.

De entre os diferentes tipos de biblioteca, a biblioteca pública é aquela que poderá ir ao encontro da generalidade dos cidadãos, incluindo os com desvantagens aos mais diversos níveis, desde que apetrechada com os necessários e adequados recursos humanos e tecnológicos, incluindo os multimédia. Pensamos ser este o paradigma mais presente numa alargada interatividade humana, no plano cultural e intelectual, de modo a tornar a biblioteca inclusiva de todos os cidadãos, com especial preparação também para as pessoas com necessidades visuais e no plano da sua mobilidade e orientação. Tentamos, com a elaboração deste trabalho, corresponder à denominação e objetivos das nossas intenções inclusivas.

A UNESCO define a biblioteca pública como "uma instituição democrática de ensino, cultura e informação", mas convém lembrar que o conceito de biblioteca no mundo - desde a civilização suméria, na Mesopotâmia, com o rei Assubarnípal, que chegou a possuir na sua biblioteca mais de vinte mil pranchas pictografadas (Guerreiro, 2014) - sofreu ao longo dos tempos oscilações várias, quase sempre em consequência das condições sociais, culturais, políticas e económicas dos regimes mais ou menos abertos à comunicação e à divulgação de informação. Outro fator de peso para estas oscilações está associado à

rápida evolução tecnológica e consequente desenvolvimento da informática documental, esforçando-se a biblioteca pública por acompanhar, complementar ou compatibilizar-se com o incremento da cultura na mais alargada aceção, mesmo a mediática e a cibercultural. Hoje já existem as bibliotecas virtuais, acessíveis on-line em qualquer parte do mundo (Guerreiro, 2001 e 2012).

Foi neste sentido que a UNESCO elaborou e difundiu até hoje três Manifestos sobre Bibliotecas Públicas: o primeiro em 1949, o segundo em 1972 e o terceiro em 1994. Foi também em junho de 1994 que, sob o patrocínio da UNESCO, surgiu a tão importante "Declaração de Salamanca", aprovada por 92 governos, incluindo Portugal, e 25 organizações internacionais. Assim se procurou fazer com que os estabelecimentos de ensino passassem a estar munidos dos meios adequados para garantirem aos alunos com deficiência as mesmas oportunidades de aprendizagem que são oferecidas aos estudantes escorreitos. Foi neste contexto que também surgiu a Carta das Cidades Educadoras na Europa (que se pretendem inclusivas), cujos trabalhos se iniciaram em 1990 e que assumem particular e relevante decisão a partir de 1995, em Barcelona (Guerreiro, 2015). Sobre as Cidades Educadoras, cabe aqui referir o significativo contributo científico de Domingos Rasteiro, na sua Tese de Doutoramento defendida em setembro de 2017, na Universidad de Extremadura/Badajoz, que também indicamos em Bibliografia Consultada.

A inclusão na sociedade assume hoje reconhecidamente um valor universal, sendo por isso recomendável que as bibliotecas públicas promovam a sua progressiva transformação em bibliotecas inclusivas mediante a supressão de barreiras, disponibilizando em suportes e formatos acessíveis toda a informação necessária e atendendo o utilizador com uma postura capaz de eliminar ou atenuar, tanto quanto possível, as limitações resultantes de deficiências sensoriais ou físicas. "Vontade, empenho, solidariedade humana (mesmo no plano tecnológico-mediático) no ajuste das bibliotecas e da sociedade aos cidadãos com necessidades específicas deverá ser a atitude (sobretudo cultural) determinante de todos nós, sem exceções." (Guerreiro, 2000b, p. 10). A Biblioteca deve ser encarada como "Laboratório de Ciência Viva" (Raul Proença, citado por Guerreiro, 2000b, p. 12) de investigação e desenvolvimento, assumindo uma universalidade do saber inclusivo (Guerreiro, 2011 e 2012).

É com base nesta vertente exploratória que pretendemos desenvolver, no nosso possível aprofundamento teórico-empírico, nos limites que se prendem com a nossa

envolvência pessoal e institucional na definição de conceitos alusivos à deficiência e de estudos e resoluções conducentes ao equacionamento de soluções apropriadas a cada tipologia da deficiência, em especial do défice visual, tendo em conta o enfoque do nosso objeto de estudo.

### I.1.1. Apresentação e contextualização do problema

Desde a imanência pensante até à atualidade, o homem tem vindo a evoluir no seu processo comunicacional, de relacionamento e interação social, passando por sucessivas etapas da comunicação até àquela que hoje é mediatizada tecnologicamente e que se pode efetuar num alcance sem fronteiras. Nesta perspetiva, é principalmente desde a década de 40 do século XX que a tecnologia começa a proporcionar ao homem novas formas de comunicação e de trabalho, de ensino-aprendizagem e de socialização, eliminando distâncias aos mais diversos níveis e, assim, mudando o paradigma comunicacional, permitindo-lhe o desenvolvimento das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação), também já num mundo virtual, ter formas diferentes de relacionamento e interação.

Assistimos a duas gerações na Internet, a Web 1.0 ou velha Web (a primeira), e a Web 2.0 (a nova Web). A primeira geração da Internet, cuja principal característica era a acessibilidade a uma vasta quantidade de informação, embora com limitações, visto que apenas permitia a leitura dos conteúdos. A conceção e manutenção dos sites restringia-se a quem pudesse suportar os custos e possuísse conhecimentos técnicos. Este cenário muda quando, em 2004, surge o conceito de Web 2.0. Este conceito caracteriza tecnologias e serviços que comportam especificidades colaborativas, interativas e dinâmicas, em que o consumidor passa também a produtor de conteúdos.

Assim, a segunda geração da Internet já nos traz a disponibilização de recursos que nos permitem criar conteúdos, publicá-los e alterá-los, facultando-nos possibilidades de classificação de materiais, dando-nos as condições necessárias para permutarmos mensagens em tempo real, e ainda a sindicância e agregação de conteúdos. Este fantástico *software* social permite-nos estabelecer ligações, dialogar e colaborar na construção de um novo conhecimento, numa dimensão ciberespacial e acrescentando cada vez mais valor ao já existente. O ponto central da Web 2.0 inclui a partilha, a reutilização, o enriquecimento da experiência do utilizador, o aperfeiçoamento contínuo, a confiança e o aproveitamento da

inteligência coletiva... mas as competências biblioinclusivas dos profissionais da informação não têm merecido das estruturas de ensino/profissionalização a desejável preocupação com a criação e implementação das ajustadas afinidades curriculares especiais e inclusivas, preparando esses profissionais para lidar com as diferentes dificuldades de cada utilizador e para poderem atender, em equidade de direitos e igualdade de deveres e oportunidades, todos os cidadãos, independentemente das suas desvantagens.

A aplicação das ferramentas da Web 2.0 nos serviços a prestar pela biblioteca faz surgir um novo conceito de biblioteca, a Biblioteca 2.0, fenómeno este que tem sido objeto de estudo de vários autores, como Maness, Margaix Arnal, Castells e Casey. Mas a questão biblioinclusiva tem ficado sempre fora do alcance destas inovações biblioteconómicas. De salientar que as novas ferramentas da Web tiveram impacto no serviço prestado pelas bibliotecas, o que tem obrigado os profissionais da informação a tentar compreender quais os modelos, métodos e tecnologias que podem ser adotados para melhorar o serviço da biblioteca e, sobretudo, quais os benefícios que as novas ferramentas podem trazer ao trinómio biblioteca-utilizadores/clientes-profissionais de informação, documentação e comunicação. As bibliotecas universitárias estão numa situação favorecida, no que respeita à utilização da Web 2.0, por serem locais privilegiados ao nível da investigação e exigência de constante acesso à informação atualizada, devendo estas corresponder às expectativas dos utilizadores/clientes, em termos de conteúdos informativos, inovação tecnológica e rapidez nas respostas pedidas. Neste sentido, o futuro sucesso das bibliotecas está dependente da capacidade e competência dos profissionais da informação, no acompanhamento do desenvolvimento das novas tecnologias, sendo capazes de as explorar positivamente e de integrar as inovações nos seus serviços, mantendo assim a liderança na descoberta de informação credível e atualizada.

No contexto da enunciação do problema no âmbito do marco teórico-empírico e da metodologia adotada para se encontrar uma resposta adequada à problemática em referência, foram investigadas as questões subjacentes ao problema, as quais estão intimamente relacionadas com os objetivos gerais e específicos que explicitamos adiante, neste Capítulo.

Ao longo desta Dissertação, realizada em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio da Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, subordinada ao tema "A Biblioteca Pública e a Universalização do Conhecimento: Competências Biblioinclusivas", refere-se a

problemática do défice visual, a cegueira e baixa visão, salientando-se a importância das competências biblioinclusivas no atual contexto nacional e que englobam os instrumentos, utensílios, equipamentos ou sistemas tiflotécnicos usados por pessoas com deficiência visual, especialmente produzidos ou disponíveis, que previnem, compensam, atenuam ou neutralizam a sua limitação funcional ou de participação social, na orientação e mobilidade, na independência e autonomia. Em nossa opinião, este será um processo que lhes faculte o desenvolvimento das suas potencialidades e competências ao nível de todo o seu processo educativo e formativo, desde uma hipotética intervenção precoce à formação profissional e natural inclusão sociocognitiva e socio laboral, facilitando-lhes a acessibilidade física e sociocomunicacional, bem como a plena usabilidade dos acervos documentais fixos e *online* em rede.

As tecnologias e os produtos de apoio, bem como os meios complementares de leitura, podem compensar ou atenuar as desvantagens das pessoas cegas e com baixa visão, favorecendo-lhes a independência e autonomia na acessibilidade e usabilidade da Biblioteca Pública, bem assim na sua participação social, nas atividades quotidianas, na vida comunitária e escolar, social e profissional, inclusive no seu bem-estar e qualidade de vida. Neste contexto, as tecnologias e produtos de apoio constituem um fator privilegiado de inclusão, no sentido da eliminação das obstruções ou barreiras sociocomunicacionais, designadamente as inerentes à reabilitação funcional e ao domínio da necessária mobilidade e orientação, garantindo-lhes a possibilidade de se deslocarem com independência e autonomia no seu quotidiano, no espaço circundante, com recurso a equipamentos específicos, como a bengala branca, e ao desenvolvimento de competências tiflopercepcionais e da suplência multissensorial (Guerreiro, 2015). Há ainda a destacar o diversificado material tiflotécnico para o domínio da escrita e da leitura, como a linha braille, as tecnologias informáticas, os leitores de ecrã (braille e voz), e todo o outro tipo de tecnologias de apoio suplementares, abrangendo um vasto horizonte de diversidades, essencialmente tiflotécnicas e tiflotecnológicas.

Os produtos técnicos e tecnológicos de apoio apresentam-se, assim, como recursos de primeira linha no universo das múltiplas respostas para a investigação e desenvolvimento dos programas de habilitação, reabilitação, formação e participação social das pessoas com défice visual, promovendo-lhes a garantia da equidade nos direitos de cidadania e na igualdade de circunstâncias e oportunidades no acesso à informação e no desempenho de

funções, como na consequente empregabilidade e sustentabilidade na vida. A Biblioteca Pública pode desempenhar neste domínio um papel culturalmente inclusivo, através da sua competência biblioinclusiva, desde que dotada dos profissionais e funcionários auxiliares devidamente especializados e sensibilizados para esse efeito.

### I.1.2. Contextualização investigacional

O domínio científico e tecnológico desta Dissertação de Mestrado centra-se nas nossas preocupações com a necessária investigação e desenvolvimento de equipamentos, instrumentos e apetrechos sociocognitivos que possam minimizar ou eliminar dificuldades na problemática subjacente ao défice visual. O desenvolvimento sociocognitivo, de relacionamento e interação das pessoas com esta problemática poderá depender, em grande medida, do usufruto da relevância das tecnologias e produtos de apoio, bem como dos ajustados e inerentes recursos humanos especializados, assim eliminando condicionantes e/ou impedimentos destes cidadãos, sobretudo no seu desempenho e participação social, na promoção do seu relacionamento e interação sociais, independência e autonomia, sociocomunicabilidade, equidade em direitos de cidadania, igualdade de oportunidades e qualidade de vida, numa perspetiva inovadora e criativa no acesso e uso da Biblioteca Pública.

O objetivo fulcral é conhecer as necessidades específicas da pessoa cega e com baixa visão na perspetiva da sua inclusão na Biblioteca Pública e, natural e culturalmente, na sociedade, bem como identificar em que medida a adequada utilização das tecnologias de apoio (também designadas ajudas técnicas) ou, face à legislação vigente atual, designadas por produtos de apoio, constitui uma mais-valia nas várias áreas da vida quotidiana dessas pessoas, ao nível familiar, profissional, no acesso à informação e comunicação, ao conhecimento e à cultura, garantindo-lhes o alargamento das já referidas condições de acessibilidade, igualdade de oportunidades e inclusão.

### I.1.3. A questão da investigação e suporte legislativo

Os dados desta abordagem fundamentaram-se, essencialmente, em informações provenientes de interlocutores privilegiados e, de entre estes, pessoas com défice visual, famílias e profissionais na área, bem como no recurso a consultas bibliográficas e web-gráficas, como à legislação existente sobre esta problemática que tem vindo a ser publicada na sequência das medidas preconizadas pela comunidade internacional (Associações tiflológicas, Governos, Organizações Não-Governamentais e Cidadãos), sobre a necessidade de garantir o efetivo respeito pela integridade, dignidade e liberdade individual das pessoas cegas e com baixa visão e de reforçar a não discriminação dos cidadãos com deficiência, através da publicação de normativos, políticas e programas que atendam especificamente às suas características e promovam a sua participação na sociedade como o consignado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Em Portugal, a entidade com competências sobre esta matéria é o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.), que é um Instituto Público integrado no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, cuja missão consiste em assegurar o planeamento, execução e coordenação das políticas nacionais destinadas a promover os direitos das pessoas com deficiência. No âmbito das suas competências cabe aqui referir, para além de outras, «proceder à coordenação da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, articulando com os organismos sectorialmente competentes» (Carvalho, 2007 e 2015 e Legislação em vigor) e «fiscalizar a aplicação da legislação relativa aos direitos das pessoas com deficiência» (Carvalho, 2007 e 2015). No que se refere à competência legislativa do INR, I.P., este organismo tem desenvolvido já uma extensa legislação na área das tecnologias de apoio, denominadas, no atual contexto legislativo "produtos de apoio".

Parafraseando Amaral (2015), na sua brilhante e aprofundada Tese de Doutoramento, indicada em Bibliografia Citada, o INR, I.P. dispõe da única Biblioteca especializada em Portugal, na temática da prevenção, habilitação, reabilitação e participação das pessoas com deficiência, com um acervo documental (património bibliográfico, web-gráfico, audiovisual e em braille) sobre diversificadas áreas temáticas, nomeadamente acessibilidade, integração/reabilitação profissional, necessidades educativas especiais, psicologia e sociologia da reabilitação, tecnologias de apoio, de entre outras. Para além de livros e

publicações periódicas, edições da sua linha editorial, legislação e materiais audiovisuais, existe um posto de leitura adaptado, dotado de linha braille e leitor de ecrã áudio, bem como uma base de dados bibliográfica e de legislação, consultável no local e *online*. O acervo bibliográfico científico do INR, I. P. também constitui uma importante referência para consubstanciar este nosso estudo. Na linha editorial do INR, I.P., foram colocados mensalmente no seu *site*, de agosto de 2009 a fevereiro de 2011, livros editados em texto integral, atividade editorial entretanto suspensa sobretudo por questões de ordem orçamental.

Procuramos refletir nesta investigação a nossa sensibilidade, motivação e conhecimento empírico nas problemáticas da deficiência, em especial da deficiência visual (essencialmente no que se refere à acessibilidade e usabilidade da Biblioteca Pública dotada de competências biblioinclusivas), devido ao contacto direto com pessoas com deficiência, também, de algum modo, com famílias e Organizações Não Governamentais (ONG's), vocacionadas para a defesa e promoção da equidade de direitos e igualdade de oportunidades e inclusão destas pessoas na sociedade, de modo natural e não apenas decretado. Por não caber a matéria deste subcapítulo diretamente no nosso estudo, mas sendo matéria que reforça a convicção que nos levou a optar pela especificidade do estudo em referência, colocaremos em Anexos informação que poderá vir a ser integrada numa investigação mais alargada, sobretudo no que diz respeito a boas práticas inclusivas em Portugal, incluindo essa prática na área dos media no nosso país. Por isso, colocamos em Anexos o Anexo IV [Os Media Portugueses na Internet: Acessibilidade dos conteúdos Web da imprensa escrita, radiofónica e televisiva segundo as WCAG 1.0 do W3C. (Identificação dos principais Requisitos Técnicos), Setembro 2011, Trabalho realizado por Jorge Fernandes].

Mais recentemente, temos vindo a colaborar na organização e secretariado do evento nacional, o Seminário Nacional (também com trabalhos apresentados no mesmo), que o Mestrado em Comunicação Alternativa e Tecnologias de Apoio tem vindo a organizar e a realizar desde 2009 (com tradução simultânea em Língua Gestual Portuguesa e disponibilização de textos em braille e em suporte digital), conforme passamos a indicar:

(2019). XI Seminário Nacional (II Internacional) / MCATA-DCC-CICANT/ECATI-ULHT «Musicografia Braille e Equidade na CPLP» (do qual resultou, subordinado ao

mesmo tema, um Livro de Atas publicado pelas Edições Universitárias Lusófonas).

Organizado e realizado na ULHT nos dias 28 e 29 de junho.

(2018). X Seminário Nacional / MCATA-DCC-ECATI-ULHT «Literacias, Tecnologia e Inclusão». Organizado e realizado na ULHT no dia 7 de junho.

(2017). IX Seminário Nacional (I Internacional) / MCATA-DCC-ECATI-ULHT / CPLP «As Pessoas Cegas e com Baixa Visão na CPLP: Educomunicação Inclusiva em Intervenção Precoce, Vida e Empregabilidade, Desafios e Propostas no Século XXI». Organizado e realizado na ULHT nos dias 1, 2 e 3 de junho.

(2016). VIII Seminário Nacional «Literacias Inclusivas e Tecnologias de Apoio: Impacto Educomunicacional no Direito à Participação Social e Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência». Organizado e realizado na ULHT no dia 16 de abril.

(2015). VII Seminário Nacional «Comunicação Inclusiva em Intervenção Precoce na Infância: Desafios e Propostas» (do qual resultou um Livro de Atas subordinado ao mesmo título, publicado pelas Edições Universitárias Lusófonas e com o apoio do CICANT). Organizado e realizado na ULHT no dia 18 de abril.

(2014). Vi Seminário Nacional «Educomunicação e Cultura Inclusivas». Organizado e realizado na ULHT nos dias 27 e 28 de junho.

(2013). V Seminário Nacional «Especificidades Comunicacionais na Educomunicação no Século XXI: Relacionamento e Interação no Desenvolvimento Humano Inclusivo». Organizado e realizado na ULHT nos dias 14 e 15 de junho.

(2012). IV Seminário Nacional «Comunicação e Cultura no Desenvolvimento Humano: Teorias e Boas Práticas Inclusivas». Organizado e realizado na ULHT nos dias 15 e 16 de julho.

(2011). III Seminário Nacional «Comunicação e Educação Inclusivas: Metodologias e Estratégias». Organizado e realizado na ULHT no dia 2 de junho.

(2010). II Seminário Nacional «Comunicação, Inclusão e Qualidade de Vida: Desafios e Propostas». Organizado e realizado na ULHT no dia 24 de junho.

(2009). I Seminário Nacional «Capacidade para Comunicar e Interagir: Um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência». Organizado e

realizado na ULHT no dia 11 de julho, de cujos trabalhos resultou a publicação, pelas Edições Lusófonas da ULHT, do livro *Comunicar e Interagir: Um Novo Paradigma para o Direito à Participação Social das Pessoas com Deficiência*, nele reunindo os investigadores que mais trabalho têm realizado na área em Portugal.

Sobre esta matéria, também cabe aqui referir a relevância do suporte legislativo, como garante das "normas de convivência" para que as pessoas possam viver o Estado de Direito na sua plenitude, cuja aplicabilidade tem favorecido as mudanças sociais e culturais, em prol da garantia dos direitos das pessoas com deficiência e incapacidade. Neste contexto, tem sido elaborada anualmente legislação diversa sobre produtos de apoio e processos de atribuição dos mesmos. Pessoas individuais e Serviços têm podido candidatar-se com sucesso a este tipo de Ajudas Técnicas, desde que, para o efeito, fundamentem clara e justificadamente a razão das candidaturas e conforme o legalmente regulamentado. Numa Biblioteca Pública que reúna a sensibilidade e as competências biblioinclusivas para servir utilizadores/clientes cegos e com baixa visão em equidade com os serviços que presta aos utilizadores normovisuais, os indispensáveis e específicos apetrechos tiflotecnológicos também não faltarão nessa Biblioteca Pública, sob o ponto de vista institucional.

## I.2. Objetivos da investigação

No âmbito deste trabalho de investigação tivemos em conta objetivos gerais e específicos, em que nos contextualizámos e que nos nortearam no alinhamento e sistematização das nossas ideias e que passamos a indicar:

### Objetivos Gerais:

- Identificar as necessidades específicas da pessoa cega e com baixa visão, nas várias áreas da sua vida, nomeadamente na vida familiar, nas atividades quotidianas, na mobilidade e orientação, no acesso à informação e comunicação.
- Identificar os recursos tecnológicos utilizados para melhorar a qualidade de vida destas pessoas, com necessidades específicas de comunicação, tais como ao nível:
  - Da mobilidade (bengala, software específico, por exemplo, telemóveis, leitores de ecrã, mapas em relevo, sistema de localização, placas em braille; cães guias; GPS's);

- Das atividades da vida diária (equipamento diverso específico para autonomia das pessoas cegas (balanças, relógios, termómetros, identificadores de cores, detetores de luz);

- Do contexto laboral e lúdico (scanner com software com reconhecimento de caracteres, OCR - reconhecedor ótico de caracteres); leitores de ecrã do computador (jaws); linhas Braille; impressoras braille, ampliadores de ecrã e lupas eletrónicas ou não (amblíopes); acesso à informação e ao mundo digital (acessibilidade e usabilidade eletrónica); jogos adaptados; cartas marcadas, tabuleiro de xadrez, adaptado e com as peças marcadas em relevo, de entre outros.

- Identificar os Produtos de Apoio participados;

- Identificar as obrigações legais a nível dos meios de comunicação (assegurar as condições de acessibilidade, por exemplo: braille, relevos, áudio-descrição);

- Identificar os apoios existentes nos serviços públicos, nomeadamente nos supermercados e farmácias, tais como etiquetagem em braille dos consumíveis e medicamentos;

- Aprofundar conhecimentos na área das tecnologias da informação e da comunicação (caixas multibanco e bilheteiras de metro);

- Identificar a legislação sobre esta matéria, cumprimento e incumprimento;

- Identificar as situações naturalmente acessíveis (vocação musical) que podem ser potenciadas com situações alternativas ao acesso à informação;

- Aprofundar os conhecimentos na área da informação e da comunicação, em particular nas tflotecnologias.

#### Objetivos Específicos:

- Sinalizar serviços de produção e de utilização (designadamente Bibliotecas) para as pessoas cegas em Portugal.

- Identificar em que medida existem nesses serviços competências biblioinclusivas e como podem promover a inclusão em equidade desses cidadãos na Biblioteca Pública e a universalização do conhecimento para todos.

- Sinalizar os produtos de apoio para as pessoas com deficiência visual.

- Sinalizar as entidades, nomeadamente unidades hospitalares, centros de saúde, centros especializados, centros de recursos e centros de recursos da educação especial, com competência para prescrever os produtos de apoio para as pessoas com deficiência visual.
- Sinalizar os recursos de que as pessoas com deficiência visual dispõem a nível pessoal, da educação e do emprego.
- Identificar as entidades prescritoras e financiadoras, a nível da educação, emprego, saúde e segurança social.

O facto de enunciarmos aqui Objetivos Gerais e Objetivos Específicos, isso serve apenas para termos a noção da abrangência imensa de caminhos envolventes no nosso objeto de estudo e que poderíamos elencar para a elaboração de um outro projeto de investigação, de carácter teórico-empírico, que transcenderia o alcance de uma Dissertação de Mestrado. Isto se, porventura, não tivéssemos, à partida, a nossa questão de partida bem definida. Mas pensamos que haverá todo o interesse em nos sentirmos contextualizados no horizonte de dificuldades que as pessoas com as limitações sensoriais em referência ainda enfrentam e cujos diversos tipos de obstrução ainda têm de ser capazes de vencer.

Para isso, as pessoas e as instituições, o Estado, a própria sociedade civil, terão de estar sensibilizados para a constituição de uma sociedade para todos, terão de, em conjunto com as pessoas condicionadas pelas várias dificuldades, querer empenhar-se nessa transformação e terão de se envolver no desempenho de funções humanizantes que nos conduzam a essa sociedade. Para que não subsistam equívocos em relação às nossas pretensões, queremos acentuar que o nosso trabalho tem o seu enfoque nas competências biblioinclusivas na Biblioteca Pública, pois, de contrário, estaríamos a fragilizar ou a desviar-nos do nosso objeto de estudo.

### I.2.1. Método de análise utilizado

Fizemos um levantamento dos serviços de produção e de utilização para pessoas cegas e com baixa visão existentes em Portugal e procurámos saber os processos de trabalho e do tipo de funções que neles se desempenham em favor da inclusão intelectossocial e sociocultural destas pessoas. Os serviços de produção são os que produzem documentos diversos, livros, jornais e revistas em braille em formato digital. Os serviços de utilização

são as bibliotecas e centros de documentação que disponibilizam para consulta *in loco*, através do correio postal ou *online*, documentação nos diversos suportes e formatos alternativos e meios complementares de leitura.

Para que fiquemos mais elucidados sobre percentagens sobre a tipologia da deficiência em que resolvemos trabalhar e para que o método de análise utilizado seja mais esclarecedor, este estudo, bem como os dados que permitem fundamentar a investigação que lhe está inerente, tem por referência, para além de outras fontes, os dados relativos ao Censos 2011, na perspetiva da Classificação Internacional da Funcionalidade e Saúde (CIF), as informações provenientes de interlocutores privilegiados e consultas bibliográficas, assim como o recurso a um significativo suporte legislativo inerente à temática objeto desta investigação.

Foi com profundo conforto e agrado que, ao consultar a Tese de Doutoramento da investigadora Professora Doutora Maria de São José Amaral (indicada em Referências Bibliográficas), encontrámos o necessário e credível esclarecimento altamente especializado neste domínio, como, a seguir, podemos observar.

Com a Classificação Internacional da Funcionalidade e Saúde (CIF), há uma mudança de paradigma, do modelo médico da deficiência para a abordagem biopsicossocial integrado, da funcionalidade e incapacidade humana, visando garantir a participação plena das pessoas com incapacidade. Nesse contexto, abordam-se várias perspetivas, como a biológica, individual e social, com conceitos multidimensionais e interativos que relacionam:

- Funções e estruturas do corpo - condição de saúde;
- Atividade e participação - atividades e as tarefas que a pessoa executa e as diferentes áreas da vida nas quais participa;
- Fatores ambientais - que influenciam essas experiências.

Com a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), a funcionalidade e incapacidade pressupõem a interação entre os estados de saúde, tais como doenças, lesões, perturbações e os fatores contextuais, ou seja, do meio ambiente e pessoais (CIF, OMS, 2001). Assim sendo, a incapacidade não é uma característica particular da pessoa, mas sim a resultante da interação pessoa-meio.

Nesse contexto, a CIF tem como princípios orientadores:

- A incapacidade não é específica de um grupo minoritário, mas sim uma experiência humana universal;
- A incapacidade não deve ser diferenciada em função da etiologia ou de diagnósticos. Pessoas com a mesma etiologia e diagnóstico apresentam perfis muito diferentes ao nível da execução das atividades e da participação;
- Os domínios de classificação na CIF são neutros, permitindo expressar tanto os aspetos positivos como negativos do perfil funcional e de participação de uma pessoa;

Os fatores ambientais assumem um papel crucial, como facilitadores ou barreiras, na funcionalidade e incapacidade das pessoas. Com a CIF surge uma nova conceptualização das noções de saúde e incapacidade que tem implicações sociais na abordagem das questões inerentes à pessoa com deficiência e incapacidade, sendo de destacar os seguintes conceitos chave:

- Funcionalidade - Interação entre um indivíduo, com uma condição de saúde, e os seus fatores contextuais (ambientais e pessoais);
- Incapacidade (disability) - Corresponde às limitações da atividade e restrições na participação e aos aspetos negativos da interação entre um indivíduo, com uma condição de saúde e os seus fatores contextuais (ambientais e pessoais).

Com a CIF, a incapacidade (disability) não é vista como uma simples consequência de uma deficiência (impairment, deficiency), mas sim como o resultado da interação da pessoa com o meio-ambiente, enquanto que a ICIDH, a incapacidade era definida como uma restrição ou privação, resultante de uma deficiência e, por esse facto, da incapacidade para realizar uma atividade passível de ser realizada para o comum dos seres humanos, conforme Introdução do I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades (PAIPDI, p. 13-22), observável em <<http://www.inr.pt/uploads/docs/programaseprojectos/paipdi/PAIPDIdesenv.pdf>> [acedido em 14 de março de 2014].

A CIF tem como objetivo principal proporcionar uma linguagem unificada e padronizada, que constitua um quadro de referência para a descrição da saúde e dos estados

relacionados com a saúde. A CIF é uma ferramenta a utilizar universalmente na abordagem da incapacidade e funcionalidade humana, proporcionando:

- «Um quadro conceptual de referência universal assente em bases científicas;
- Uma linguagem comum e padronizada para aplicação universal que uniformiza conceitos e terminologias, de molde a facilitar a comunicação entre profissionais, investigadores, pessoas com incapacidades, decisores políticos, etc.;
- Um sistema de classificação multidimensional e de codificação sistemática para documentar as experiências de vida, o perfil funcional e de participação das pessoas, facilitando a comparabilidade entre países, entre várias disciplinas, entre serviços e em diferentes momentos ao longo do tempo».

A CIF não classifica pessoas, permite descrever as características de cada pessoa em diferentes domínios, de acordo com as características do seu meio físico e social, de forma a explicar o seu perfil de funcionalidade e de participação, pode ser utilizada para serviços especializados (reabilitação, geriatria, outros), bem como nos inquéritos e na avaliação de resultados clínicos (<http://www.inr.pt/content/1/52/cif-uma-mudanca-paradigma> [acedido em 16 de abril de 2014]).

Sobre os dados estatísticos referentes à Deficiência e Reabilitação no contexto português, esses dados resultam, do "Inquérito nacional às incapacidades, deficiências e desvantagens" realizado em 1995, pelo Secretariado Nacional de Reabilitação, abrangendo uma amostra de 142 112 indivíduos (Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, 1996), dos dados do Instituto Nacional de Estatística aquando dos Censos 2001 (Instituto Nacional de Estatística, 2001) e, dos resultados do Censos 2011 (Instituto Nacional de Estatística, 2011), que são os dados mais recentes que permitem conhecer a prevalência da população portuguesa com diferentes tipos de limitações funcionais, em domínios relevantes da vida, com impacto na sua participação autónoma na sociedade.

O "Inquérito nacional às incapacidades, deficiências e desvantagens", realizado em 1995, por ter sido Implementado anteriormente à CIF, publicada pela Organização Mundial da Saúde, em língua inglesa em 2001, tem por referência um modelo da deficiência médica pelo que no seu contexto surgem as seguintes definições:

Deficiência - Representa qualquer perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatômica, de caráter temporário ou permanente, tendo sido adotados cinco grandes agrupamentos: deficiências psíquicas, sensoriais, físicas, mistas e nenhuma deficiência em especial;

Incapacidade - Consiste na restrição ou falta de capacidade para realizar uma atividade dentro dos limites considerados normais para um ser humano, podendo ser temporária ou permanente, reversível ou irreversível, progressiva ou regressiva e é sempre resultante de uma deficiência;

Desvantagem (handicap) - É a condição social de prejuízo sofrido por um dado indivíduo, resultante de uma deficiência ou de uma incapacidade que limita ou impede o desempenho de uma atividade considerada normal para um ser humano, tendo em atenção a idade, o género e os fatores socioculturais, parafraseando Pedro, Azevedo e Londral (2015).

Nos dados de 1995, relativos a Portugal, a deficiência visual tem uma incidência de 13,7/1000 habitantes, sendo 1,48/1000 com cegueira total e 12,22/1000 com redução grave de visão (Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, 1996), resultantes do "Inquérito nacional às incapacidades, deficiências e desvantagens".

Enquanto no Censos 2001 se fala em deficiência, no Censos 2011 verificou-se uma mudança fundamental na metodologia utilizada para registar o número de pessoas com alguma deficiência/incapacidade, assentando a recolha de dados na indicação do grau de dificuldade dos indivíduos para efetuar determinadas ações.

Foi com esta mudança de paradigma que se integrou a abordagem holística da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF, 2001), em que a deficiência/incapacidade é entendida como um produto da interação entre as estruturas e as funções do corpo com o ambiente envolvente. Os dados encontrados foram recolhidos com base na incapacidade dos inquiridos para o desempenho de algumas tarefas/atividades, por condicionantes do meio e não pela deficiência propriamente dita. Por exemplo, a "incapacidade" demonstrada por uma pessoa em andar ou subir degraus não está diretamente ligada à paraplegia, obesidade ou a outros fatores, mas sim pode resultar da inexistência de condições do meio envolvente, ou seja, não se encontrarem garantidas as condições de acessibilidade para esta situação específica. Também a inexistência de uma bengala branca

limita a locomoção de uma pessoa com défice visual, situações que resultam como inibidoras e não como promotoras de Inclusão.

Assim sendo, poder-se-á aceder aos dados estatísticos sobre pessoas com deficiência/incapacidade da área da deficiência visual, residentes em Portugal, no site/web do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (INR, I.P.), em [www.inr.pt](http://www.inr.pt) (<<http://www.inr.pt>> [acedido em 10 de junho de 2014], na página referente a Informação estatística (<<http://www.inr.pt/content/1/117/estudos-informacao-estatistica>> [acedido em 10 de julho de 2015]) e, por esta via, os diversos quadros disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), que é a entidade nacional responsável pela produção de estatísticas, bem como, entre outros serviços, a página 17 do ficheiro Censos 2011 - resultados definitivos (<[http://www.inr.pt/download.php?filename=Censos+2011-+resultados+definitivos&file=%2Fuploads%2Fdocs%2Frecursos%2F2013%2F20Censos2011\\_res\\_definitivos.pdf](http://www.inr.pt/download.php?filename=Censos+2011-+resultados+definitivos&file=%2Fuploads%2Fdocs%2Frecursos%2F2013%2F20Censos2011_res_definitivos.pdf)> [acedido em 10 de julho de 2015]), disponível na mesma página web. Os resultados apurados nos Censos de 2011, relativamente "às pessoas com dificuldades em ver", produzidos pelo INE, foram obtidos com base na autoavaliação dos próprios inquiridos.

No "Questionário Individual" do Censos 2011, a pergunta "Tem dificuldade em ver mesmo usando óculos ou lentes de contacto", referente à capacidade "VER" reporta-se a três graus de dificuldade, cujas respostas se consubstanciam nas informações infra:

- Ponto 6.21. do Censos 2011 - População residente em Portugal com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido

- Ponto 6.21-A - População residente em Portugal com 5 ou mais anos, segundo o tipo de grau de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido e escalão etário.

De acordo com o levantamento efetuado, a análise dos dados permite aferir o seguinte:

Quanto ao Ponto 6.21. - População residente em Portugal com 5 ou mais anos segundo o tipo de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido - existe uma significativa predominância de pessoas que "não tem dificuldade ou tem pouca em efetuar a ação", 91%, dos inquiridos sendo 47% mulheres;

"Têm muita dificuldade em efetuar a ação", 9% dos inquiridos, sendo 7% mulheres;

"Não consegue efetuar a ação", representam 0,27%, dos inquiridos, dos quais sendo 0,15% mulheres.

Quanto ao 6.21-A - População residente em Portugal com 5 ou mais anos, segundo o tipo de grau de dificuldade e sexo, por grau de dificuldade sentido e escalão etário, e se atendermos a quatro escalões etários, nomeadamente:

- Dos 5 aos 19 anos, que abrange a idade escolar até à maior idade;
- Dos 20 aos 64 anos, que abrange a vida ativa que inclui a procura de emprego, as idades inerentes ao enquadramento profissional e o indivíduo inserido no contexto laboral;
- Dos 65 anos aos 90 anos e mais de idade, que abrange os anos pós reforma.

Concluimos que as pessoas que "não conseguem efetuar a ação" se situam prevalentemente a partir dos 65 anos de idade, 0,30% e, de igual modo, os que "têm maior dificuldade em efetuar ação", 0,30%. À medida que a idade aumenta, prevalece significativamente a percentagem das pessoas que "não conseguem efetuar a ação". De acordo com dados do Censos 2011, 9,27% da população portuguesa, sendo 7,15% mulheres e 2,12 homens, "têm muita dificuldade em efetuar ação" ou não consegue efetuar a ação (Instituto Nacional de Estatística, 2011). De acordo com a (World Health Organization, 2012) há, em todo o mundo, 285 milhões de pessoas com deficiências visuais: 39 milhões de cegos e 246 milhões de pessoas com baixa visão.

Os referidos três estudos têm abordagens diferentes e, por esse facto, os resultados não são passíveis de permitir um estudo comparativo e evolutivo da população com deficiência em Portugal e, especificamente, com deficiência visual.

### I.2.2. Estrutura Metodológica e Investigacional

A estrutura metodológica e investigacional desta Dissertação obedece às Normas para a elaboração e apresentação de Teses de Doutoramento em uso na ULHT, onde o quantitativo não tem lugar na perspetiva por que optámos e em que o qualitativo mais emerge, considerando o itinerário funcional e operacional e levantamento teórico por que enveredámos, assim procurando encontrar as mais adequadas respostas institucionais à satisfação das cruciais e prementes necessidades das pessoas com deficiência visual,

sobretudo no que se refere a questões que se prendem com o acesso à Biblioteca Pública e usabilidade dos espaços e acervos documentais no local e online, bem como das atividades de extensão cultural que a Biblioteca Pública realiza. As nossas preocupações recaem, ainda que de forma aligeirada, sobre aspetos de natureza habilitacional e reabilitacional, ajudas técnicas e consequente empregabilidade, qualidade de vida e natural inclusão na família, na comunidade, na escola, no emprego, na sociedade. A Biblioteca Pública pode ser um excelente equipamento cultural, desde que biblioinclusivamente bem apetrechado com recursos tecnológicos e humanos, para promover a inclusão sócio intelectual, com a naturalidade desejável, podendo alargar-se a inclusão a todos campos da vida humana.

Devido ao nosso empenho e desempenho de funções institucionais na área, numa dimensão de incansável zelo cívico e de sensibilidade, de investigação avançada e entrega pessoal e institucional à causa da deficiência, quer ao nível da recolha e investigação de materiais específicos e ações solidárias e reabilitativas no estrangeiro, que possam ser aplicáveis a Portugal, quer na conceção pragmática e positiva, aplicação, validação e implementação de ajustados contributos sociocomunicacionais e de reabilitação, de valorização pessoal e social dos cidadãos em causa, para lhes suprir as gritantes carências, são pormenores que consubstanciam no seu conjunto as sinergias que dão vida e relevo a esta investigação. Porque se trata de uma matéria, com a qual lidamos, empírica e teoricamente, há mais de três dezenas de anos, o nosso saber acumulado e rentabilizado levou-nos a elaborar esta Dissertação de Mestrado, de modo bastante conciso, razão por que as referências bibliográficas no corpo do texto não são muito profusas.

A bibliografia específica, que apresentamos em Referências Bibliográficas, constitui a almofada científica fundamental desta Dissertação, trabalho de seleção difícil, tendo em conta o vasto acervo documental que a Biblioteca do INR, I.P., a principal na área da deficiência no país, integra sobre a generalidade das tipologias da deficiência, bem como a que se encontra dispersa noutros serviços a nível nacional. Para as citações no corpo do texto e na formalização das Referências Bibliográficas e Web-gráficas, no fim do estudo, seguimos as Normas APA, também por serem estas que, para além do Sistema ISBD (seguido no tratamento técnico dos documentos nas Bibliotecas), temos vindo a utilizar com mais frequência na elaboração dos diferentes trabalhos académicos e institucionais, bem assim por serem estas que são seguidas na ULHT. Para a redação desta investigação, seguimos o Acordo Ortográfico em vigor, conforme o já atrás referido.

Assim, o corpo do trabalho divide-se em quatro etapas sequenciais, conforme o já enunciado na Introdução, estabelecendo-se um itinerário incidente na argumentação, alguns conceitos e contextos exploratórios, questão de partida, enquadramento teórico e metodologia, estrutura metodológica e científica da Dissertação, as primeiras bibliotecas públicas em Portugal, com enfoque na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca Pública Municipal do Porto, biblioteca e inclusão, envolvendo na biblioteca todos os cidadãos, num abraço intelectual paradisíaco; estamos, de algum modo, a parafrasear Jorge Luís Borges, o qual, sustentadamente, sempre imaginou que "o paraíso fosse uma espécie de biblioteca"; mas aprofunda o conceito, afirmando que "a biblioteca é uma esfera cujo centro cabal é qualquer hexágono, cuja circunferência é inacessível"... Contudo, as bibliotecas, desde que a vontade sociopolítica, as competências biblioinclusivas e a sensibilizada sociedade civil deem as mãos e pensem a biblioteca como sendo uma mais-valia de educação e formação, de arte e cultura, de animação e incentivo ao desenvolvimento da vida humana e da sociedade, teremos todos, de certeza e muito justamente, mais alegrias espirituais e intelectossociais a partilhar. A etapa seguinte denominámo-la Competências biblioinclusivas; procuraremos refletir e aprofundar este conceito novo e rever alguns exemplos e pormenores interessantes que têm vindo a ocorrer no nosso país, mas a deixarem-se morrer lentamente. Chegaremos a uma Conclusão, que pretende ser uma reflexão sobre o objeto de estudo com base no marco teórico, no quadro teórico, no conceito de Biblioteca Pública para todos e passando por sites universitários e de bibliotecas, no que respeita à sua acessibilidade e usabilidade, bem como da existência de Cursos de Bibliotecário ou em Ciências Documentais ministrados nos estabelecimentos de Ensino Superior em Portugal, Cursos que contemplem a formação de profissionais de informação, documentação e comunicação, mas dotando-os com as necessárias competências biblioinclusivas, e das Bibliotecas Públicas que estejam apetrechadas para o atendimento de utilizadores/clientes com deficiência em Portugal, sobretudo cegos e com baixa visão.

Precisando mais exatamente os quatro Capítulos que elegemos para a constituição da nossa Dissertação, sem pretendermos ser redundantes, o Capítulo I é reservado ao Marco Teórico, Estrutura Investigacional e Metodologia, abrangendo pontos referentes ao Marco Teórico, Questão de Partida e Enquadramento. O Capítulo II reporta-se às primeiras Bibliotecas Públicas em Portugal, com particular enfoque na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca Pública Municipal

do Porto, já abordando algo relativo à biblioinclusão. O Capítulo III tem uma forte incidência na Biblioteca Pública e Biblioinclusão. O Capítulo IV tem o seu enfoque na matéria significativa e determinante da nossa decisão investigativa, as Competências Biblioinclusivas, como fundamentação e promoção da universalização do conhecimento, no plano da acessibilidade e usabilidade no local ou além-fronteiras, através da Biblioteca Pública.

Trata-se de um exaustivo e complexo trabalho de campo nos acervos documentais dispersos, conforme o já acima esbatido, que envolveu uma demorada pesquisa e uma séria investigação, ao nível bibliográfico e web-gráfico, legislativo e de alguma da denominada "documentação cinzenta" em arquivos adormecidos (a qual mereceria um tratamento específico), espólio documental este, no seu conjunto, cujo levantamento e sistematização ainda se encontra por fazer mais aprofundadamente e por divulgar na sua totalidade em Portugal. A estrutura científica (teórico-empírica) e metodológica desta investigação, em Dissertação de Mestrado, resulta da experiência e do nosso já significativo saber acumulado neste domínio (as já perto de quatro dezenas de anos a lidar com esta matéria, quer no plano institucional quer no plano pessoal, sempre nos obriga a aumentar e a consolidar conhecimentos), considerando o efeito do trabalho comprovadamente feito que temos vindo a compreender e a realizar, conforme o também já referido.

Esta aparente redundância no reiterar afirmações já anteriormente expressas constitui uma espécie de reforço das razões que nos conduziram à elaboração desta Dissertação de Mestrado.

## **CAPÍTULO II - AS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL**

## CAPÍTULO II - AS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS EM PORTUGAL

Foram constituídas em Portugal até meados do século XIX algumas bibliotecas de cariz público, como é o caso da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (BGUC), Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Biblioteca Pública de Évora, Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) e Biblioteca Pública de Braga, todas elas beneficiárias, neste momento, de Depósito Legal (significando isto que estão obrigadas as tipografias/editores a enviar à BNP catorze exemplares de cada publicação periódica e de cada monografia editadas, para serem distribuídas pelas principais bibliotecas públicas no Continente e Regiões Autónomas), o que as leva a ser detentoras de riquíssimos fundos bibliográficos.

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra é a mais antiga, a Biblioteca Nacional de Portugal é a biblioteca pública mais significativa, enquanto repositório do pensamento e de maior relevância em Portugal, e a Biblioteca Pública Municipal do Porto é a biblioteca municipal mais antiga do país.

Neste Capítulo, e muito justamente, não podemos deixar de referir o relevante contributo do investigador Professor Doutor Artur Olímpio Gonçalves da Silva, expresso na sua primeira Tese de Doutoramento (em Ciências da Informação e indicada em Referências Bibliográficas), a cujo conteúdo bastante nos colamos, disso bem temos consciência, por nos sentirmos muito em sintonia com a sua abordagem e riqueza dos dados apresentados.

### II.1. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

A Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra é a primeira biblioteca pública que surge em Portugal, aparecendo o seu nascimento ligado à primeira universidade portuguesa, cuja fundação se nos apresenta algo curiosa. Parafraseando Silva (2007), em 1288, um largo número de clérigos, a que vieram juntar-se outras personalidades, pediu ao rei D. Dinis que fundasse em Lisboa um Estudo Geral. O monarca acedeu prontamente, mas mediante a condição de serem as rendas de mosteiros e igrejas a custearem as despesas com os salários dos professores. Neste sentido, o grupo de prelados escreveu ao papa Nicolau IV, solicitando-lhe o seu aval em relação às condições propostas pelo Rei, autorização que veio

a ocorrer em 9 de agosto de 1290. O Estudo Geral começou a funcionar na freguesia de Santo Estêvão de Alfama, havendo a propósito uma carta escrita por D. Dinis, datada de 1 de março de 1290, a saudar professores e alunos, fundamentando também o facto de o Estudo Geral ter começado a funcionar antes do consentimento papal (Silva, 2007).

Seguindo a Tese de Doutoramento de Silva (2007), na altura, as expressões "Estudo Geral" e "Universidade" tinham significados diferentes: "Estudo Geral" significava o próprio edifício onde se desenrolava o processo de ensino/aprendizagem e a organização administrativa dos cursos nele ministrados; a "Universidade" era a congregação de mestres e alunos que constituía uma entidade com personalidade jurídica própria. A partir do século XV, foi o termo "Universidade" que passou a vingar, englobando também o referente ao Estudo Geral.

O "Estudo Geral", em 1308, foi transferido por D. Dinis para Coimbra; em 1338, regressou a Lisboa por ordenação de D. Afonso IV; em 1354, foi de novo transferido por D. Afonso IV para Coimbra; em 1377, voltou a Lisboa por determinação de D. Fernando; em 1537, no reinado de D. João III, o "Estudo Geral" veio a fixar-se definitivamente em Coimbra.

Uma nota curiosa: quando o "Estudo Geral" esteve em Lisboa, pela última vez, foi criada no seu âmbito, uma "Livreria de Estudo", cuja data, até hoje, ainda não foi possível precisar. Apenas se sabe que, de acordo com os inventários realizados em 1513 e 1532, já possuía cerca de 130 volumes manuscritos. A Livreria de Estudo acompanhou a Universidade quando esta se fixou em Coimbra e era conhecida, em finais do século XVI, como "livreria pública para lentes, estudantes e quaisquer pessoas outras" (Silva, 2007), tendo sido encerrada em 1705 para ser reinstalada, em 1777, em edifício próprio, tendo a construção durado de 1717 a 1725. Pela Reforma de 1901, a "Livreria Pública" passou a designar-se Biblioteca Central da Universidade e e, em 1924, a sua denominação foi alterada para Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Esta, em 1962, foi contemplada com mais um outro edifício, no Largo da Porta Férrea, no qual estão concentrados os serviços da BGUC e a maior parte do seu fundo documental.

O edifício mais antigo, conhecido, hoje em dia, como Biblioteca Joanina, passou a ser utilizado na conservação dos documentos anteriores a 1800, num total de cerca de 200 000 volumes. Saliente-se que a BGUC, na sua globalidade, Biblioteca Joanina incluída,

contém cerca de um milhão de documentos, sendo somente ultrapassada neste aspecto pela dimensão do fundo documental da Biblioteca Nacional de Portugal (Silva, 2007).

No que se refere às pessoas com deficiência, por exemplo deficientes visuais, a BGUC não possui quaisquer documentos em braille nem dispõe de equipamentos específicos para aceder ao seu acervo documental. Mas existe na Universidade um Serviço de Apoio ao Estudante com Deficiência, o qual referiremos mais adiante, no Capítulo III e no Apêndice I.

## II.2. Biblioteca Nacional de Portugal

Seguindo a Tese de Doutoramento de Silva (2007) e inserindo atualizações e dados novos entretanto descobertos, a Biblioteca Nacional de Portugal foi criada em Lisboa, por alvará de 29 de fevereiro de 1796, com a designação inicial de Real Biblioteca Pública da Corte, cujas instalações e fundo documental foram obtidos a partir de uma livraria situada no Terreiro do Paço, que estava sob a jurisdição da Inspeção e Administração da Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. Estávamos no reinado de D. Maria I, na época do Iluminismo em que a importância da cultura era cada vez mais reconhecida, pois a ideia de se fazer uma grande biblioteca em Portugal era antiga, o que levou D. João V e D. José I, no século XVIII, a gastarem avultadas quantias e “comprando obras belíssimas e raras” (Soares, 2019: 9), para que essas preciosidades fossem consultadas por investigadores e estudiosos num espaço igualmente digno. Em 1836, a Real Biblioteca Pública da Corte foi transferida para o Convento de S. Francisco, com a denominação Biblioteca Nacional, tendo aí permanecido até 1969, ano em que foi instalada no atual edifício, junto à Cidade Universitária. É sede do Serviço Nacional de Depósito Legal desde 1931, desempenhando, pela proximidade da Cidade Universitária, as funções de Biblioteca Geral Universitária, concentrando vários fundos documentais: o Geral, os Periódicos, os Reservados e os Especiais.

- O Fundo Geral que, em termos cronológicos, abarca desde o século XVI até aos dias de hoje, tem um acervo de cerca de 2 500 000 exemplares, a maior parte dos quais relativos à bibliografia portuguesa.

- O fundo "os Periódicos" contempla cerca de 50 000 títulos, relativos a jornais e revistas portuguesas, e cerca de 240 títulos referentes a publicações estrangeiras.

- O fundo "Reservados" está dividido em Manuscritos, Impressos, Arquivo Histórico e Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea. Os Manuscritos contemplam cerca de 15 000 códices e 36 000 manuscritos avulsos; a coleção "Impressos" é constituída por Incunábulo e obras raras, num total de 30 000 espécies; no Arquivo Histórico encontram-se documentos de arquivo num total de 466 fundos, cada um destes relativos a arquivos, ou parte de arquivos, pessoais ou de famílias, desde o século XI até à atualidade e o Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, que contempla os espólios de individualidades que se distinguiram culturalmente nos últimos duzentos anos.

- O Fundo Especial, por sua vez, contempla uma coleção de Iconografia, com cerca de 114 000 imagens sobre papel, uma coleção de Cartografia, com aproximadamente 6700 espécies, quer impressas quer manuscritas, um Centro de Estudos Musicológicos, contendo partituras, obras didáticas, obras de conteúdo músico-litúrgico, musicografias e periódicos de música, coleções de libretos e programas de concertos e uma Área de Leitura Especial, que integra documentos em vários suportes e formatos destinados a pessoas com necessidades visuais.

Este Serviço, destinado a pessoas com deficiência visual, iniciou a sua atividade em 2 de dezembro de 1969, com a designação de Serviço para Cegos e, posteriormente, pelo Decreto-Lei nº 332/80, de 29 de agosto, passou a denominar-se Área de Deficientes Visuais, mais tarde Área de Leitura Especial e, atualmente, Área de Leitura para Deficientes Visuais.

Este Serviço disponibiliza para os seus utilizadores/clientes livros e publicações nos suportes papel, eletrónico e digital, nos formatos braille e áudio. Em 31 de dezembro de 1981, o fundo documental contemplava 1421 volumes, contendo, inclusive, uma pequena coleção de dicionários e a única enciclopédia existente em Portugal, a "World Book Encyclopaedia" e 784 títulos relativamente a livros sonoros.

Em 2018, a Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal possuía, conforme o indicado no Repositório Nacional de Objetos em Formatos Alternativos (RNOFA), 3724 livros em braille impresso, 307 livros em braille digital, 2198 audiolivros e 1098 livros em texto integral, 15 publicações em série (provenientes de vários pontos do mundo), tendo sido atendidos no ano em referência 2402 leitores.

### II.3. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Continuando a secundar e a parafrasear Silva (2007), pela vasta informação e bibliografia apresentada na sua Tese de Doutoramento (e alargando dados e informações até 2018), a Biblioteca Pública Municipal do Porto, a mais antiga biblioteca municipal em Portugal, foi fundada em 9 de julho de 1833 por D. Pedro IV, com o objetivo de recolher os documentos existentes em livrarias de particulares e de casas religiosas abandonadas por ocasião das lutas fratricidas entre os partidários do monarca e os de seu irmão D. Miguel, lutas que, no Porto, tomaram enormes proporções. Em 4 de abril de 1842, já em período de menos conflitos, a Biblioteca Pública Municipal do Porto foi instalada definitivamente no antigo Convento de Santo António da Cidade, tendo passado a pertencer ao Município em 27 de janeiro de 1876.

Em 1971 foi criada, no seu âmbito, um serviço de leitura em suporte áudio com o fim de proporcionar alternativas de leitura a pessoas com necessidades visuais, com problemas de mobilidade e idosos, com a denominação "Biblioteca Sonora", a qual continha, em 2007, um acervo documental com cerca de 4500 títulos, hoje já anda à volta dos 5500. O número de leitores com deficiência visual é crescente, tendo em conta o facto de se encontrarem disponíveis em suporte digital os livros que, inicialmente, só se podiam ouvir em equipamentos e cassetes especiais, e, mais tarde, também em cassetes comuns.

**CAPÍTULO III - BIBLIOTECA E BIBLIOINCLUSÃO: SERVIÇOS DE  
PRODUÇÃO E DE UTILIZAÇÃO EM PORTUGAL**

### CAPÍTULO III - BIBLIOTECA E BIBLIOINCLUSÃO: SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E DE UTILIZAÇÃO EM PORTUGAL

No sentido de podermos chegar ao objetivo deste Capítulo, o que entendemos por Biblioteca e a sua caracterização específica para servir e responder aos utilizadores/clientes de maneira biblioinclusiva, traçaremos, previamente, alguns passos histórico-culturais, dados em Portugal desde finais do século XIX, passando, de forma muito resumida, por Serviços de produção e de utilização especiais no nosso país, referindo Centros de produção e Bibliotecas para cegos, estas entendidas como serviços de utilização.

Assim, para nos contextualizarmos na realidade específica das bibliotecas para cegos e/ou inclusivas no nosso país, faremos breves alusões à Biblioteca da Associação Promotora do Ensino dos Cegos - Instituto António Feliciano de Castilho, Biblioteca da Fundação Nossa Senhora da Esperança, Biblioteca do Instituto Branco Rodrigues, Biblioteca da Associação de Beneficência Luís Braille, Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille (Imprensa Braille), Primeira Biblioteca Pública para Pessoas Cegas em Portugal, Primeira Biblioteca Inclusiva em Portugal, Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais, Atividades de Extensão Cultural, «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa», Conversas na Biblioteca e Quartas Culturais, Forum Interactivo Inclusivo "o Mundo da Vida", Área de Leitura para Deficientes Visuais e RNOFA da BNP, Biblioteca Sonora da BPMP, Biblioteca do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

#### III.1. Biblioteca da Associação Promotora do Ensino dos Cegos - Instituto António Feliciano de Castilho

A Associação Promotora do Ensino dos Cegos - Asilo-Escola António Feliciano de Castilho (especificação esta que passou nos dias de hoje a denominar-se Instituto António Feliciano de Castilho) foi a primeira Associação para pessoas cegas criada em Portugal, em finais da década de 80 do século XIX. Foi inaugurada no dia 12 de março de 1888 (Amado, 2008 e 2013; & Guerreiro, 2000d, 2012 e 2014).

A assistência filantrópica e cultural a pessoas cegas iniciou-se com esta Associação, sendo porventura o caso mais antigo e sistematizado entre nós. Esta associação, fundada pelos beneméritos Senhora Sigaud Souto e Fernando Palha, criando em 1888 o Asilo-Escola António Feliciano de Castilho, pretendia estender a sua ação a todo o país, através de uma rede de estabelecimentos para cegos. Alguns anos depois, Branco Rodrigues, que colaborara com João de Deus nesta iniciativa, acabara por se desligar do projeto e meter ombros à sua própria obra, fazendo nascer de forma materializada várias ideias suas em favor da causa das pessoas cegas em Portugal, inclusive a fundação das primeiras oficinas e escola para cegos, no Asilo de Cegos de Castelo de Vide, na última década do século XIX, cujos espólio e instalações hoje se encontram sob a égide da Fundação Nossa Senhora da Esperança, e a fundação do Instituto de Cegos Branco Rodrigues, que veio a funcionar, como escola de música e de letras em regime de internato, em São João do Estoril a partir de 1913 (Guerreiro, 2000d, 2011 e 2012).

Conforme o consultado em Baptista (1976), na década de 40 do século XX, Nunes Pinto, professor do Instituto Branco Rodrigues, no seu livro «Os Cegos por Esse Mundo», voltou a colocar a questão de «um esquema único e ordenado», a desenvolver por este Instituto, mas deixando a porta aberta a discussões posteriores e propondo um projeto educacional em que o Instituto Branco Rodrigues, «convenientemente ampliado e remodelado, desempenharia o papel de estabelecimento chefe, coordenador e orientador de todos os serviços pedagógicos e técnicos especiais» (Baptista, 1976). Mas as circunstâncias nunca o permitiram, por razões que, a serem aqui e agora referidas, nos desviariam do nosso enfoque investigacional.

No que se refere a livros em braille, esta Associação só começaria a ter este tipo de recheio bibliográfico a partir de finais da década de 90 do século XIX, chegando a criar a «Revista-dos-Cegos», a primeira publicação impressa em braille e em caracteres comuns, editada em português e em inglês, que teve uma vida editorial desde 1933 a 1948, com periodicidade muito irregular nos últimos anos da sua publicação.

Em 1988, esta Associação fundou a sua Biblioteca Ciências da Educação, nas instalações da sede da Associação, então na Rua Borges Carneiro, em Lisboa, privilegiando os livros em braille e nos suportes áudio e digital. No dia 14 de julho de 2016, inaugura a Digiteca, criada exclusivamente para o atendimento de pessoas com deficiência visual. A

Associação pretende, através dos meios disponíveis, contribuir para o acesso dos seus utilizadores/clientes à informação, tanto quanto possível como as pessoas normovisuais.

A Biblioteca desta Associação possui hoje 767 títulos em braille em 3067 volumes e 13583 títulos em suporte digital, conforme informações colhidas na Associação em referência.

### III.2. Biblioteca e Centro Português de Tiflologia (CPT), Casa da Tiflologia e Museu Tiflológico Português da Fundação Nossa Senhora da Esperança

A Fundação Nossa Senhora da Esperança foi criada por João Diogo Juzarte Sequeira Sameiro, em Castelo de Vide, a princípio com a designação Asilo dos Cegos, tendo-a o seu fundador, sob a invocação de Nossa Senhora da Esperança, iniciado e inaugurado em 20 de Julho de 1863, com o objetivo de prestar "consolação e socorro" a cegos ou a portadores de deficiência visual, pobres ou indigentes, de ambos os sexos, conforme o expresso nos seus primeiros Estatutos.

Sucessivas administrações e notáveis colaboradores cedo reconheceram a imperiosa necessidade de ministrar instrução, educação e ensino profissional aos seus assistidos, sendo relevante a já longa história da Instituição neste capítulo.

Em 1987, o Asilo de Nossa Senhora da Esperança passa a denominar-se Fundação Nossa Senhora da Esperança, prosseguindo os mesmos fins. Entretanto, outros tempos e novos conhecimentos e necessidades foram progressivamente surgindo como formas de cumprir, com mais atualidade, a vontade do instituidor, abrindo-se o velho Asilo ao vasto campo da tiflologia e da assistência social, visando, em novas instalações e com novas atividades, a prestação de serviços de qualidade à comunidade, que se pretendem cada vez mais excelentes, promovendo ainda, e sempre que possível, atividades no domínio cultural. É, assim, que se insere hoje a criação do «Prémio Fundação Nossa Senhora da Esperança», que o atual Conselho de Administração promove e cujo Regulamento se encontra divulgado. Destina-se o referido Prémio, que é trienal, a distinguir pessoas deficientes visuais, ou instituições a eles dedicadas, com trabalhos de natureza cultural ou científica, particularmente relevantes em qualquer área do conhecimento, desde as Artes e das Ciências Humanas às Ciências Exatas.

Na prossecução deste interesse pela valorização e reconhecimento das competências pessoais e sociais das pessoas cegas, já a Fundação Nossa Senhora da Esperança tem mais um projeto em andamento, a criação da «Casa da Tiflologia: Ciência, Cultura e Inclusão», abraçando, de forma alargada e aprofundada, a problemática da cegueira e da baixa visão, na perspetiva abrangencial consignada na especificação do projeto «Casa da Tiflologia».

A Biblioteca Braille desta Instituição é rica em musicografia braille, textos escritos à pauta (o que equivale ao conceito de manuscrito em caracteres comuns), para além de livros na área da literatura e de mapas em relevo de diversos domínios, bem como réplicas de animais (mesmo embalsamados), assim como os mais diversos instrumentos musicais, que eram utilizados na orquestra formada por pessoas cegas para parte do sustento do Asilo, e que agora se encontram em exposição, incluindo alguns exemplares muito raros em Portugal.

A Biblioteca Braille da Fundação Nossa Senhora da Esperança contém um recheio bibliográfico e musical valiosíssimo, encontrando-se esse acervo documental em tratamento preliminar e técnico, de forma a ficar acessível a quem o desejar consultar, de modo presencial ou em linha, por assuntos, por autores ou por títulos, seja por parte de investigadores ou de utilizadores/clientes em geral.

Nesta dimensão tiflológica, a Fundação Nossa Senhora da Esperança já criou, em 9 de fevereiro de 2017, um Centro de Investigação em Tiflologia, Ciência, Cultura e Inclusão (o CITCCI), denominação esta que, em 20 de maio de 2019, veio a ser alterada para Centro Português de Tiflologia (CPT), tendo os órgãos sociais sido empossados no dia 28 do mesmo mês e ano, mas já se encontrando em atividade desde aquela data, tendo realizado online/via skype, inclusive, Cursos de Formação Profissional para Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, como a seguir se indica:

- Nos dias 10 e 11 de março de 2017, realizou o primeiro Curso Online/via skype de Formação em Orientação e Mobilidade para pessoas cegas e normovisuais, com formandos *\*in loco\** e em Cabo Verde, nas Ilhas da Praia, Mindelo e Maio, com o patrocínio da ONGD Causa Maior e da Reitoria da Universidade de Cabo Verde.

- Nos dias 28 e 29 de setembro de 2018, realizou o mesmo Curso para São Tomé e Príncipe, com o patrocínio da ONGD Causa Maior e da Universidade de São Tomé.

· Nos Dias 8 e 9 de fevereiro de 2019, realizou de novo o mesmo Curso para Cabo Verde, nas Ilhas da Praia, Mindelo e Assomada, com o patrocínio da ONGD Causa Maior e da Reitoria da Universidade de Cabo Verde.

O Centro Português de Tiflogia (Palmeiro, 2019), conforme o indicado nos seus Estatutos, tem por objetivo principal investigar, estudar, desenvolver, validar e aplicar teorias e boas práticas reabilitativas e inclusivas no âmbito da tiflogia, sendo o seu objeto social, neste sentido, a reabilitação e integração, o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a divulgação da investigação científica e respetiva aplicação, bem como a produção e distribuição de conteúdos científicos, em estreita cooperação com outros Centros de Investigação e Formação congéneres, Estabelecimentos de Ensino Superior, sobretudo nas áreas da Comunicação e da Educação, em Portugal e no estrangeiro, conforme os fins seguintes:

a) Contribuir para a realização de projetos de investigação, formação e desenvolvimento a título individual ou coletivo, sejam estes gerados internamente ou propostos por outros agentes parceiros a operar nas esferas da investigação e formação, reabilitação e desenvolvimento, do ensino, da cultura, das empresas e instituições públicas e privadas, incluindo Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD's;

b) Estabelecer, em estreita colaboração e com o apoio da Fundação Nossa Senhora da Esperança, com os seus parceiros uma permanente troca de conhecimentos, experiências e iniciativas de carácter científico, tanto nas áreas da reabilitação e integração, da formação (formadores/docência), da investigação e desenvolvimento de projetos, com benefício mútuo;

c) Atrair formandos e profissionalizandos, para os dotar das necessárias capacidades e competências profissionais na área da tiflogia;

d) Atrair e fixar investigadores, estagiários e formadores na área da tiflogia;

e) Apoiar a atividade investigativa e formativa de profissionais, pós-graduandos, mestrandos, doutorandos e pós doutorandos na área da tiflogia;

f) Fomentar e promover a reabilitação e integração no âmbito da problemática da disfunção visual, internamente ou em parceria;

g) Publicar os trabalhos científicos dos seus membros ou ainda outras investigações prosseguidas no âmbito de pós-graduações, mestrados, doutoramentos e pós doutoramentos, para cuja especificidade científica criará uma publicação, com a adequada revisão por pares e periodicidade a definir;

h) Assegurar um intercâmbio regular com instituições e Centros de Investigação e Formação congêneres, nacionais e estrangeiros, incentivando a participação em projetos de interesse comum;

i) Organizar conferências, seminários e outras manifestações públicas, numa perspetiva disciplinar ou pluridisciplinar, que contribuam para a extensão, e também para o aprofundamento, de novas tendências da investigação e formação na problemática da deficiência visual, num contexto científico, cultural e inclusivo.

Ainda nesta aceção, a Fundação Nossa Senhora da Esperança está a ultimar, para inaugurar a todo o momento, o Museu Tiflológico Português (o primeiro do género no nosso País), procurando nele reunir todo o material tiflológico disperso ao longo do país, criando, inclusive, uma Plataforma Inclusiva com links partilháveis para todos os Museus, Bibliotecas para Cegos e/ou com Serviços de Leitura para pessoas cegas e outros equipamentos de cultura em Portugal e além fronteiras.

### III.3. Biblioteca do Instituto Branco Rodrigues

O Instituto de Cegos "Branco Rodrigues" tem o nome do seu fundador, o nome por que ficou mais conhecido o Prof. José Cândido Branco Rodrigues. Este Instituto, «por si fundado no ano de 1900, em Lisboa, inicialmente com a designação Escola Intelectual e Profissional de Cegos, utilizando instalações da Escola Comercial Rodrigues Sampaio cedidas por Despacho Ministerial, instituição que, depois de sucessivos locais de instalação, veio a fixar-se definitivamente, com o nome Instituto de Cegos Branco Rodrigues, em São João do Estoril, no ano de 1913, em edifício construído para o efeito, num terreno que, exclusivamente para tal finalidade, havia sido doado pela benemérita Maria Vitória Florinda Leal, durante os anos mais difíceis da Primeira Grande Guerra.» (Guerreiro, 2011).

Branco Rodrigues foi um benemérito inigualável, um exemplo vivo, ativo e altamente frutuoso para a causa das pessoas cegas em Portugal, viajou pela Europa, sem

ajudas económicas de ninguém, para se inteirar das melhores condições vivida no contexto da cegueira lá fora para implementar no nosso país, usou a sua fortuna pessoal na questão difícil das pessoas cegas, essencialmente nos planos da subsistência e da instrução. Colocou toda a sua disponibilidade económica e financeira na resolução dos grandes problemas que, naquela altura e de forma inadmissível, afetavam os cegos portugueses.

Considerando a enorme importância que representa este grande humanista e pedagogo para a tiflogia em Portugal, achamos útil e oportuno alargar neste subcapítulo a explicitação de alguns pormenores que, em nossa opinião, refletem um significativo trabalho desenvolvido pelo próprio, de maneira absolutamente pioneira, para a emancipação social destes cidadãos, que deveriam ter e gozar direitos iguais aos das pessoas normovisuais, mas que lhes eram negados pelo Estado e pela sociedade civil de então.

Foi devido ao empenho e aos investimentos do Prof. Branco Rodrigues que surgiu o Instituto Branco Rodrigues, em função dos resultados obtidos na venda da publicação «Jornal dos Cegos», por ele criado em 1895 e que sobreviveu até 1920. O produto da venda deste jornal fora destinado, de forma sucessiva, à Associação Promotora do Ensino dos Cegos, que Branco Rodrigues ajudou a fundar em 1887 e a concretizar em 1888 (para ensinar aos cegos portugueses o Sistema Braille e outras ocupações), às Oficinas Branco Rodrigues, que fundou no princípio da década de 90 do século XIX em Castelo de Vide (lugar da génese da emancipação socio laboral das pessoas cegas em Portugal), e à Escola «Jornal dos Cegos», a qual veio a originar o Instituto em referência.

Curiosamente, o «Jornal dos Cegos» passou a ser rentável a partir da altura em que a sua impressão começou a ser feita na Imprensa Nacional a expensas do Estado. As receitas obtidas vieram a reverter só a favor da instituição Escola «Jornal dos Cegos» e, nessa medida, do próprio Instituto de Cegos "Branco Rodrigues".

Conforme a muita investigação publicada, entre outros autores, por Fonseca (1934), Pinto (1962 e 1977), Oliva (1976 e 2007), Amado (2008 e 2013), Guerreiro (2000d, 2011, 2012 e 2014a) e Palmeiro (2019), o «Jornal dos Cegos» veio a ser o instrumento de informação utilizado por Branco Rodrigues «para informar e esclarecer a sociedade portuguesa sobre a dignificação das pessoas cegas através da educação, do trabalho e da assunção das suas responsabilidades pessoais, familiares e outras.» (Guerreiro, 2011). Nas instituições que veio a fundar, incluindo o Instituto de São Manuel no Porto, Branco Rodrigues procurou sempre dotar essas instituições de bibliotecas, motivando pessoas

voluntárias (que eram habilitadas no domínio do Sistema Braille) «para transcreverem em braille obras em caracteres comuns e adquirindo publicações impressas em braille em instituições estrangeiras, nomeadamente francesas.» (Guerreiro, *idem*).

No sentido de fazer disponibilizar cada vez mais livros e revistas em braille, Branco Rodrigues ideou e concretizou as primeiras impressões em braille em Portugal, fazendo ele próprio imprimir na Imprensa Nacional, com caracteres móveis por ele criados, em 1898 e em 1899, os primeiros documentos impressos em braille no nosso país, de sua autoria. Em 1898, fez imprimir um número especial do «Jornal dos Cegos» comemorativo do 4º Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, em cinco línguas (português, francês, italiano, inglês e alemão), número este que, na qualidade de primeira impressão em braille em Portugal, foi distribuída por 368 instituições tiflológicas europeias e americanas e enviada a Reis e a Presidentes da República de bastantes países. Em 1899, imprimiu o seu «Método Estenográfico para a Língua Portuguesa», como forma de, também pela primeira vez, se poder poupar espaço nos textos em braille e conseguir-se passar a escrever mais palavras em braille numa página.

Seguindo a Bibliografia de referência sobre este assunto, apareceram no nosso país os primeiros livros impressos em braille pouco antes dos anos 90 do século XIX, trazidos de França pelo poeta João de Deus. Este facto teria levado, em 1951, os fundadores da então Liga de Cegos João de Deus (LCJD), que em 1989 veio a integrar a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO), a considerá-lo patrono daquela instituição, conforme o também sustentado por Joaquim Guerrinha (cit. por Guerreiro, 2000d; & Guerrinha, 2004: 318). E sabe-se que o Sistema Braille teria chegado a Portugal pouco antes de 1890, conforme o já atrás referido, e que a oficialização do ensino das pessoas cegas no nosso país fora decretada pelo Governo, por intermédio do ministro João Franco, em 22 de dezembro de 1894. Este acontecimento, devido ao trabalho que vinha a ser desenvolvido por Branco Rodrigues, também fora resultado das suas insistentes propostas, de acordo com o sustentado por Guerreiro (2000d e 2012).

Branco Rodrigues viveu e desempenhou um papel extremamente interventivo, lutando pela «eliminação de preconceitos e de erradas ou imprecisas concepções sobre as potencialidades, capacidades e competências das pessoas cegas, tendo-o a História imortalizado no plano da tiflologia, muito nos ficando por exprimir, nesta breve abordagem, em relação ao humanista, professor e jornalista, filantropo, tiflófilo, pedagogo, tiflólogo, à

personalidade do Homem (com H maiúsculo), que teve a coragem de colocar na sua intervenção todas as suas capacidades e aptidões, numa entrega devotada e total, para arrancar as pessoas cegas à condição de sub-humanidade em que se encontravam no nosso país, o que o tornou digno do venerador respeito das pessoas cegas e das que vêm, por ter contribuído para o desmoronamento de barreiras sociais e culturais, por ter aberto caminhos, iniciando e desenvolvendo a preparação profissional e intelectual das pessoas cegas, e pelo progresso social a que deu origem, propugnando por que as mesmas passassem a ser consideradas capazes de contribuir para a vida da comunidade.» (Guerreiro, 2011: 65-66).

O seu esforço tiflológico notável e singular tem originado aprofundada reflexão e investigação sobre a sua obra, tendo vindo a ser criado, em 1976, um prémio trienal científico e literário com o seu nome: «Prémio Branco Rodrigues». Pelo imenso e frutífero trabalho desenvolvido, Guerreiro (2011) chegou a justificar, sem desejável êxito até agora, a criação de uma Fundação com o seu nome: Fundação Professor Branco Rodrigues. Seria «uma grande e muito justa homenagem a este benemérito, generoso, voluntarioso, humanista conhecedor e sabedor dos reais caminhos que interessam às pessoas cegas para que possam viver condignamente em sociedade, contribuindo para o engrandecimento da mesma com realizações pessoais, sociais e institucionais em igualdade de circunstâncias e de oportunidades com as pessoas normovisuais, sendo parte indissociável (absolutamente integrante) da sociedade que todos constituímos e somos, com todos os direitos e deveres à participação social e viver com a necessária qualidade de vida.» (Guerreiro, 2011: 67). Teria sido uma grandiosa homenagem para se assinalar justamente os 150 anos do nascimento do emérito tiflopedagogo e tiflólogo em referência, «com um bem definido projecto científico e tecnológico, pedagógico e cultural, de estratégias para a melhoria da qualidade de vida das pessoas cegas e com baixa visão» (Guerreiro, 2011: 67-68), pela sensibilização e correção da opinião pública sobre as pessoas cegas, estendendo-lhes e organizando para estas o ensino intelectual, «fomentando e principiando a preparação profissional, desenvolvendo uma não menos apreciável acção assistencial, realizando o primeiro recenseamento dos cidadãos cegos portugueses (havia cerca de 7281, cujos resultados foram publicados no "Jornal dos Cegos" em 1903), apontando indispensáveis cuidados no âmbito da profilaxia da cegueira e lutando, incessantemente, contra a indiferença e a inacção dos poderes públicos» (Guerreiro, 2011: 67).

Achamos oportuno, pela especificidade biblioinclusiva que abordamos, ter deixado aqui expresso algo do perfil deste exemplo vivo do tanto que pôde empreender, em favor da causa dos cegos, com inteligência, tenacidade, persistência, boa-vontade e «uma abnegada e desmedida generosidade!» (Guerreiro, 2011: 67).

Mas o Instituto Branco Rodrigues conseguiu criar a sua própria Biblioteca Braille, a grande maioria escritos à pauta, sobretudo com transcritores voluntários, que eram previamente preparados para o desempenho dessa tarefa.

A título de curiosidade, a Pauta Braille é um «dispositivo, constituído por uma placa sulcada ou com cavidades circulares e por uma régua ou placa dividida em rectângulos, para escrever braille ponto a ponto, da direita para a esquerda, de modo que ao voltar-se o papel a leitura se faça da esquerda para a direita.» (Guerreiro, 2004). Acresce dizer que o Sistema Braille é constituído por células de seis pontos cada, na sua forma inicial, e, no plano informático, por células de oito pontos. A partir de Louis Braille, foram surgindo pautas braille e régua-braille de diversos tamanhos e formatos, bem como punções (o estilete com que se sulcam os pontos no papel, colocado na pauta. O punção é o «estilete para produzir pontos em relevo em pautas e em régua.» (Guerreiro, 2004). As pessoas que transcrevem textos em braille a partir de textos ou livros em caracteres comuns denominam-se Transcritores Braille. Assim, o Transcritor Braille é «aquele que transcreve um texto em caracteres comuns para braille.» (Guerreiro, 2004).

A Biblioteca do Instituto Branco Rodrigues chegou a possuir um recheio bibliográfico em braille com mais de uma centena de títulos, cujo número de volumes andaria à volta do meio milhar. A grande parte destes títulos, sobretudo de música, vieram a ser oferecidos mais tarde à Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal. O Instituto Branco Rodrigues ruiu com os anos, tendo sido criado na Parede, com o mesmo patrono, um Lar Residencial para pessoas cegas, o qual funciona hoje com essa valência. Também tem uma Biblioteca, que ainda conserva alguns livros manuscritos à pauta antigos provenientes do ex-Instituto de Cegos Branco Rodrigues. O edifício onde este Instituto foi fundado havia sido doado, terreno e construção de raiz, para o ensino das pessoas cegas, nele internadas, privilegiando-se a música, do qual vieram a sair virtuosos pianistas e violinistas, bem como exímios noutros instrumentos, como de sopro, que chegaram a fazer Cursos Superiores de Piano e de Violino no Conservatório Nacional, em Lisboa, com elevadas classificações, chegando a registar-se a classificação de 20 valores.

#### III.4. Biblioteca da Associação de Beneficência Luís Braille

A Associação de Beneficência Luís Braille (ACLB) foi fundada por pessoas cegas em 1927, em Lisboa, a qual, em conjunto com as demais Associações de cegos que vieram a ser fundadas no país, veio a originar a atual ACAPO, que integra todas elas, as anteriormente formadas. Cada uma das Associações de Cegos em Portugal, a ACLB, a LCJD e a Associação de Cegos do Norte de Portugal (ACNP), tinham a sua Biblioteca Braille própria e, nesta altura, a ACAPO deveria ter mantido uma Biblioteca com livros em braille e nos suportes áudio e digital, o conjunto dos espólios da ACLB, LCJD e ACNP.

A ACLB tinha uma valiosíssima Biblioteca Braille, rica em música clássica e ligeira, e também obras literárias, umas e outras, na sua maioria, escritas à pauta. Das cerca de 6000 peças musicais restam à volta de duas centenas e meia. A LCJD tinha uma Biblioteca Braille e Áudio, com um volumoso e rico espólio em obras gravadas em fita magnética aberta (bobinas) e em cassete áudio, um recheio em braille e em áudio importantíssimo, que se perdeu. A ACNP também tinha a sua Biblioteca Braille, embora bastante reduzida porque, praticamente, se resumia ao que vinha sendo impresso no Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille. Os importantes e inúmeros exemplares de livros em braille e em suporte áudio, fruto de um árduo trabalho de transcritores cegos e normovisuais, de voluntários leitores de obras em caracteres comuns, cujas origens, no que respeita ao braille, poderemos remontar nalguns casos a finais do século XIX, desapareceram nas circunstâncias que, recentemente, obrigaram a ACAPO a sair da Rua de S. José e da Rua de Santa Marta, prédios que entraram em obras, soterrando ou levando para o lixo o valiosíssimo e singular acervo documental das Bibliotecas da ACLB e da LCJD.

Na verdade, por incrível que pareça, temos observado em Portugal, no que se refere à produção de materiais de leitura audiotáteis, o repentino e absolutamente inesperado abatimento ou estranha forma de desaparecimento desses materiais. Livros em braille ou em áudio, mapas em relevo de variadíssimos domínios, políticos, geográficos, hidrográficos, orográficos, mapas do corpo humano... autênticos patrimónios históricos, tesouros cognitivos únicos, que levaram tanto tempo a conceber e a materializar... que foram tão difíceis de produzir... Tantos anos de trabalho perdidos, tanto e riquíssimo trabalho perdido.

A propósito de materiais em relevo únicos, cabe aqui referir também que o Centro de Produção de Material de Lisboa, do Centro de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo do

Instituto de Segurança Social, I.P., também se extinguiu e, com ele, um importantíssimo e volumosíssimo espólio de inúmeros exemplares atirados ao lixo.

### III.5. Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille

O Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille (denominado na sua origem Centro de Produção do Livro para o Cego), foi fundado, com a revista «Poliedro» (que publica mensalmente até aos dias de hoje), pelo próprio José Ferreira de Albuquerque e Castro em 1956, no Instituto de S. Manuel, no Porto, sob a égide da Santa Casa da Misericórdia desta cidade.

Albuquerque e Castro nasceu em 1903 e foi o fundador e Diretor do Centro e da Revista atrás referidos até ao ano do seu falecimento, em 1967. Criou uma imprensa braille, a qual continua a ser ainda a única no nosso país.

O Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille continua a ser a única imprensa braille portuguesa, nela se imprimindo livros para todas as áreas do conhecimento, em especial nos domínios da educação e da literatura, tendo, até esta altura, produzido 1160 títulos em 5048 volumes, servindo todas as Bibliotecas ou Áreas de Leitura para Deficientes Visuais no país, mesmo no âmbito da CPLP, Escolas de Referência e pessoas individuais.

As políticas de inclusão das pessoas com deficiência levaram a Santa Casa da Misericórdia do Porto a criar e a pôr em funcionamento, desde dezembro de 2007, o Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD), o qual engloba o Instituto de S. Manuel (para cegos), o Instituto de Araújo Porto (para surdos) e o Centro Prof. Albuquerque e Castro (para imprimir edições em braille). Procurando corresponder aos desafios do século XXI, o CIAD desenvolve toda uma ação no sentido de «combater a exclusão, promovendo a cidadania e a conseqüente consciencialização dos cidadãos para a diversidade, a riqueza das sociedades, pois todos somos cidadãos com igualdade de direitos e de deveres» ([www.scmp.pt/pt-pt/ensino-especial/ensino-especial\\_9](http://www.scmp.pt/pt-pt/ensino-especial/ensino-especial_9) [Acedido em 16 de junho de 2016]).

### III.6. A Primeira Biblioteca Pública para Pessoas Cegas em Portugal

Neste subcapítulo, temos que nos cingir quase em exclusivo aos trabalhos do investigador que, em Portugal, mais tem investigado e produzido nesta área, o autor que mais entradas bibliográficas tem em Referências Bibliográficas.

Deve-se este acontecimento à Câmara Municipal de Lisboa, que começou a preocupar-se com a enorme percentagem de analfabetismo e pobreza cultural da população lisboeta, desde a segunda metade do século XIX. Pensamos que, como fruto da política de Passos Manuel e do Setembrismo relativamente ao ensino, inscrevera esta Câmara, no seu Orçamento para 1862, "a primeira verba destinada à instrução" (se bem que, desde princípios da Idade Moderna, e à semelhança de outros Municípios do nosso País, tenha procurado corresponder, de algum modo, "à necessidade de ensino, conquanto elementaríssimo, às classes populares, pagando tença anual a «mestres de ler, escrever e contar»)" (Guerreiro, 1981). Neste sentido, veio a abrir em 1875 as suas duas primeiras escolas primárias, "como resultado das suas intenções em prol da instrução manifestadas em 1872", dotando nos anos a seguir os diferentes bairros da cidade de Lisboa com escolas primárias, principalmente na década de 80 (Ibid.), num trabalho paralelo com a criação de pequenas bibliotecas para uso exclusivo de professores e alunos das escolas respetivas. Cria, em 1895, a sua primeira biblioteca pública (a Biblioteca Municipal de S. Lázaro), junto da Escola Municipal nº 1, ambas a funcionar ainda hoje no mesmo local. Foi a partir desta altura que este Município começou a esforçar-se por difundir a cultura pelos diferentes bairros de Lisboa.

É nesta sequência de preocupações (Guerreiro, 1981; 1989; 1994; 2000; 2011) que este Município funda, em 1963, a primeira biblioteca pública para cegos em Portugal, graças à oferta de cerca de meia centena de monografias e publicações periódicas, feita pela Embaixada do Brasil em Portugal, a qual viria a originar a primeira biblioteca inclusiva no país, a Biblioteca Municipal Camões (1981), e o Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais (1994).

Presentemente, tem este Município espalhadas pela cidade 18 Bibliotecas (incluindo uma itinerante, a Hemeroteca Municipal e o Gabinete de Referência Cultural), cujo objetivo primordial é fornecer à população de Lisboa os instrumentos necessários à sua valorização cultural, científica, técnica e profissional e promover, na medida do possível, atividades de

extensão cultural, como conferências, colóquios, exposições, jogos didáticos, exibição de filmes, recitais de poesia, hora do conto... servindo os diversos níveis etários e de conhecimento dos utilizadores/clientes.

Na realidade, depois da invenção do sistema braille, têm sido criadas inúmeras bibliotecas para cegos no mundo inteiro, a nível estatal e das autarquias locais, das associações tiflológicas e de outras Organizações Não Governamentais. Como já atrás de algum modo dissemos, só em 14 de junho de 1963 nasceu em Portugal, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, a primeira biblioteca pública para cegos, a princípio mais comparável a um pequeno armário de livros em braille, no Jardim da Estrela, com leitura de presença, mas cujo acervo documental depressa se revelou insuficiente, dado que as pessoas cegas conhecedoras do braille rapidamente o leram duas e três vezes. Esta crescente fome de leitura, por parte das pessoas cegas em Lisboa, fez com que viessem a fazer-se mais ofertas de livros em braille à Câmara, a partir de pequenas bibliotecas em braille pessoais que os seus detentores desejavam partilhar com os mais carenciados de saber. Neste sentido, a Câmara mandou imprimir em braille na única imprensa braille portuguesa, o Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille (na altura denominado Centro de Produção do Livro para o Cego), alguns exemplares de obras de autores mais consagrados portugueses, havendo estabelecido um contrato, por um preço simbólico, em que se comprometia esta imprensa a enviar à Câmara dois exemplares de cada obra nova que ia produzindo em braille. Os livros em questão eram destinados à Biblioteca para Cegos, sendo um processo de aquisição de livros que ainda hoje se pratica, com o Gabinete de Referência Cultural.

Esta biblioteca passou por vicissitudes complexas, tendo o fundo bibliográfico transitado em 1965 do Jardim da Estrela para parte das instalações da Biblioteca Municipal de Belém; posteriormente foi instalada em Pedrouços, voltou depois às mesmas instalações em Belém. Passou depois pela Rua de S. Pedro de Alcântara (ao Bairro Alto) em 1973 e veio a instalar-se nesse mesmo ano no 1º andar esquerdo de um imóvel de utilidade pública, sito no nº 17 do Largo do Calhariz, aí originando o nascimento da primeira Biblioteca Inclusiva, a Biblioteca Municipal Camões, que depressa perdeu essa valência, e tendo nascido no mesmo edifício o atual Gabinete de Referência Cultural, o qual, sucessivamente, também tem vindo a mudar de instalações em Lisboa, localizando-se hoje nos Olivais.

A Biblioteca para Cegos passou por deambulações variadas e os seus utilizadores/clientes com deficiência visual também passaram a aceder à leitura dos livros

através da modalidade de leitura domiciliária a partir de 1965. Passaram a poder requisitar livros pelo telefone, por intermédio de outras pessoas ou pessoalmente. A entrega e recolha dos livros era feita nos seus domicílios por um funcionário da Biblioteca. Posteriormente, alargou-se esta modalidade a âmbito nacional, enviando-se os livros pelo correio.

Sendo bastante diminutas as fontes de espécies bibliográficas em braille, praticamente inexistentes, veio a adotar-se nos diversos países a criação de serviços de transcrição para braille das obras mais significativas escritas a tinta, como o processo mais eficiente, junto das bibliotecas para cegos. Por este processo e pela inovação tecnológica entretanto verificada, existem fundos bibliográficos, em bibliotecas para cegos de determinados países, que rondam o milhão de volumes, ultrapassando mesmo, nalgumas delas, este número em largas centenas de milhar.

Apesar dos seus poucos recursos materiais, humanos e económicos, também esta Biblioteca iniciou os trabalhos de transcrição em meados de 1973 (tendo Augusto Deodato Guerreiro, então funcionário, transcrito em máquina datilográfica braille Perkins cerca de duas dezenas de livros), mas tendo sido estas tarefas suspensas em fins de 1977, principalmente devido à insuficiência de recursos humanos. A especificidade desta Biblioteca exigia o recrutamento de pessoal especializado em braillografia, o que veio a verificar-se, embora em número muito reduzido, entretanto.

Mas com os esforços que vieram a ser levados a cabo, esta Biblioteca chegou a ter, em 1981, quando foi aberta ao público como a primeira biblioteca inclusiva no país, com a denominação Biblioteca Municipal Camões, 14 funcionários, para o desempenho de tarefas de carácter biblioteconómico, entre outras as seguintes, conforme registado por Guerreiro (1981):

- "Transcrição de assuntos da mais variada índole e fornecimento de cópias (desde elementos de grafia e de simbologia braille, passando por textos de francês, inglês e alemão, artigos de enciclopédias e de dicionários, até aos extractos das diferentes obras);"

- "Tradução para português de textos em francês, inglês e alemão, e respectiva transcrição em braille, para apoio a estudantes universitários;"

- "Gravação em fita magnética (embora sem condições acústicas) de obras, de extractos de artigos de enciclopédias e de dicionários."

Assim, de forma a poder corresponder aos utilizadores com a necessária precisão e rapidez, no que respeita ao fornecimento de cópias e de fonocópias dos mais variados assuntos, de informações bibliográficas e de súmulas das diversas matérias, foi preciso começar a adquirir-se e a atualizar-se um fundo bibliográfico de livros em caracteres comuns, o mais diversificado possível, para apoiar os serviços de transcrição e de gravação, chegando a atingir-se os 10 000 volumes em caracteres comuns e 5000 volumes em braille, totalizando 15000, em braille e a tinta. E foi o facto de se ter atingido um fundo documental a tinta tão significativo que fez nascer a ideia de transformar esta Biblioteca para Cegos numa Biblioteca que pudesse servir ao mesmo tempo pessoas cegas e normovisuais, incluindo as com mobilidade reduzida ou condicionada, com a designação de "Biblioteca Camões", a aludida primeira biblioteca inclusiva em Portugal.

Em nossa opinião, historiar em profundidade o aparecimento e evolução da primeira Biblioteca Pública para Cegos em Portugal, que originou a primeira Biblioteca Inclusiva em Portugal e que gerou o atual Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais, daria uma justa Dissertação de Mestrado (e até não menos justamente de Doutoramento), em cujas dimensões acabaram por emergir os primeiros sinais da necessidade de se dotarem bibliotecas com competências de natureza biblioinclusiva. Esta Biblioteca veio a receber em 1975 um subsídio no valor de 683 688€00, da Fundação Calouste Gulbenkian, para a aquisição de equipamento específico. Com fins idênticos, foi entregue à Câmara Municipal de Lisboa, em 1979, um legado de 50 000 coroas dinamarquesas, "instituído em testamento pelo falecido representante da Dinamarca em Lisboa, Senhor Hugo Hergel, destinado a ocorrer a encargos com a assistência aos cegos de Lisboa, tendo sido confiado à Biblioteca Camões a sua utilização, no sentido desta o investir em favor do progresso da tiflogia em Portugal, como expressão da maior homenagem a prestar ao referido diplomata." (Guerreiro, 1981).

Os seus principais objetivos encontram-se expressos no artigo de Guerreiro (1981), que temos vindo a seguir neste subponto, os quais achamos oportuno referir:

- "Desempenhar um papel relevante no panorama socio-cultural do Município e, por extensão, no próprio País, de acordo com a sua especificidade";
- "Servir simultaneamente pessoas deficientes e não deficientes, colmatando, ao mesmo tempo, uma lacuna existente na zona central da cidade, desprovida de bibliotecas públicas";

- "Promover uma acção dinamizadora no sentido de se obter uma participação real e efectiva dos seus utilizadores, em actividades bibliotecárias e circumbibliotecárias, visando fomentar e desenvolver uma acção cultural e recreativa junto dos mesmos, dentro de uma concepção moderna de verdadeiro alcance de integração social".

Para se alcançarem estes objetivos, foi necessário desenvolverem-se esforços nos planos da Leitura Pública (leitura de presença e domiciliária), fornecendo livros em braille em caracteres comuns, mas também obras total ou parcialmente gravadas em fita magnética; fotocópias de trechos diversos; pequenos textos datilografados; fichas de resumo de documentos/livros; bibliografias temáticas; um boletim bibliográfico e informativo (impresso em braille e a tinta), trimestral, com referências e análises bibliográficas de obras, segundo as modernas técnicas documentais, o que veio a originar, em 1990 a "Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa", atividades estas que visavam facilitar ao utilizador cego a rápida apreensão do conteúdo intelectual de determinada obra e, ao mesmo tempo, alargar-lhe os seus horizontes do saber.

Desenvolveram-se também processos de aquisição de obras em caracteres comuns e em braille, estas por compra em Portugal e no estrangeiro, por transcrição nos serviços por pessoal fixo e voluntários, por encomenda, por oferta e por permuta.

Houve necessidade de se proceder a um tratamento preliminar e técnico igual para os fundos bibliográficos em braille e a tinta, formando instrumentos de pesquisa (os diferentes catálogos) para permitirem à pessoa cega consultá-los com independência e autonomia, o que lhe possibilitava recuperar a informação pretendida em analogia com a pessoa normovisual. Os instrumentos a que nos referimos são: os catálogos "de Autores e Obras Anónimas" (Onomástico), "de Títulos" (Didascálico), "de Assuntos", "de Assuntos Didáticos" (apenas para os diferentes níveis do ensino escolar até ao 12º ano) e "de Assuntos Tiflológicos", bem como de domínios mais significativos do saber humano, para cujo efeito se elaboravam fichas de resumo e analíticas.

Também se desenvolveu toda uma ação de extensão cultural da biblioteca, dinamizando o esclarecimento dos utilizadores e a sua participação no processo de desenvolvimento cultural da própria Biblioteca, animação que veio a assumir o leque de atividade circumbibliotecárias seguinte, continuando em total sintonia com o artigo em referência que temos vindo a seguir:

- a) "Intercâmbio com as escolas, visando o melhor conhecimento recíproco do papel desempenhado pelo binómio escola-biblioteca";
- b) "Participação da biblioteca nas actividades escolares e circum-escolares";
- c) "Participação da escola nas actividades bibliotecárias e circumbibliotecárias";
- d) "Sessões de leitura comentada de textos circum-escolares, a hora do conto, e outros";
- e) "Realização de conferências, colóquios, mesas redondas, actividades afins";
- f) "Exposições bibliográficas, fotográficas, filatélicas, numismáticas, de âmbito tiflológico e outras";
- g) "Recitais de música e poesia";
- h) "Actividades escaquísticas" (chegando-se a possuir o material indispensável e adequado a pessoas cegas, mesas de jogo, tabuleiros e relógios de xadrez adaptados, para pessoas cegas poderem competir com pessoas normovisuais);
- i) "Realização de acções com carácter formativo - como cursos de reciclagem, cursos de braille, actividades pré-escolares e complementares da escola, divulgação das bibliotecas e do importantíssimo benefício prestado à comunidade, visto que é a partir do número e da qualidade das bibliotecas de um país que se deve medir a cultura e a civilização do seu povo";
- j) "Outras manifestações socio-culturais de objectivos idênticos - a planificar em colaboração com as instituições tiflológicas e da deficiência em geral, com as Juntas de Freguesia e escolas das freguesias confinantes com a da Biblioteca".

### III.6.1. A primeira biblioteca inclusiva em Portugal

Seguindo o sustentado por Guerreiro (1982 & 1989a), e conforme o já referido no subcapítulo anterior, a primeira Biblioteca Inclusiva em Portugal, tem a designação de Biblioteca Municipal Camões e foi aberta ao público no dia 6 de outubro de 1981. Esta biblioteca começou por servir utilizadores cegos e normovisuais nas mesmas salas de leitura e disponibilizando os mesmos instrumentos de pesquisa a utilizadores cegos e normovisuais,

visando uma integração intelectossocial e sociocultural das pessoas cegas, com uma naturalidade inclusiva até então inexistente no país, e no mundo, de acordo com os resultados de investigação por nós encontrados. Havia indicações em braille na ombreira da porta de entrada do edifício, na rua, ao longo do interior do edifício, mesmo nas mesas, cadeiras e estantes de livros nas salas de leitura. Em menos de uma dezena de anos, o que é extremamente estranho, as valências desta Biblioteca desapareceram, passando a mesma a disponibilizar publicações só em caracteres comuns e a servir no local, em termos de leitura de presença, só utilizadores normovisuais. Claro que há utilizadores cegos que solicitam a esta Biblioteca obras em caracteres comuns, que não existem em braille nem noutra qualquer tipo de suporte e formato, para lerem nos seus domicílios ou noutra qualquer lugar, com os olhos de alguém normovisual, ou para scanearem, de forma a, se necessário, poderem ler em suporte digital.

### III.6.2. Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais

O Gabinete de Referência Cultural: Pólo Interactivo de Recursos Especiais (GRC) da Câmara Municipal de Lisboa resultou da autonomização da Secção Braille da Biblioteca Camões e foi aberto ao público em 8 de julho de 1994, no andar abaixo daquele em que funciona a Biblioteca Municipal Camões.

Ainda antes da constituição do Gabinete em referência, devido a circunstâncias várias, para obviar à ausência desta valência na cidade de Lisboa, o Município lisboeta criou em Novembro de 1990 (no âmbito da Secção Braille que entretanto se autonomizara da Biblioteca Municipal Camões) a publicação «Dinamização Cultural: Revista Áudio da CML», editada mensalmente em cassete áudio e distribuída gratuitamente por instituições e pessoas individuais a nível nacional e CPLP, criou e abriu ao público, integrando aquela publicação, no dia 8 de Junho de 1994, o Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais (GRC) destinado às pessoas com deficiência sensorial, cognitiva, motora e outras, cidadãos de níveis etários o mais alargados possível, bem como a estudiosos e investigadores interessados no aprofundamento destas problemáticas, conforme o que tem vindo a ser investigado e publicado, e que indicamos em Referências Bibliográficas.

Infelizmente para os munícipes utilizadores deste Serviço, bem como de «Dinamização Cultural», também o estado de coisas não têm corrido de feição, pois o GRC e a publicação acima referida encontram-se numa fase de aparente letargo operacional e funcional, apesar de terem realizado já inúmeros eventos científico-culturais, dos quais destacamos os seguintes:

- Seminário «Lisboa no Rio: Humor, Poesia, História, Música...», realizado em 26 de Setembro de 1991 a bordo do barco "Marvila", no Rio Tejo, assinalando o 1º Aniversário de "Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa" (Guerreiro, 1991 e 2011).
- Seminário «Lisboa: as Palavras e a Música», realizado em 26 de Setembro de 1993 a bordo do navio «S. Jorge», no Rio Tejo, assinalando o 3º Aniversário de "Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa", o que mereceu destaque televisivo, tendo sido transmitido no Canal 2 da RTP um programa alusivo com a duração de cerca de 25 minutos.
- Conferência Europeia «Linguagens Universais: o Gesto, a Pintura, a Escultura, a Dança, a Música...», realizada em 28 de Outubro de 1994 no Gabinete de Referência Cultural/Biblioteca Municipal Camões, assinalando o nascimento do Gabinete de Referência Cultural (em Julho do mesmo ano) e o 4º Aniversário de "Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa".
- Congresso Nacional «Antropologia Marítima» (sob a direcção técnica e científica do GRC), realizado nos dias 22 a 25 de Novembro de 1994 no Padrão dos Descobrimentos, no âmbito do Gabinete de Referência Cultural e a Universidade Internacional para a Terceira Idade, mediante Protocolo Científico-Cultural existente entre aquela Universidade e a Câmara Municipal de Lisboa.
- Exposição «Jangadas, Pirogas e Embarcações do Mundo» (do Mestre Elídio Carapeto), realizada nos dias 24 de Novembro a 19 de Dezembro de 1994 no Padrão dos Descobrimentos e organizada pelo GRC e UITI, ao abrigo do protocolo científico-cultural outorgado entre a CML e aquela Universidade.
- Conferência Nacional «O Som e a Informação», realizada nos dias 11 e 12 de Dezembro de 1996 no Auditório do Montepio Geral, assinalando o 6º aniversário de "Dinamização Cultural" e o 2º aniversário do Gabinete de Referência Cultural, cujas

resoluções/recomendações estão na génese da formulação à Assembleia da República da necessidade de se acessibilizar, em formato de texto, toda a informação, dela emanada e disponibilizada na Internet, às pessoas cegas e deficientes visuais.

- Colóquio Nacional «Informática e Leitura Especial em Portugal: Novas Acessibilidades para as Pessoas com Deficiência», realizado no dia 19 de Novembro de 1997 no auditório do Montepio Geral, assinalando o 7º aniversário de "Dinamização Cultural" e o 3º aniversário do GRC, cujas resoluções/recomendações integram a génese da supra-referida formulação à Assembleia da República, as quais também contribuíram para a criação do Serviço de Leitura Domiciliária Especial do GRC, tendo o Monte Pio oferecido à Câmara Municipal de Lisboa, para esse efeito, equipamento informático e uma carrinha para se proceder à distribuição e recolha de publicações nos domicílios e/ou nos locais de emprego dos munícipes com dificuldades de autonomia e independência.

- Colóquio Nacional «Infotecnologia e Sociedade» e assinatura do Protocolo Científico-Cultural entre a Câmara Municipal de Lisboa (no âmbito do Gabinete de Referência Cultural) e a Casa Pia de Lisboa (no âmbito do Colégio António Aurélio da Costa Ferreira), realizado no dia 6 de Dezembro de 2001 no Centro Cultural Casapiano da Casa Pia de Lisboa.

- Congresso Nacional «100 Anos de Tiflogia em Portugal», realizado nos dias 24 e 25 de Junho de 2004 no auditório da Biblioteca Municipal «Orlando Ribeiro», no qual se tendo registado intervenções únicas de investigadores especialistas na área, dos quais se destacam, por ordem alfabética: Ana Maria Bénard da Costa, António Sampaio, Assis Milton, Augusto Deodato Guerreiro, Claudino Arieira Pinto, Fernando Bivar Weinholtz, Filipe Oliva, Ferraz de Oliveira, Isidro Rodrigues, Jorge Fernandes, Júlio Damas Paiva, Orlando Monteiro, Serafim Queirós, Vítor Coelho. Estiveram também presentes, com materiais específicos para pessoas com deficiência a Anditec, a Ataraxia e a Electrosertec.

. Conversas na Biblioteca», evento iniciado em Maio de 2003, que visa aproximar da Biblioteca pessoas de níveis etários e de conhecimento diferentes, tendo lugar na última quinta-feira de cada mês uma sessão subordinada a um tema importante e de impacte mediático, sob a responsabilidade de um adequado orador à propósito da problemática agendada, com tradução simultânea em língua gestual, e enriquecida com o debate de todos os presentes.

· Forum Interactivo Inclusivo "O Mundo da Vida", transmitido *online* e com participação igualmente online, envolvendo na sua produção mensal o Gabinete de Referência Cultural (como fundador deste evento científico), a ECATI/ULHT e o Instituto de Segurança Social, I.P., com início em outubro de 2007 e fim em abril de 2010.

· Quartas Culturais no mesmo ano, desde julho, até abril de 2010, sendo o retomar de «Conversas na Biblioteca».

Parafraseando bastante Guerreiro (na sua vasta obra publicada sobre o assunto e a cujo conteúdo, conceitos e léxico muito nos ligamos, sobretudo também pelos anos de vida investigacional em comum), nos universos bibliotecológico e biblioteconómico, arquivístico e arquivonómico, incluindo a respetiva tecnologização, impõe-se incrementar a prática de diligências para combater a infoexclusão dos cidadãos que apresentam disfunções sensoriais, motoras e outras, bem como dos situados à margem da informação e da cultura pelas mais diversas razões, configurando, interiorizando e promovendo um novo conceito de inclusão comunicacional e cultural.

Cientes de que não há protagonismo de valores nem inclusão sem cultura, e porque não há cultura nem progresso sem comunicação, vontade, motricidade humana e utopia como retempero da esperança, urge encontrar a possibilidade de se caminhar para a materialização de um mundo de bibliotecas e arquivos onde a igualdade de oportunidades na acessibilidade à informação e à cultura nesses domínios por parte das pessoas com deficiência e/ou carenciadas culturalmente seja uma consequência natural de políticas esclarecidas e de legislação que apoie tanto o acesso como a total inclusão em todos os aspectos da vida em sociedade, conferindo, neste caso, à Biblioteca Pública (porventura as de outras tipologias) e ao arquivo essencialmente histórico uma das primordiais funções para informar, educar, formar... num amplo contexto de inclusão biblioteconómica e arquivonómica, comunicacional, cultural e infotecnológica. O número e a qualidade destas instituições acessíveis a todos os utilizadores interessados na leitura, investigação e informação em geral constituem, num conjunto indissociável, um desiderato vital para a realização pessoal e profissional de qualquer cidadão, bem como para o progresso e dignificação de um país.

Refletimos bibliotecas e arquivos em conjunto, porque entendemos que as bibliotecas não são sarcófagos do pensamento, mas laboratórios de ciência viva (parafraseando Raul Proença, conforme o já referido citado por Guerreiro), os arquivos, não obstante se

distingurem das bibliotecas no acervo, funcionamento e objectivos, também não são repositórios sepulcrais da história, ataúdes do passado, mas tesouros culturais e científicos vivos e imprescindíveis à evolução da ciência cognitiva. As bibliotecas e os arquivos constituem recursos básicos do sistema educativo de qualquer país e, nessa medida, devem tornar-se plenamente inclusivos.

O Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais da Divisão de Gestão de Bibliotecas da Câmara Municipal de Lisboa chegou a estar na direta dependência da Direcção Municipal de Cultura, houve uma forte tentativa de o reestruturação na adequada inserção orgânica (nesta Direcção Municipal da CML), mediante o redimensionamento e ampliação das suas funções, incluindo as valências de biblioteca inclusiva e investigação científica no domínio das linguagens especiais, mobilidade e inclusão sociocomunicacional, passando a ter a denominação Centro de Recursos Especiais e Investigação (CREI), sendo também um elucidativo suporte infotecnológico dos princípios e estratégias a implementar e a prosseguir pelas Bibliotecas Municipais no sentido da inclusão sócio-intelectual de todos os seus utilizadores.

Este Serviço passou por vicissitudes diversas, saiu do Largo do Calhariz e esteve instalado no nº 23 da avenida da República e hoje encontra-se a funcionar no edifício da BDteca Municipal, aos Olivais, infelizmente numa estranha forma de sobrevivência, como que, em morte lenta, em vias de desaparecimento.

### III.6.2.1. Atividades de extensão cultural

As atividades culturais na Câmara Municipal de Lisboa começaram a realizar-se por iniciativa da Biblioteca Camões, a primeira Biblioteca Inclusiva em Portugal. Essas atividades começaram por ser conferências sobre os assuntos mais prementes da atualidade, bem assim os com mais enfoque nas diferentes problemáticas da deficiência, considerando a especificidade da Biblioteca Municipal Camões. Estas atividades circumbibliotecárias ou de extensão cultural alargaram-se às demais Bibliotecas Municipais de Lisboa. Pela importância reconhecida pelos cidadãos em relação às Atividades Culturais nas Bibliotecas Municipais de Lisboa, estas atividades vieram a originar a "Agenda Cultural" da Cidade de Lisboa (durante algum tempo também disponibilizada em cassete áudio para pessoas cegas

e/ou com baixa visão, suplemento da revista áudio "Dinamização Cultural") e a Divisão de Animação Cultural do respetivo município.

### III.6.2.2. «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa»

Havia necessidade de uma publicação periódica acessível a pessoas cegas e com baixa visão, sobretudo àquelas que, tardiamente, perdem a acuidade visual suficiente para ler em caracteres comuns, ou que, perdendo essa capacidade na adultez, também não conhecem o Sistema Braille nem a sua sensibilidade tátil está devidamente desenvolvida para, com a desejável rapidez, poderem ler com os dedos. Para suprir esta lacuna na Cidade de Lisboa, o Município lisboeta criou em Novembro de 1990 a publicação «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa», com edição periódica mensal em cassette áudio e distribuída gratuitamente por instituições e pessoas individuais, a nível nacional e na CPLP. Nesta sequência, conforme o que já atrás escrevemos, a CML criou e abriu ao público, integrando aquela publicação, em Junho de 1994, o Gabinete de Referência Cultural - Pólo Interactivo de Recursos Especiais (Secção Braille que entretanto se autonomizara da Biblioteca Municipal Camões), destinado às pessoas com deficiência sensorial, cognitiva, motora e outras, cidadãos de uma zona etária o mais ampla possível, bem como a estudiosos e investigadores interessados no aprofundamento destas problemáticas, de acordo com o que tem vindo a ser publicado sobre o assunto.

Com a criação da Revista Áudio e do GRC procurou-se resolver, gradualmente e numa perspetiva mais alargada, dificuldades comunicacionais e de acessibilidade à informação e à cultura por parte das pessoas com deficiência visual, dando-lhes oportunidades tão análogas quanto possível às das pessoas normovisuais. «Comunicar é, antes de tudo, a permutabilidade de conhecimentos, reciprocidade intercompreensiva de mensagens apresentadas sob vários aspectos, legitimando o sentido e a condição de toda a vida social, sendo um processo essencial, não só da socialização, mas também da formação do indivíduo, na medida em que este adquire consciência de si próprio, interiorizando, exercitando e consolidando posturas e comportamentos nas trocas significacionais. Comunicar, como fenómeno psicossociológico infinitamente complexo, é o móbil e a edificação do progresso na mais ampla e digna diversidade do engrandecimento humano que possa imaginar-se, é (con)viver. Ninguém pode não-comunicar sob pena de sucumbir

intelectualmente ou de se tornar num inepto e vegetante ser.» (Guerreiro, 2005). Sustenta o autor em referência que "comunicar é como respirar" (2014a, 2014b, 2015a, 2015b e 2016), razão por que ninguém se pode encontrar em incomunicação.

Com base num Protocolo de cooperação então existente entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Centro de Produção de Material (CPM, extinto em 2009) do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Segurança Social, a matriz sonora da Revista era feita no CPM, por neste Serviço haver um estúdio de gravação com todas as condições técnicas e de sonoplastia. «O excelente método e processo tecnológico da sua gravação áudio e montagem - com diferentes vozes de locução, mas predominando a de Luís Mendonça, grande profissional da Rádio e incrível "máquina de ler" -, proficiente e magnífica ilustração musical, esteve sempre a cargo [...] do insigne sonoplasta e técnico operador de áudio Américo Manuel Dias Henriques, cego, que também foi músico e compositor.» (Guerreiro, 2011: 88).

Trata-se de uma «publicação caracterizada por um amplo eclectismo, com especial destaque para a olisipografia e história de Portugal, as problemáticas da deficiência em geral e da gerontologia, para a actualidade científica, técnica e cultural, [...] mas encontrando-se suspensa desde 2000 por dificuldades de natureza logística e orçamental» (Ibid.).

O número zero foi publicado em novembro de 1990 e o último, o número 111, em janeiro-fevereiro de 2000 (tendo publicado até ao seu número 40, em anexo, a "Agenda Cultural da Cidade de Lisboa"), estando 112 números desta Revista disponíveis nos suportes áudio e digital, para consulta, no Gabinete de Referência Cultural.

### III.6.2.3. Conversas na Biblioteca e Quartas Culturais do GRC da Câmara Municipal de Lisboa

Num espírito inclusivo de atrair cada vez mais cidadãos às Bibliotecas Municipais de Lisboa e familiarizá-los com as diferentes problemáticas da deficiência, o Gabinete de Referência Cultural iniciou, em 26 de maio de 2003, o seu Projeto Mensal «Conversas na Biblioteca» (sempre com tradução simultânea em Língua Gestual a cargo da então Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa), de cujo conjunto de temas

apresentados em conferência destacamos, por ordem alfabética, os considerados mais importantes e respetivos oradores:

- "A Criança e a Poesia: Cancioneiro Infanto-Juvenil", pelo Prof. Dr. Alexandre Castanheira.
- "Do Gesto à Palavra", pelo Dr. Adalberto Fernandes (INR, I.P.).
- "O Futebol na Cultura Popular", pelo Prof. Dr. Manuel Xarepe.
- "Geologia ao Vivo", pelo Dr. José Manuel Brandão.
- "Lisboa: uma Cidade no Tempo", pelo Dr. Baltazar de Matos Caeiro.
- "O Mito do Dilúvio Universal", pelo Prof. Dr. Joaquim Lúgris Torres.
- "Museu Mestre João da Silva", pelo Dr. Quintanilha Mantas.
- "O Soneto: Esse Desconhecido", pelo poeta Carlos Domingos.

As sessões de «Conversas na Biblioteca» realizavam-se mensalmente, na última quinta-feira de cada mês, a partir das 18h00, e sempre na Biblioteca Municipal Central, no Palácio Galveias da Câmara Municipal de Lisboa.

Estas sessões, depois de algum tempo de interrupção, foram retomadas em 2007 nas novas instalações do Gabinete de Referência Cultural, no 1º andar do nº 21 da Avenida da República, mas com outra denominação: «Quartas Culturais», porque também continuaram a ter lugar às quartas-feiras, uma vez por mês e na última quarta-feira, desde outubro de 2007 até março de 2010 e no mesmo contexto inclusivo e com tradução simultânea em Língua Gestual Portuguesa.

«Quartas Culturais» foi, assim, mais um dos importantes Projetos do GRC, atraindo às suas sessões um significativo número de cidadãos com perfis culturais e níveis de interesse variados. Para que possamos ficar com uma ideia dos diferentes temas abordados e respetivos preletores intervenientes, ordenamos de seguida, por ordem alfabética, os títulos dos principais temas apresentados na forma de conferência:

- "António Aleixo: um Poeta Moderno", pelo Dr. Ezequiel Ferreira.
- "Causas e Consequências da Ida da Corte de D. João VI para o Brasil em 1808", pela Dra. Maria da Conceição Lemos.

- "Ciência e Religião: Encontros e Desencontros", pelo Professor Doutor José Augusto Mourão.
- "A Cultura ao Alcance de Todos?", pelo Dr. Adalberto Fernandes.
- "A Espiritualidade e a Vida", pelo especialista Vítor Esteves.
- "A Globalização Versus Multiculturalidade", pelo Prof. Dr. Eduardo Miranda.
- "In Memoriam: o Pogrom de Lisboa de 1506", pelo Dr. João Maria Nabais.
- "Línguas Ibéricas", pelo Prof. Dr. Joaquim Lúgris Torres.
- "O Museu Nacional Ferroviário ao Alcance de Todos?", pelo Prof. Dr. Jorge Custódio.
- "A Pedra e o Espírito", pelo General Eduardo Mateus da Silva.
- "O 40º Aniversário da Grande Luta Nacional dos Ferroviários"; "Poesia do Real" e "A Poesia e a Paz", pelo poeta e politólogo Carlos Domingos.
- "Só o Regresso da Ética pode Resolver a Actual Crise Financeira", pelo Dr. João Miguel Sousa Paiva.
- "A Solidariedade de Aristides de Sousa Mendes", pelo Prof. Dr. António Moncada de Sousa Mendes.
- "Todas as Coisas Visíveis e Invisíveis: 12 Questões para a Discussão de um Problema", pelo Prof. Jerónimo Nogueira.

#### III.6.2.4. Forum Interactivo Inclusivo "o Mundo da Vida" do GRC da Câmara Municipal de Lisboa

«A humanidade tem que ser persistente e inovadora na transformação de mentalidades e das sociedades, na significação e legitimação do sentido social para a vida de todos os cidadãos. Para que esta prerrogativa se torne pragmática e eficaz, temos que nos assumir todos num forum permanente e interactivo, inclusivo e produtivo para a vida inclusiva.» (Guerreiro, 2007b e 2007c).

Neste contexto, o Gabinete de Referência Cultural criou o Forum Interactivo Inclusivo "o Mundo da Vida" (cuja primeira edição online se realizou em 19 de julho de 2007), um relevante Projeto municipal que envolvia sinergias institucionais para a inclusão, tendo lugar na primeira quinta-feira de cada mês, das 11 horas, ou mais cedo, às 13 horas, sendo cada sessão constituída por uma conferência, a cargo de um ou mais oradores/investigadores de reconhecida competência científica e pedagógica nas matérias a abordar, e por um debate de ideias no final extensivo a todos os presentes in loco e via online, ficando acedível num espaço da Internet para os interessados. Todas as sessões tinham registo de som e imagem e tradução simultânea em Língua Gestual Portuguesa, e realizavam-se no Auditório da Biblioteca Municipal "Orlando Ribeiro". O evento abriu, na sua primeira sessão, com a Conferência "Desenvolvimento Social e o Reforço das Políticas de Inclusão e Solidariedade Activas", pela Dra. Rosa Maria Araújo (então Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa). Na origem deste Forum atendeu-se também ao facto de 2007 ser o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos os Cidadãos e de Portugal ter a presidência da União Europeia no 2º semestre daquele ano, o que poderia ajudar a impulsionar - no plano das políticas de inclusão em discussão no nosso país, na Europa e no mundo - o «... esforço das sociedades, no sentido de adoptar as orientações comunitárias para promover a eliminação de todo o tipo de barreiras sociais, incrementando a consciencialização sobre os problemas das pessoas com deficiência.» (Ibid.).

Em nossa opinião, a comunicação é uma valência vital humana que aproxima as pessoas e as sociedades entre si e é a base principal que nos ajuda a compreender e a utilizar a necessidade inata (o relacionarmo-nos e o interagirmos) no trabalhar e promover todas as condições que nos possam fazer justificar a importância da inclusão a todos os níveis. É nesta medida que entendemos e justificamos, no enfoque da nossa Dissertação, a relevância da comunicação e domínio dos vários e adequados tipos específicos de comunicação (no caso num propósito biblioinclusivo), como a aumentativa e alternativa e as associadas tecnologias de apoio, pois, de contrário, não há igualdade de oportunidades nos processos da socialização e da comunicação e os inerentes relacionamento e interação no "mundo da vida", no "Lebenswelt" de Husserl (1859-1938). Esta expressão fora por ele criada para definir o espaço de comunicação das pessoas dotadas de linguagem e capacidade para agir e justificar, de modo crítico, os seus discursos e ações, conceito que, atualmente, sentindo-se e pensando-se de forma alargada e acessível a todos os cidadãos, mesmo que se achem

condicionados ou em situação de enorme desvantagem comunicacional em relação aos demais cidadãos, originou o Projeto em referência, a transportar, a aprofundar e a partilhar as mais diversas áreas da ciência e da tecnologia, da técnica e da cultura, da cultura da solidariedade e da partilha, «da partilha do conhecimento como bem público que é, razão por que ninguém pode estar excluído desse conhecimento.» (Guerreiro, 2007b, 2007c, 2011 e 2012, 2014a e 2014b).

No que respeita ao Forum Interactivo Inclusivo, sustenta o investigador (2007b e 2007c) em quem nos estamos a basear e a fundamentar uma significativa parte da nossa Dissertação que: «A emblemática iniciativa municipal em referência [...], como contributo para uma Lisboa e um horizonte em banda larga mais inclusivos, reflecte o esforço da Câmara Municipal de Lisboa em singular parceria com o Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa, Colégio António Aurélio da Costa Ferreira da Casa Pia de Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, bem como de outras universidades, associações de e para deficientes que vierem a estabelecer acordos de parceria nas áreas temáticas deste Forum inclusivo. A efectiva realização deve-se ao solidário compromisso institucional interno para o efeito, na confluência e partilha de contributos científicos e tecnológicos, técnico-culturais e de divulgação, entre o Gabinete de Referência Cultural da DMC (organizador do evento), a Divisão de Novas Tecnologias do DMAGI, a Divisão de Projectos e Execução de Obras de Instalações Eléctricas e Mecânicas do DCCIAM e a Divisão de Comunicação e Imagem de Apoio à Presidência.». Não podemos deixar de expressar aqui a nossa estranheza pelo facto do Forum ter saído do espaço em que estava localizado e da acessibilidade e usabilidade dos seus conteúdos, sobretudo pelas pessoas com dificuldades de mobilidade e comunicacionais especiais. Estava disponível, deixou de estar em 2010, no sítio <http://mundodavida.cm-lisboa.pt> para os interessados e impossibilitados de estar presentes no tempo da respetiva transmissão, principalmente aqueles que têm dificuldades de mobilidade, autonomia e independência, evento mensal *online* sob a direcção científica de Augusto Deodato Guerreiro, que funcionou de 2007 a 2010, sempre com introdução, enquadramento teórico/empírico, dinamização do debate e conclusão do mesmo investigador, diretor e fundador do Projeto.

Infelizmente, há um número crescente e inimaginável de pessoas, grupos e comunidades até (já se fala em mais de um milhão de pessoas em Portugal e para cima de 50 milhões na Europa), que não podem deslocar-se das suas casas para assistir e participar em

eventos devido a condicionamentos na sua mobilidade, autonomia e independência. Este Forum Interactivo Inclusivo "o Mundo da Vida" foi concebido e posto em funcionamento para também permitir a essas pessoas a acessibilidade e participação *online* em iniciativas culturais e eventos técnico-científicos do seu interesse, estando, de modo inclusivo, em plenos direitos de cidadania a partilhar naturalmente conhecimentos e saberes, relacionando-se, interagindo, comunicando.

O objetivo do Forum era «ampliar a utensilagem mental de todos os cidadãos, em igualdade de circunstâncias e de oportunidades, com um sistema dinâmico de equidade, apelativo e inovador para o acesso ao saber e conferência de saberes.» (Guerreiro, 2007b, 2007c e 2011). Simultaneamente, o Forum funcionava «como um instrumento/mais-valia de sensibilização pública para o esclarecimento e natural inclusão dos cidadãos com "desafios" (sensoriais, cognitivos, físicos e outros) que os colocam em desvantagem social e que os podem condicionar profundamente no relacionamento e interação, na comunicabilidade e vida inclusiva.» (Ibid.).

Há tanta gente isolada e triste em casa, numa solidão mortífera, privada do convívio social e da partilha de conhecimentos... sem a satisfação de poder falar ou desabafar com alguém... Bem se sabia, e sabe-se, que, por intermédio de dispositivos especiais, humanos e infotecnológicos devidamente testados e implementados para esta população, a mesma seria abrangida de forma adequada por este Forum... Pretendia ser um contributo para a estruturação e implementação de estratégias interativas a desabrocharem para o desenvolvimento, aplicação e utilização dos processos especiais de comunicação, ajudando a encaminhar o século XXI para o «crescimento de sociedades baseadas no engrandecimento da dignidade humana e no conhecimento inclusivo.» (Guerreiro, 2007b, 2007c e 2011). Mas quiseram as circunstâncias que este evento tivesse uma vida efémera e sem a concretização da política e estratégia para dotar as habitações da população em referência com os dispositivos *online* específicos: iniciou a sua atividade no dia 19 de Julho de 2007 e realizou a sua última sessão no dia 6 de Maio de 2010.

De maneira a que possamos ficar com uma ideia dos diferentes temas abordados e respetivos preletores intervenientes neste Forum online, indicamos a seguir, por ordem alfabética, os títulos dos principais temas apresentados na forma de conferência (Guerreiro, 2011):

- "À Beira dos 200 Anos do Nascimento de Louis Braille: O Braille em Portugal", pelos Investigadores/Especialistas Dr. Orlando Monteiro, Dr. Filipe Oliva, Prof. Vítor Coelho e Prof. Deodato Guerreiro.
- "O Ano Europeu da Inovação e da Criatividade: Perspectivas", pelo Dr. Adalberto Fernandes (INR, I.P.).
- "Comportamento das Bibliotecas Públicas em Portugal como Objeto de Inclusão", pelo Professor Doutor Artur Olímpio Ferreira Gonçalves da Silva (ULHT).
- "Comunicação e Cultura Inclusivas e Qualidade de Vida", pelos Professores/Investigadores Deodato Guerreiro, com a comunicação "Competência Comunicacional e Cultural para Promover a Inclusão e Consequente Qualidade de Vida"; José A. Bragança de Miranda, com a comunicação "Envolvência da ECATI/CICANT da ULHT nas Linguagens Especiais e Tecnologias de Apoio"; António Rebelo, com a comunicação "Importância do Desenvolvimento de Competências Comunicacionais Aumentativa e Alternativa para a Inclusão"; Jorge Serrano, com a comunicação "Efeitos Sociais na Qualidade de Vida e Inclusão das Competências Comunicacionais, Sensoriais e Cognitivas".
- "Comunicar com Autismos", pelo Professor Doutor Edgar Pereira (ULHT).
- "Comunicar com a Pessoa Surdocega", pelos Prof. Doutor António Rebelo, Dra. Fátima Martinho e Dra Helena Alves.
- "Convivência Indissociável Oftalmológica entre Portugal e Brasil", pelo Médico Oftalmologista e Investigador Dr. Fernando Bivar Weinholtz.
- "O Contributo da Fundação AFID Diferença para a Melhoria da Qualidade de Vida das Pessoas com Deficiência ou Incapacidades", pelo Dr. Domingos Rosa (Presidente do Conselho de Administração desta Fundação).
- "O Contributo de Portugal para a Igualdade de Oportunidades para Todos", pelo Dr. Adalberto Fernandes (INR, I.P.).
- "Um Coração para Todas as Idades: De Bebê Desejado a Centenário Activo - Manual de Instruções para Boas Práticas de Saúde", pelo Professor Doutor Fernando de Pádua.

- "Crianças e Jovens com Incapacidades no Âmbito da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência", pelo Dr. José Madeira Serôdio (INR, I.P.).
- "Criatividade e Inovação nas Organizações", pelo Professor Doutor João Pissarra (CML).
- "Da Diversidade Cultural à Inclusão: Dar Oportunidades às Diferenças/Qualificar o Diálogo Intercultural", pelo Dr. Adalberto Fernandes (INR, I.P.).
- "Desenvolvimento Social e o Reforço das Políticas de Inclusão e Solidariedade Activas", pela Dra. Rosa Maria Araújo (Diretora do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa).
- "O Desporto e a Inclusão", pelo Prof. Dr. Jorge Vilela de Carvalho (FMH/UTL).
- "Educação Ambiental e Cidadania", pelo Professor Doutor Francisco Carvalho (FCSH/UNL).
- "Os Estudantes Surdos e a Escola Inclusiva", pelo Prof. João Alberto Ferreira (Presidente da Direção da APS).
- "Financiamento de Organizações Tiflológicas no Dealbar do Século XXI (Prémio Literário/Científico "Branco Rodrigues" atribuído em 2008)", pelo Dr. Fernando Abreu Matos (ex-Membro da Comissão de Braille e galardoado com o Prémio em referência).
- "Na Tiflologia em Portugal - O Dr. Filipe Pereira Oliva (1934-2009)", homenagem em 1 de Outubro de 2009 com intervenções do Dr. Francisco Motta Veiga (Diretor da Direção Municipal de Cultura Câmara Municipal de Lisboa e que presidiu à sessão), Prof. Augusto Deodato Guerreiro, Dr. Fernando Abreu Matos, Dr. Isidro da Eira Rodrigues, Dr. Fernando Bivar Weinholtz, Dr. Armando Silva (em representação do Diretor-Geral da Biblioteca Nacional de Portugal) e, entre muitos outros, Senhora D. Isabel Oliva (viúva do grande tiflólogo e investigador homenageado).
- "Na Tiflologia em Portugal - Joaquim Guerrinha (1913-1976)", homenagem em 4 de fevereiro de 2010 com intervenções do Prof. Doutor Augusto Deodato Guerreiro, Dra. Dalila de Jesus Guerrinha (filha do grande músico e tiflólogo homenageado), Dra. Aida Bruno Coelho, Prof. Francisco Fernandes e Dr. Isidro da Eira Rodrigues.

· "Na Tiflogia em Portugal - O Tiflólogo e Político de Reabilitação, Dr. Orlando de Jesus Monteiro (1931-2009)", Homenagem em 6 de maio de 2010 com intervenções do Prof. Doutor Augusto Deodato Guerreiro, Dr. Francisco Pólvora (ex-Secretário Nacional de Reabilitação), Dra. Ana Salvado (Subdiretora do INR, I.P.), Dr. Rui Cunha (Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa), Dr. Francisco Motta Veiga (Diretor-Municipal de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa e que presidiu à sessão), Prof. Doutor Francisco Carvalho, Dr. Humberto Santos (APD), Dr. Elvis de Freitas (Fundação Raquel e Martin Sain), Comendador José Gaspar Arruda (ADFA), Dr. Isidro da Eira Rodrigues (Biblioteca Nacional de Portugal), Dra. Maria de Lurdes Machado Faria (ex-Diretora de Serviços no Secretariado Nacional de Reabilitação), Prof. Vítor Coelho (ex-Membro e "Personalidade de Reconhecido Mérito da Comissão de Braille), Dra. Alice Folgado Coelho (ex-Diretora de Serviços do Secretariado Nacional de Reabilitação), Dr. Francisco Rodrigues Alves (ex-Presidente da Direção Nacional da ACAPO), Dr. Claudino Arieira Pinto (BNPortugal), Dr. Fernando Bivar Weinholtz (Instituto Oftalmológico Dr. Gama Pinto), Senhora D. Maria Lucília Rego Monteiro (viúva da personalidade homenageada).

· "No Ano Europeu da Inovação e da Criatividade - O Projeto STREET para Tornar as Cidades mais Acessíveis", pelo Dr. Aquilino Rodrigues (Diretor da Electrosertec).

· "Um Século de Publicidade em Portugal: O seu Papel Enquanto Elemento da Globalização", pelo Professor Doutor Rui Estrela (ECATI/ULHT).

· "A Surdocegueira e os Processos de Inclusão", pelo Professor Doutor António Rebelo (Colégio António Aurélio da Costa Ferreira da Casa Pia de Lisboa).

### III.7. Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal

A Biblioteca Nacional, por iniciativa do seu director, abriu ao público um serviço para cegos em 1970, o que terá sido fruto de uma visita efectuada pelo mesmo director à Biblioteca do Congresso, onde contactou com a Division for the Blind and Physically Handicapped.

O Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional (hoje designado por Área de Deficientes Visuais) tem vindo, desde a sua fundação, a aumentar o seu recheio bibliográfico em braille e em suporte sonoro.

Em 31 de Dezembro de 1981, a Área de Deficientes Visuais dispunha de 2190 títulos, sendo 1406 de obras em braille, num total de 4121 volumes, e 784 de obras gravadas, num total de 6828 horas. Na secção de publicações periódicas estavam registados 47 títulos. O ano de 1981 traduziu-se no atendimento de 890 pedidos, sendo 636 de obras em braille e 254 de obras gravadas.

Paralelamente, tem vindo este serviço a desenvolver uma acção relevante no que se refere à educação dos cegos portugueses.

Assim (e entre outros préstimos), a fim de possibilitar aos utilizadores/clientes, em qualquer ponto do País, o conhecimento do recheio bibliográfico posto à sua disposição e a escolha fácil das obras a requisitar, foram editados e distribuídos gratuitamente pela Área de Deficientes Visuais, até 1977, 3 catálogos de livros em braille e 2 de livros gravados. Até 1974, também foi possível a este serviço distribuir, com certa regularidade, listas de títulos correspondentes a estes catálogos, pelos estabelecimentos de ensino regular e especial frequentados por alunos cegos, para que os respectivos professores pudessem fazer as suas recomendações bibliográficas mediante o material disponível. Infelizmente, mercê de vicissitudes de vária ordem, este trabalho de informação teve que ser interrompido, encontrando-se suspenso há alguns anos, a despeito de todos os inconvenientes que têm resultado desta suspensão.

Em Abril de 1974, o mesmo serviço deu início à publicação de um boletim informativo em braille, «Ponto e Som», editado trimestralmente e distribuído gratuitamente pelos utentes e que tem, entre outras, as finalidades seguintes:

- a) Actualizar os catálogos da Área de Deficientes Visuais e os de outras bibliotecas congéneres que o desejem
- b) Noticiar amplamente os aspectos mais interessantes relacionados com as realizações de que este sector da Biblioteca Nacional se ocupa;
- c) Suscitar a participação dos leitores nas actividades da Área de Deficientes Visuais, através de sugestões e críticas;
- d) Fomentar um comportamento disciplinado entre os membros da comunidade biblioteca-leitores, com vista à maior eficiência possível;

- e) Visar, através de iniciativas adequadas, a vulgarização da prática correcta do sistema braille na escrita e na leitura;
- f) Analisar e discutir temas relacionados com a leitura e a audição, com a produção de livros em braille e de livros gravados, etc.;
- g) Dar a conhecer aos utentes a história das bibliotecas, em geral, e da Biblioteca Nacional, em particular, e dos materiais que a estas instituições compete conservar.

### III.8. Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto

Por iniciativa da Câmara Municipal do Porto, foi aberta ao público, em Março de 1971, a Biblioteca Sonora da Biblioteca Municipal desta cidade. Esta biblioteca tem vindo a gravar obras escolares e extra-escolares em cassetes do sistema Clark and Smith, facultando aos utilizadores, a título de empréstimo, quer os suportes sonoros, quer os aparelhos leitores do mesmo sistema. A fim de se tornar acessível à maioria dos utentes, este serviço passou pela gravação de obras em cassetes áudio comuns e já disponibiliza todo o seu recheio bibliofónico em suporte digital.

Em 31 de Dezembro de 1981, a Biblioteca Sonora dispunha de 1500 títulos gravados, o que perfaz um total de cerca de 13 000 horas. Durante o mesmo ano foram atendidos 870 pedidos. Ainda durante o ano de 1981 foram emprestados aos utilizadores 150 leitores de cassetes do sistema Clark and Smith.

Em suma, no espaço de poucos anos, os cegos de Portugal assistiram à abertura de 3 bibliotecas oficiais que lhes eram destinadas: a da Câmara Municipal de Lisboa, que tem trabalhado até agora quase exclusivamente com livros em braille, passando em 1982 a trabalhar também com livros gravados; a Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional, que abriu ao público com livros em braille, passando também a trabalhar com livros gravados em 1971; a da Câmara Municipal do Porto, que trabalha apenas com livros sonoros.

Estas três bibliotecas servem gratuitamente os seus utilizadores/clientes, a nível nacional, e são simultaneamente serviços de utilização e de produção de material bibliográfico para cegos, complementando, desta forma, a acção do Centro Prof. Albuquerque e Castro e dos Centros de Produção de Material, essencialmente no âmbito dos Centros Regionais de Educação de Lisboa, Coimbra e do Norte. Infelizmente, o trabalho

destes Centros tem vindo a baixar o seu rendimento e, até, a desaparecer, como é o caso do Centro de Produção de Material de Lisboa, do Departamento de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo. Uma ínfima parte do riquíssimo acervo documental em relevo (livros, gráficos, mapas das mais diversas naturezas e áreas), encontra-se no Lar Branco Rodrigues da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 1981, estas bibliotecas dispunham, no seu conjunto, de 5208 títulos, sendo 2924 de obras em braille, num total de 8839 volumes, e 2284 de obras gravadas, num total de cerca de 19 828 horas de gravação. Durante o mesmo ano, foram atendidos 3034 pedidos, sendo 1910 de obras em braille e 1124 de obras gravadas.

A maior parte das obras são da área da literatura, sendo mais representada, naturalmente, a literatura portuguesa, seguindo-se-lhes as literaturas inglesa e americana, a francesa, a alemã, a brasileira, a hispano-americana e outras. A seguir à literatura são contemplados os domínios do ensino (escolar e extra-escolar), das publicações para crianças, da filosofia e psicologia, da religião, das generalidades, das ciências sociais, da história e das biografias.

No intuito de estimular e complementar a leitura e promover a valorização cultural dos cegos portugueses, têm sido levadas a efeito pelas bibliotecas oficiais sedeadas em Lisboa diversas iniciativas, frequentemente com a colaboração de outras entidades nacionais e estrangeiras, eventos tais como: concursos literários, concursos de leitura, concursos de estenografia, concursos ligados à problemática da deficiência visual, sessões de leitura de peças de teatro (a cargo de consagrados actores portugueses e antecedidas dos dados biográficos mais significativos dos autores das mesmas por parte de especialistas na matéria), sessões culturais, outras manifestações, como "atividades escaquísticas" (xadrez, a Biblioteca Camões chegou a possuir mesas e tabuleiros de xadrez especialmente adaptados para cegos, de modo a que estes pudessem competir, em igualdade de circunstâncias, com os utilizadores normovisuais, o que aconteceu com um êxito memorável. Mas também esta atividade se perdeu devido a negligências estranhas. Também tem sido possível promover a realização de encontros ligados à problemática do braille e do seu ensino.

### III.9. Biblioteca do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

A Biblioteca do INR, IP, é a biblioteca nacional especializada em documentação impressa digital e *online*, livros especializados impressos em tinta e em braille, artigos de jornais e de revistas, documentação avulsa, que procura cobrir todas as áreas da deficiência com o contributo de investigadores nacionais e estrangeiros.

Esta biblioteca, a única do género em Portugal, dispõe de equipamento e de funcionários que garantem ao utilizador com deficiência visual o acesso e usabilidade de todo o seu acervo documental, incluindo um posto de leitura acessível, específica e tecnologicamente equipado.

**CAPÍTULO IV - FUNÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, ARGUMENTAÇÃO E  
COMPETÊNCIAS BIBLIOINCLUSIVAS**

## CAPÍTULO IV - FUNÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA, ARGUMENTAÇÃO E COMPETÊNCIAS BIBLIOINCLUSIVAS

Este tipo de competências deverão integrar o perfil dos profissionais da informação que pretendam dirigir e desenvolver atividades em bibliotecas públicas cujos objetivos é funcionar para todos os cidadãos, servir todos os cidadãos em equidade, independentemente das suas dificuldades ou desvantagens, no caso particular e conforme o enfoque desta Dissertação, com especial atenção às pessoas com deficiência visual.

### IV.1. Função da Biblioteca Pública

O papel da Biblioteca é informar, educar e formar sob o ponto de vista social e intelectual todos os cidadãos, independentemente das suas dificuldades, num dos seus princípios fundamentais, como Biblioteca Pública, que é o de garantir a sua acessibilidade, em todos os serviços que presta aos seus utilizadores na comunidade, sem nenhum tipo de exclusão ou discriminação. Devem ser praticadas as necessárias e adequadas medidas que permitam e facilitem o acesso de grupos minoritários, designadamente minorias linguísticas, pessoas com mobilidade reduzida, com problemas sensoriais, cognitivos e outros, ou habitantes de comunidades distantes que não possam deslocar-se à biblioteca ou que estejam, por alguma razão, condicionados ou mesmo impossibilitados de usar os serviços da Biblioteca.

No que respeita ao desenvolvimento das coleções, este deve basear-se também nesse princípio universal norteador da acessibilidade e usabilidade da Biblioteca, incluindo formatos alternativos e adequados a grupos específicos, como áudio-livros, livros em braille ou disponibilizáveis em suporte digital para pessoas cegas e com baixa visão. A Biblioteca deve dispor das apropriadas tecnologias de apoio, de modo a que as tecnologias da informação e da comunicação possam permitir o acesso às coleções e a outras fontes de informação, sejam as da Biblioteca ou as de acesso remoto.

A Biblioteca Pública tem um papel fundamental na educação e no desenvolvimento sociocognitivo e socioeducativo da comunidade, desde que o perfil ideal do Bibliotecário na

sociedade atual seja, simultaneamente, o de técnico de bibliografia, investigador, mediador e pedagogo. Costumamos dizer que o Bibliotecário inclui nas suas funções a de receber e dar, promovendo o livro e a cultura e os efeitos desse empenhamento, fazendo jus ao afirmado por J. Russel Lowell, escritor americano com um prémio que tem o seu nome e que viveu entre 1819 e 1891: "Os livros são as abelhas que levam o pólen duma inteligência à outra". O "pólen" é a cultura e o saber que a abelha (o livro) transporta para a inteligência de cada um, enriquecendo-o sob o ponto de vista sociocognitivo e socioeducativo. A "abelha", ao receber da flor, onde pousou, saboreou e carregou o "néctar" originário de mais sementes para a germinação de mais flores (o conhecimento e saber) e de mais frutos (a eficiência e a eficácia em que se traduz o render do saber adquirido no progresso e no desenvolvimento e valorização humana).

As técnicas biblioteconómicas e do bibliotecário pressupõem este dar e receber reciprocamente em todas as tarefas que se executam numa biblioteca ou centro de documentação. A atividade de Técnico de Informação é uma profissão que temos vindo a desempenhar desde 1986 e que recordamos com muita satisfação e saudade as diferentes etapas e lugares por que temos passado. Aprendemos que falar de guerra nos obriga a falar de religião, de bens essenciais como a água, relacionando estes conceitos com estratégias política e militar, saúde e cidadania, apontando geograficamente as diversas localizações e domínios de conhecimento. Ser Bibliotecário hoje é ser um agente de mediação e transformação de todos os saberes, recordando-nos da nossa mudança da área da saúde para a área política, depois para a área da informação e cultura em geral e da tecnologia, o que imensamente nos tem enriquecido sob o ponto de vista humano e intelectual.

A Biblioteca Pública, como instrumento intelectual para o desenvolvimento humano e progresso em geral, tem de estar disponível para todos os cidadãos e, nessa medida, devida e especialmente apetrechada, em termos de acessibilidade e usabilidade, para todos os seus utilizadores e potenciais utilizadores, sem nenhum tipo de exclusão. Procurámos conferir a este trabalho um cariz histórico e uma dimensão humana (algo aumentativa e alternativa), sob o ponto de vista da informação, educação e formação das pessoas cegas e com baixa visão, dando à biblioteca um papel mais aprofundado e abrangente na sua acessibilidade, usabilidade e funções, como um frutífero instrumento social e cultural, socioeducativo e de formação intelectual, por intermédio da sua oferta de serviços e do seu desempenho funcional substancialmente inclusivo na sociedade em geral e nas minorias sociais em

especial. Reunimos, num breve enquadramento histórico, teórico e empírico, as três mais antigas bibliotecas surgidas em Portugal e alguns conceitos e contextos biblioteconómicos no país, de modo a melhor justificarmos a nossa pretensão de levar a cabo a realização desta Dissertação de Mestrado.

Sendo o conhecimento entendido como um bem público, também achámos que a vida das pessoas com necessidades visuais na sociedade deve ser naturalmente inclusiva, implicando, por isso, a possibilidade de utilizarem espaços públicos onde, entre outros aspetos, possam também usufruir de ensino/aprendizagem, educação e formação, cultura, lazer e convívio social. Neste domínio, entendemos que são as bibliotecas municipais (que constituem a grande maioria das bibliotecas públicas) que poderão desempenhar um papel de extraordinária importância para a natural inclusão das pessoas cegas e com baixa visão.

Assistimos em Portugal, presentemente, a grandes alterações no campo sociocultural com a criação de uma nova rede nacional de bibliotecas municipais e de uma rede digital nacional. Contudo, destas, poucas são aquelas que contemplam a problemática da deficiência, em geral, e da deficiência visual, em particular. É de realçar que, de entre as bibliotecas públicas que proporcionam apoio documental a pessoas com necessidades visuais, salvo raríssimas exceções, esse apoio é fornecido num espaço reservado, o que não promove a inclusão, mas antes a marginalização, razão por que atribuímos cada vez mais relevo ao conceito de "biblioinclusão", no sentido da promoção da Biblioteca Pública como espaço privilegiado para a natural inclusão sociocultural e de formação intelectual das pessoas com deficiência, em especial as pessoas cegas e com baixa visão.

Entendemos a Biblioteca Pública como uma força humana dinâmica e fecunda de conhecimentos e de transformação de mentalidades, numa dimensão biblioinclusiva, baseando-nos em Guerreiro (2000 e 2000b) e em Ribeiro e Leite (2001). A biblioteca e o conhecimento constituem uma realidade indissociável, que é indispensável ao nosso desenvolvimento humano. A biblioteca é conhecimento (Usherwood, 1999). Nesta perspetiva, a criação da Biblioteca Pública é pensada em função do potencial perfil do público que deverá servir, no âmbito de um indissociável binómio biblioteca pública/leitura pública, sobretudo com uma dupla finalidade: a cultural e a social. No contexto cultural, deverá possibilitar o acesso de toda a população, sem exclusões, às fontes de conhecimento nos diversos suportes e formatos; no contexto social, deverá contribuir para a esmorecida afirmação das pessoas na sociedade e para a liberdade plena nas suas escolhas. A BP só

atinge os seus objetivos desde que envolva, com o necessário equilíbrio, todo o universo do conhecimento no conjunto dos seus utilizadores, sem discriminar grupos etários, sociais, profissionais e outros. É claro que isso só será possível através do acesso livre do utilizador (independentemente das suas dificuldades) às estantes e da generalização do empréstimo domiciliário de publicações nos diferentes suportes e formatos, como principal atividade da BP. A biblioteca tem que ter uma profunda ligação com a comunidade em que se insere (cidadãos do meio envolvente, escolas, associações culturais, profissionais), consubstanciando a sua ação no "trinómio funcional e operacional biblioteca-escola-meio" (Guerreiro, 2001, p. 36). A biblioteca nunca pode isolar-se da comunidade sob pena de se tornar numa realidade sem nenhum tipo de interesse para essa mesma comunidade. A biblioteca tem de realizar e promover atividades de animação cultural, artística, educativa e científica a partir do livro e de todos os materiais ou fontes de informação, incluindo a informação disponível nas redes multimédia, por intermédio de exposições temáticas, encontros com autores, sessões de teatro, cinema, música, poesia, os mais diversos eventos de interesse público e que contribuam para a formação social e cultural, sociocognitivo e de cidadania (Guerreiro, 1982, p. 33), numa ampla publicidade da função educativa e formativa da biblioteca, localizando-a e exibindo com clareza e objetividade os serviços que presta à comunidade.

Estamos, por enquanto, de acordo com a nossa conceção de Biblioteca Pública, ainda muito distantes desta conceção de biblioteca em Portugal. Raras eram as bibliotecas que estavam instaladas em edifícios construídos de raiz para o efeito (por exemplo em Lisboa), dado que uma grande parte delas ainda se mantém em edifícios antigos, acanhados e desconfortáveis, ou são encaradas como locais solenes destinados a determinados eleitos, ou restringem-se a meras salas de leitura apenas ocupadas por estudantes. O acesso livre nas bibliotecas municipais também só há pouco mais de três dezenas de anos (excetuando as bibliotecas itinerantes da Fundação Calouste Gulbenkian) começou a generalizar-se, bem como a prática do empréstimo domiciliário - só o empréstimo domiciliário de livros em braille se iniciou de forma regular mais cedo, na década de 60 (Guerreiro, 1982 e 1989). Como a cultura é sempre "o parente pobre", também as verbas para aquisições e realizações de eventos costumam ser imensamente irrisórias, o que, inclusive, faz com que os fundos ou acervos documentais não possam ser atualizados com o necessário critério biblioteconómico, no direto e exato momento de interesse do utilizador. Também podemos observar um notório alheamento, por parte da biblioteca, em relação às necessidades da vida

quotidiana dos seus utilizadores, da comunidade ou comunidades que serve, efetuando Atividades de animação ou de educação/formação só em datas comemorativas, efemérides de que, por qualquer razão, não se podem ignorar, aquelas que estejam carregadas de significado local, apesar de, em geral, demasiado elitistas ou eruditas, às vezes bastante distantes dos reais interesses da população.

A partir de 1987, em Portugal, as bibliotecas começaram a formar e a integrar um verdadeiro sistema de Biblioteca Pública, deixando de pertencer a um conjunto de instituições "mortas", sem qualquer tipo de relação entre si ou com o meio. Esta nova situação deve-se às profundas alterações que a diversidade de necessidades quotidianas das populações envolventes têm vindo a fazer acordar e a promover, sobretudo na área da leitura pública, que é a condição indispensável para a participação democrática de cada cidadão no desenvolvimento da sociedade. O Estado, antes de 1987, não investia facilmente verbas no ensino extraescolar (Relatório Bibliotecas Públicas de 1986) nem parecia pretender criar as condições mínimas necessárias para o desenvolvimento e integração dos conhecimentos adquiridos (Manifesto da UNESCO, 1994), gerando-se situações de retrocesso a níveis que acentuavam o analfabetismo, com o conseqüente desperdício económico investido na escolarização de grande parte da população portuguesa.

O luxo, com que era encarada a leitura, perdeu essa designação e passou a ser colocado a par da escola, num grande esforço de investimento em favor de uma educação mais aprofundada e abrangente. Veio a definir-se o organismo responsável pela elaboração participada de uma política nacional de leitura pública e articulação das ações a empreender (Decreto-lei N° 71/87, de 11 de Fevereiro), no âmbito do Ministério da Cultura. Sendo uma responsabilidade nacional, competiria ao organismo, para além do estabelecimento de um plano de desenvolvimento, apoiar as autarquias, através de meios técnicos e financeiros adequados, e elaborar normas para a construção e apetrechamento dos edifícios e organização dos serviços.

A essência histórica do conceito de Biblioteca Pública em Portugal remonta ao reinado de D. Dinis (Silva, 2007), mas só no século XX é redimensionado o conceito com a profundidade e abrangência que hoje lhe reconhecemos, por iniciativa da administração local e envolvendo a administração central. Mas até princípios da década de 80 "(embora algumas bibliotecas usassem a designação de públicas) não era realmente possível falar da existência de bibliotecas públicas em Portugal, pelo menos nos termos reconhecidos

internacionalmente e expressos tanto nos diversos Manifestos da UNESCO como nas diretrizes da IFLA para as bibliotecas públicas" (Calixto, Congresso BAD2012).

É assim que, "a partir de 1986, e graças a políticas definidas pelo Governo de então, foi desenvolvido um programa que visava dotar com uma BP cada um dos 308 municípios do país." (Ibidem). Foi elaborada uma legislação específica em relação às BP, procurando resolver-se os problemas inerentes à sua implementação e visando a constituição de um instrumento básico para delinear o sistema que viria a ser criado a partir de 1987 (Moura, 1986). A BP, como "porta de acesso local ao conhecimento", é que "fornece as condições básicas para a aprendizagem ao longo da vida, para uma tomada de decisão independente e para o desenvolvimento cultural do indivíduo e dos grupos sociais" (Moura, 1986), questão retomada e aprofundada por Calixto (Congresso BAD2012).

Existiam ainda outros constrangimentos, como a necessidade de formação básica e permanente do pessoal adstrito às bibliotecas, bem assim, na década de 80, a conveniência em articular os serviços das BP já prestados pelas autarquias e pelo Estado com entidades privadas, como a Fundação Calouste Gulbenkian (Guerreiro, 2001).

Na verdade, a mudança do desempenho das atuais BPs deve-se à assertiva ação dos profissionais de informação, documentação e comunicação, por intermédio da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e da consequente consciencialização da opinião pública, incluindo a relevância conferida ao assunto, à informação e à cultura, de forma inclusiva, pelos media (Guerreiro, 2000a e 2000b, 2001 e 2012). Estamos bem cientes de que a leitura e o acesso à informação "são elementos da maior importância para a realização pessoal e profissional de qualquer pessoa, bem como factores para o progresso de um país" (Ribeiro e Leite, 2001), mas sob a dinâmica de um espírito biblioinclusivo (Guerreiro, 2000a e 2000b).

Secundando a matéria expressa nos Relatórios e Atas de eventos indicados em Referências Bibliográficas no final do texto (desde 1986 a 2012), as BPs são da responsabilidade das autoridades locais e estatais; os seus serviços, por princípio, são gratuitos; passam a ser objeto de uma legislação específica e financiadas pelos governos nacionais e locais; constituem uma componente essencial de qualquer estratégia a longo prazo para a cultura, o acesso à informação, à literacia e à educação; a legislação e os planos estratégicos, para assegurar a coordenação e cooperação das bibliotecas, definem e promovem uma rede nacional de bibliotecas, baseada em padrões de serviço previamente

acordados; a rede de BPs é criada em relação com as bibliotecas nacionais, regionais, de investigação e especializadas, escolares e universitárias, existindo neste momento 300 Bibliotecas Públicas Municipais, incluindo as da rede nacional de BPs (site Bibliotecas Públicas).

Seguindo o fundamentado no Manifesto da UNESCO (1994), salientamos os seguintes pontos fulcrais: A BP "é o centro local de informação, que torna prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros" (Site Bibliotecas Públicas). Os serviços da BP "devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social." (Idem). No que respeita às missões da BP, continuando a seguir a mesma fonte, as missões chave, relacionadas com a informação, a literacia, a educação e a cultura deverão ser a essência dos serviços da BP, obedecendo ao seguinte quadro de prestação de serviços:

- Criar e fortalecer hábitos de leitura nas crianças, desde a primeira infância;
- Apoiar a educação individual e a autoformação, assim como a educação formal a todos os níveis;
- Oferecer possibilidades de um criativo desenvolvimento pessoal;
- Estimular a imaginação e criatividade das crianças e jovens;
- Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas;
- Facilitar o acesso às diferentes formas de expressão cultural das manifestações artísticas;
- Fomentar o diálogo intercultural e, em especial, a diversidade cultural;
- Apoiar a tradição oral, assegurar o acesso dos cidadãos a todos os tipos de informação à comunidade;
- Proporcionar serviços de informação adequados às empresas locais, associações e grupos de interesse;
- Facilitar o desenvolvimento da capacidade de utilizar a informação e a informática;

- Apoiar, participar e, se necessário, criar programas e atividades de alfabetização para os diferentes grupos etários.

Quanto ao funcionamento e gestão, continuando em sintonia com o que se afirma nas fontes de informação supra referidas, tem vindo a procurar-se formular uma política clara, com a definição de objetivos, prioridades e serviços, em relação com as necessidades da comunidade local, devendo a BP, nesse sentido, manter padrões profissionais de funcionamento; assegurar a cooperação com parceiros relevantes, como grupos de utilizadores/clientes e de profissionais de informação, documentação e comunicação a nível local, regional, nacional e internacional; ter os serviços fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade. Esta caracterização pressupõe o seu funcionamento em edifícios bem situados, com boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologias adequadas e horários convenientes para os utilizadores. Nesta aceção, a BP tem de garantir também, em igualdade de oportunidades, a satisfação das necessidades informacionais e culturais daqueles cidadãos que não têm possibilidade de frequentar a biblioteca, devendo os seus serviços ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades das zonas urbanas e rurais.

Para que a biblioteca cumpra, com a máxima dignidade e desempenho, esta função informativa e cultural, educativa e formativa, o bibliotecário (o técnico superior de Informação, documentação e comunicação), nos dias de hoje, tem que ser um intermediário ativo entre os utilizadores e os recursos disponíveis, consiliando esta atividade com as competências de técnico de bibliografia, investigador, mediador e pedagogo, com acesso permanente a formação contínua e indispensável para poder assegurar a plena prestação de serviços da BP a todos os seus potenciais utilizadores, sem nenhum tipo de exclusão ou marginalização (Guerreiro, 1989, 2000a e 2012). Também deverá ser capaz de organizar programas de formação para os utilizadores poderem frequentar a BP, ministrados pela própria biblioteca, de modo a que estes possam beneficiar de todos os recursos biblioteconómicos e de extensão cultural que a mesma lhes oferece (Guerreiro, 2001).

No que se refere à aplicação do Manifesto, podemos ler no mesmo o seguinte:

"Aos que têm poder de decisão, a nível nacional e local, e à comunidade bibliotecária, em todo o mundo, pede-se que apliquem os princípios expressos no presente Manifesto". Acontece que, infelizmente, a teoria nem sempre se tem observado com os efeitos desejáveis na prática. A aplicação do Manifesto tem sido praticamente esquecida.

"A biblioteca, desde que biblioinclusiva, com o máximo de hiperligações, abrangendo o sistema neural de informação multimédia e com as suas colecções de fontes de informação (constituídas por documentos fixos e permanentes, fluidos e transientes) disseminadas por uma infinidade de locais sem fronteiras e acessíveis a todos os cidadãos, é o instrumento sociocomunicacional e cognitivo, educativo, artístico, científico e tecnológico, pedagógico e cultural mais profícuo para a inclusão." (Guerreiro, 2012, p. 74-75). A biblioteca é o espaço físico e ciberespacial, local e digital sem barreiras e além-fronteiras, em que a acessibilidade e usabilidade, sendo devidamente adaptadas e implementadas poderão promover uma saudável inclusão ao nível conceptual e intelectual, de relacionamento e interação social.

#### IV.2. Competências Biblioinclusivas

Na promoção de competências pessoais e sociais, no âmbito dos serviços a prestar pelas Bibliotecas Públicas e utilização desses serviços por parte dos cidadãos com as mais diversas tipologias de deficiência e das mais variadas etiologias, em que os profissionais de informação, documentação e comunicação dirigentes, técnicos profissionais (nível 4) e auxiliares que trabalham em BPs, dotados das necessárias e ajustadas competências biblioinclusivas, são processos que passam pela competente formação técnica de profissionais de informação, documentação e comunicação e também da preparação dos potenciais utilizadores/clientes dessas bibliotecas nos Jardins de Infância, no pré-escolar e no ensino escolar, desde o elementar até ao nível superior, fomentando nestes hábitos de leitura e de frequência da biblioteca, seja escolar seja pública.

Coube-nos a responsabilidade de refletir até que ponto se pode representar o relacionamento e interação, autonomia e independência, o tipo de aquisição e exercício de competências pessoais e sociais, com enfoque na biblioinclusão, por parte de profissionais da informação, curricularmente habilitados para lidar com crianças e jovens, adultos e seniores com as diferentes tipologias da deficiência, sobretudo pessoas cegas ou com baixa visão.

Assim, procuramos realizar um processo de argumentação sobre o objeto de estudo com que nos comprometemos, numa reflexão a propósito da aquisição e treino de possíveis competências pessoais e sociais, revisitando os curricula das diversas Escolas e

Universidades que têm vindo a ministrar Cursos de Ciências Documentais e da Informação no nosso país, de modo a podermos propor um redimensionamento dos mesmos, para que estes passem também a contemplar especificidades comunicacionais e informacionais referentes aos utilizadores/clientes com dificuldades ou desvantagens no acesso e usabilidade das Bibliotecas públicas.

Faremos um sucinto historial dos aludidos curricula e indicaremos algumas hipóteses de específicas capacidades e competências biblioinclusivas que possam, eventualmente, vir a ser desempenhadas por profissionais de informação, documentação e comunicação no relacionamento e interação com essa tipologia de utilizadores/clientes, em especial, utilizadores cegos ou com baixa visão. Concluiremos esta abordagem com algumas reflexões e considerações, com o possível e exigível rigor, clareza, objetividade e coerência científica sobre o assunto em referência.

No entanto, convém anotar que foi para nós uma imensa satisfação ter conseguido elaborar este trabalho de investigação, mesmo conscientes de que o mesmo estará ainda muito incompleto, nunca dominaríamos o assunto como agora o dominamos se não tivéssemos passado por esta provação.

#### IV.3. Argumentação

Os profissionais da informação, habilitados com as adequadas competências biblioinclusivas, poderão contribuir para a inclusão sociocognitiva destes cidadãos no acesso à informação e à cultura?

Este tipo de competências, como outros, pode iniciar-se a sua aquisição e exercício a partir do berço, sendo a nossa aprendizagem um projeto de vida que nos pode ser imposto desde que nascemos e que, à medida que vamos crescendo, vamos ganhando nesse processo formas de organizar o caos à nossa volta, com mais ou menos ajuda, assim adquirindo as necessárias ou as possíveis competências pessoais e sociais e, naturalmente, modificando ou, mesmo, transformando por completo o nosso modo de estar na vida e de a podermos tornar acessível, interessante e feliz para todos, para nós e para todos os outros.

Trata-se de um processo que será tanto mais saudável e promissor quanto mais envolver a adequada intervenção precoce (familiar ou noutra dimensão institucional),

consoante sejamos escorregados ou soframos de alguma dificuldade ou desvantagem que nos possa condicionar no nosso relacionamento e interação na família, na escola, na comunidade, na biblioteca pública, no emprego e na vida em sociedade. Não podemos prescindir de estimulação sensorial e cognitiva, motora e sociocognitiva, com recurso a jogos diversos, jogos didáticos, ao lúdico-intelectual, a testes de natureza desenvolvimental, etc. É um trajeto em que nos colocam, ou em que nos colocamos, para podermos compreender o "eu" e o "outro", num contexto de aquisição e promoção de competências pessoais e sociais, conhecendo e convivendo com uma variedade de realidades humanas condicionadas por determinadas desvantagens.

É que estamos em permanente adaptação às diferentes realidades (desequilíbrios) que nos surpreendem e com as quais nos vamos confrontando ao longo da vida, procurando, nesse sentido, encontrar a necessária pedagogia da competência, ou das competências, para podermos responder, e satisfazer, a necessidade que temos, e para que essas realidades nos empurram, adaptamo-nos às mesmas, criando as melhores soluções alternativas e inclusivas para esse efeito. A pedagogia das competências é uma pedagogia experiencial, cujo objetivo é descobrir e desenvolver adequadamente essas adaptações. Citando Ramos (2001), nestes termos, «a competência é a noção da subjetividade, mas também da alteridade, do imediato, do efêmero, do instável. A competência, portanto, é o mecanismo de adaptação dos indivíduos à instabilidade da vida, por construir os instrumentos simbólicos que permitem interpretar a realidade a seu modo e construir modelos significativos e viáveis para seus projetos pessoais. Assim, por não ser uma forma subjetivada do conhecimento objetivo, mas a percepção do mundo experiencial na forma de representações subjetivas, a competência é uma noção apropriada ao pensamento pós-moderno».

Embora usando conceitos semelhantes, mas a nossa capacidade e a nossa competência costumam avaliar-se pela assertividade ou eficácia pessoal, competência social ou aptidão social. Contudo, como refere Epps (1996, in Site INR), a competência social refere-se a dois conjuntos abrangentes de competências e processos: por um lado, os que dizem respeito ao comportamento interpessoal (empatia, assertividade, gestão da ansiedade e da raiva) e as competências de conversação; por outro lado, os que têm a ver com o desenvolvimento e manutenção de relações íntimas, envolvendo a comunicação, resolução de conflitos e competências de intimidade. Naturalmente que temos de cultivar "habilidades sociais", no dizer de Spence (1982, citado por Matos, 1998, Site INR), para se referir "ao

repertório de respostas básicas e estratégias de resposta", que permitam "ao indivíduo obter resultados positivos numa interação social, para que seja aceite socialmente". Segundo McFall (1982, in Site INR), a "competência" é a "adequabilidade e qualidade da execução global de uma tarefa particular", como "termo avaliativo que reflecte o julgamento de alguém acerca da adequação da execução de determinada tarefa". As aptidões são "habilidades específicas" para executar competentemente uma qualquer tarefa. O vocábulo social caracteriza, como adjetivo, o "interesse pela componente social do comportamento da pessoa", ou pelas "implicações sociais que o comportamento humano tem", seja este "público, privado, verbal, motor ou autónomo". Podemos ter algumas e não todas as aptidões requeridas para executar uma tarefa, como, por exemplo, lidar com crianças e jovens, adultos e seniores, com as mais diversas problemáticas da deficiência, mas com primordial incidência nas pessoas cegas ou com baixa visão, por nos restringirmos a esta tipologia deficitária. Podemos não ter ganho e exercitado as habilidades pessoais e sociais necessárias com esta abrangencialidade, desde que nascemos, mas podemos estudá-las e treiná-las para fins profissionais. Mas também podem possuir algumas dessas habilidades natas e não as utilizarmos por um motivo qualquer. Estes casos poderão estar relacionados com "interposições emocionais", como a inibição, a ansiedade ou falta de controlo (McFall, 1982, in Site INR), que podem caracterizar determinados utilizadores, e o profissional da informação não reunir a ajustada competência para se relacionar e interagir com eles. As aptidões podem ser inatas ou adquiridas através do treino. Dubois e Felner (1996, in Site INR) propõem o Modelo Quadripartido da Competência Social, identificando as quatro componentes seguintes: aptidões cognitivas (processamento de informação, tomada de decisão, crenças e estilo de atribuição), aptidões comportamentais (assertividade, negociação, aptidões de conversação, comportamento pro-social e aptidões de aprendizagem), competências emocionais (capacidade de regulação afetiva e de relação, aptidão para estabelecer relações positivas) e motivação e expectativas (estrutura de valores, nível individual do desenvolvimento moral e noção autoeficácia e autocontrolo). Cada uma destas componentes é necessária mas não suficiente para sermos competentes socialmente. O Modelo em referência foi desenvolvido para englobar determinados conceitos, como a resiliência, fatores de projeção, aptidões sociais, domínio, coragem, autoestima e competência social, bem como para organizar as "múltiplas dimensões e componentes de aptidões e habilidades que reflectem este termo" (Idem).

As pessoas com deficiência, muitas vezes, têm algumas dificuldades e lacunas na aquisição de formas adequadas de se comportarem, sobretudo as que apresentam um grau de deficiência severo ao nível cognitivo e sociocognitivo, faltando-lhes a consciência pessoal e social, o que se traduz na incapacidade de entender os outros e de se fazer entender pelos outros. Se não temos o conhecimento de nós mesmos e dos outros, no plano de interesses, comportamentos, não haverá espaço para empatia se não tivermos a perspetiva dos outros, se não tivermos consciência do que queremos, sentimos, pensamos e fazemos. Afigura-se-nos altamente complexo e não menos responsabilizante a tarefa de lidar com a população de crianças e jovens, adultos e séniores, procurando, com a necessária entrega e proficiência, promover nelas algum desenvolvimento biopsicossocial e qualidade de vida, confortando os profissionais da informação com o seu bem-estar e retemperança mental e social, também qualidade de vida, à medida que se observam resultados na evolução sociocognitiva desses cidadãos utilizadores.

São as competências biblioinclusivas dos profissionais de informação, documentação e comunicação em que nos concentramos, para suprir grandes dificuldades dos utilizadores com deficiência. São competências pessoais e sociais especiais que poderão ajudar a transformar mentalidades e a própria sociedade em relação aos cidadãos com quaisquer tipos de desvantagens ou limitações por défices sensoriais ou de outra natureza qualquer.

Poderíamos envolver na dinâmica da divulgação do redimensionamento das bibliotecas públicas a colaboração dos media, de figuras públicas ligadas às artes e às letras, às empresas e também à indispensável adesão voluntária de cidadãos, para o objetivo a alcançar e o sucesso do mesmo, no que respeita aos direitos inalienáveis das crianças e jovens, adultos e seniores em referência.

Aos profissionais de informação, documentação e comunicação, habilitados com esta formação cabe-lhes a missão de promover a qualidade e sustentabilidade das respostas disponibilizadas pelas 52 Associadas e, nesta perspetiva, a promoção dos direitos das pessoas com deficiência intelectual desenvolvimental e multideficiência por estas apoiadas, através de processos de representação e formação sustentadas em lógicas de reconhecimento, validação e acreditação na comunidade e junto dos interlocutores institucionais.

Isto porque, em sintonia com os objetivos do projeto em referência, a inclusão das pessoas com deficiência nas bibliotecas públicas é um valor a defender, a sua diferença um

valor a respeitar e a rentabilização do seu potencial um valor a considerar. É um processo em que reconhecemos a implicação do exercício (ainda que muito limitado) e valorização de algumas competências pessoais e sociais dos profissionais e dos utilizadores, no seu relacionamento e interação, independentemente das dificuldades que possam caracterizar cada um desses consulentes.

Em conclusão, temos ainda um conhecimento bastante aligeirado (reconhecemo-lo bem) sobre a graduação e eficácia do tipo de competências pessoais e sociais que os profissionais de informação, documentação e comunicação podem adquirir para lidarem com os utilizadores/clientes que apresentam dificuldades de natureza sensorial e outras. Toca-nos, numa dimensão muito profunda, o tentarmos imaginar a forma de se ultrapassarem as por vezes grandes dificuldades ao nível da capacitação e competência destes profissionais na normalização da socialização e da comunicação com os cidadãos em referência, no que se refere ao seu relacionamento e interação com as coisas, os objetos, as outras pessoas ditas escuras, com os lugares onde se encontram, com o tipo de tarefas pesquisacionais que pretendem realizar, seja também umas vezes em estreita colaboração com os técnicos seja, outras vezes, sem a colaboração dos Técnicos. Sentimo-nos bem longe ainda de uma verdadeira compreensão da grave realidade com que se confrontam estas crianças e jovens e os profissionais especializados nesta problemática. Sobre o tipo de intercompreensão que podem estabelecer com esta população, com o sucesso desejável. Sobre a vocação, vontade e querer trabalhar com esta população, para, com profissionalismo e carinho, sensibilidade e força intrínseca, saúde mental e física, competência e proficiência, saber gostar do outro, saber ajudar o outro, saber considerar o outro como pessoa humana e com os mesmos deveres e direitos de cidadania que os seus, saber ser capaz de amar o desenvolvimento humano e o progresso do seu envolvimento, as coisas difíceis e complexas para as poder entender e procurar ultrapassar no sentido do bem do outro e de si próprios, sem sofrimento psíquico e com alegria. Como escreveu Lord Byron (1788-1824), "Só teremos alegrias se as repartirmos: a felicidade nasceu gémea".

Sebastião da Gama também simboliza esta incontestável verdade no poema seguinte:

Pelo sonho é que vamos,  
Comovidos e mudos.  
Chegamos? Não chegamos?  
Haja ou não haja frutos

Pelo sonho é que vamos.

Basta a fé no que teremos.

Basta a esperança naquilo

Que talvez não teremos.

Basta que a alma dêmos,

Com a mesma alegria,

Ao que desconhecemos

E ao que é do dia-a-dia.

Chegamos? Não chegamos?

- Partimos. Vamos. Somos (Gama, 2004 e

[https://poemasgamavirtual.blogspot.com/search?q=pelo+sonho+%C3%A9+que+vamos](https://poemasgamavirtual.blogspot.com/search?q=pelo+sonho+%C3%A9+que+vamos))).

Sabemos que, neste relacionamento e interação, pode haver comunicação verbal, nas formas de interlocução ou escrita. Pode haver paraverbalidade (produção de sons com intensidades, timbres, alturas e entoações de voz muito variados) e interação não-verbal (mímica, gestos, desenhos, grafismo...) nas relações interpessoais.

Os profissionais de informação, documentação e comunicação deverão dominar os processos de comunicação aumentativa e alternativa, como a Língua Gestual, que é a língua natural da comunidade surda, ou seja, o processo de comunicação e interação humana que utiliza os gestos como comunicação e manifestação, envolvendo formas de expressão não-verbais numa dimensão linguisticamente estruturada.

Temos de ter em conta ainda e ao mesmo tempo os fatores na comunicação que podem ser cultivados e que podem auxiliar o estabelecimento da intercompreensão, como a habilidade comunicacional, as atitudes, o nível de conhecimentos, o sistema sociocultural. As funções da comunicação também podem exercer-se adequadamente nos planos da informação, da persuasão e da motivação, da educação, da socialização, da distração. Todavia, estamos cientes de que as dificuldades ou condicionalismos comunicacionais, ao nível interpessoal, no relacionamento e interação, são na grande maioria dos casos absolutamente inultrapassáveis individualmente, carecendo de ajudas ajustadas e diferenciadas, consoante o grau mais ou menos severo da problemática que afeta certas crianças e jovens, adultos e seniores, cujas competências pessoais e sociais podem ser, por vezes, profundamente limitadas ou mesmo nulas.

Mas a maior e a mais grata alegria que nos deve inundar será a persistência consensual e seriamente aprofundada dos estabelecimentos de ensino e dos profissionais de informação, documentação e comunicação que vão sendo formados, habilitados com as adequadas competências biblioinclusivas para as exercerem, ajustadamente e em equidade, nas Bibliotecas Públicas em que forem colocados, promovendo a consecução de resultados desejáveis ao nível da autoconfiança e autoconceito, da autoestima e autoimagem dos utilizadores/clientes e dos profissionais em referência, desempenhando em pleno as suas funções em favor dos utentes com défices sensoriais, em especial os com necessidades visuais.

## **REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de estar hoje mundialmente reconhecido que as pessoas cegas têm o mesmo direito de utilizar as bibliotecas como os demais cidadãos, as coisas não têm funcionado, exatamente, nessa medida. Mas esta questão, de início, mereceu logo a adesão da Federação Internacional das Associações de Bibliotecas (IFLA), entidade esta que veio a criar e a manter em funcionamento a Round Table «Libraries for the Blind» (RTLB), que é o órgão encarregado de estudar esta problemática, havendo também o contributo da UNESCO nesta evolução.

Na verdade, estando hoje comprovado pelos psicólogos especialistas na área que chega mais informação ao cérebro através dos olhos (na opinião de alguns em mais de 80%) do que pelo conjunto das restantes modalidades sensoriais, a leitura é, para as pessoas cegas, um meio impeditivo de estados de apatia e de isolamento da mente. Por isso, há que estimular estas pessoas a ler, visto que a ausência de hábitos de leitura poderá traduzir-se em vazios e num grave empobrecimento da vida. Também por esta razão, em sequência, veio a generalizar-se a ideia de que os doentes, os idosos, os presos, as pessoas com outras incapacidades ou deficiências, ainda que temporária ou em definitivo incapacitados de ler, têm o direito de utilizar os serviços de bibliotecas, beneficiando das valências específicas das mesmas para poderem corresponder às suas necessidades de acesso à informação e à cultura. Deste modo, têm vindo a implementar-se algumas medidas nesse sentido, a nível nacional e internacional. Os processos tradicionais de produção dos materiais audiotáteis e em caracteres ampliados começaram a evoluir para meios cada vez mais adequados, como a produção do braille computadorizada, o braille eletrónico, a voz sintética e processos sofisticados de ampliação, que possibilitam um aumento enorme da capacidade de resposta das bibliotecas aos diferentes utilizadores. Em Portugal, felizmente, já começamos a trabalhar nesse sentido, em analogia com o que vem sendo praticado em certos países mais industrializados, mas continuando a faltar formação específica, e obrigatória, aos técnicos profissionais de informação, documentação e comunicação em serviço nas bibliotecas, em especial nas Bibliotecas Públicas.

Há muito que existe, no nosso País, consciência generalizada dos prejuízos causados pela ausência de mecanismos que assegurem o planeamento global das actividades dos serviços de bibliotecas para cegos, que têm vindo a funcionar numa desarticulação quase

absoluta. Desta forma, tendo em conta os novos princípios que orientam as bibliotecas para cegos no mundo e o conhecimento do estado destas instituições em Portugal, chegou a ser criado e a funcionar um grupo de trabalho para o estudo e articulação dos serviços de leitura para cegos em Portugal, com a designação de Comissão de Leitura para Deficientes Visuais, no âmbito do então Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (hoje INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.), mas que veio a deixar de ter atividade. No entanto, atualmente, como poderíamos intuir da designação do atual Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura (em funcionamento no INR, I.P.), estas preocupações poderiam ver aqui consignadas as desejáveis soluções.

Pensamos que só um trabalho devidamente refletido e planeado no âmbito dos Ministérios da Educação, da Cultura, do Trabalho e Segurança Social, da Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., Instituto Português da Qualidade, Associação Portuguesa de Bibliotecários e Documentalistas, Universidades com Cursos de Ciências da Informação em funcionamento, envolvendo, naturalmente, os serviços de utilização e de produção destinados a pessoas cegas em Portugal e Associações tiflológicas, poderá ajudar a clarificar e a resolver esta premente questão. Assim, no sentido de se repensar o conjunto das Bibliotecas Públicas em Portugal, dotando-as das competências biblioinclusivas adequadas em articulação com os diferentes serviços nacionais, de produção e utilização de material de leitura nos diversos suportes e formatos, para pessoas cegas e com baixa visão, há que promover e apostar numa ajustada planificação de Cursos (bastando a inclusão nos currículos dos mesmos de determinadas unidades curriculares específicas), de modo a que as competências biblioinclusivas passem a existir devidamente comprovadas e a assumir efetivamente a sua função, para que as necessidades de leitura, de acessibilidade e usabilidade dos utilizadores com deficiência visual, no caso, poderem ser atendidas em pleno.

No século XX e no dealbar do século XXI tem-se demonstrado que, com conhecimento e sensibilidade, desempenho, invenção e imaginação, é possível estender o acesso inclusivo a todos os recursos da comunidade, "ao meio físico, social e cultural, aos transportes, informação e tecnologia, aos meios de comunicação, à educação e justiça, aos serviços públicos, emprego, desporto e recreação, ao direito de votar e de ser respeitado." (Guerreiro, 2001: 38). Mas temos de nos empenhar mais ainda no alargamento desta acessibilidade, "eliminando todas as obstruções ambientais, electrónicas e comportamentais,

que impedem a total inclusão na vida em comunidade, promovendo (com a facilitação da mais ampla acessibilidade à informação e à cultura por parte das pessoas portadoras de deficiência e/ou inabrangidas pela biblioteca) o delinear de políticas generosas que respeitem a dignidade de todos os indivíduos e atentem no inerente equilíbrio e nos benefícios que a sua diversidade exige, o calor do companheirismo, a alegria dos afectos partilhados, a excelsa beleza da Terra e do Universo em solidariedade." (Ibid.: 38).

A Biblioteca Pública, pela importância que tem no desenvolvimento intelectual, sociocognitivo, do conhecimento e do saber dos cidadãos/utilizadores, tem de estar adequadamente aberta a todos, sem exceções, como lugar aprazível presencial e/ou *online*. Em alguns casos, poderá ser "tão aberta que o gosto de folhear um livro exigirá mesmo tomar uma bica" (Cabral, 1996: 35). A biblioteca, seja do bairro, da escola ou da academia, deve entender-se "como sinónimo de prazer, nunca de castigo." (Ibid.: 35). A democratização da cultura e do acesso inclusivo à informação e à cultura será tanto mais eficaz e produtiva quanto mais conseguirmos despertar consciências e transformar comportamentos para esse efeito. O mundo global transformar-se-á, progressivamente, à medida das carências cognitivas e culturais de todos os cidadãos, em especial dos que apresentam mais desvantagens, mediante a formação e implementação de processos inclusivos sem fronteiras para o acesso à informação e à cultura. "A democracia não vai além do alcance da voz do Homem" (Platão, citado por Almeida, 2001: 10). Mas, em nossa opinião, A democracia, em todas as vertentes, pode conceber-se e desenvolver-se, aplicar-se e voar no pensamento humano e pode instalar-se, de forma sólida em qualquer lugar do mundo, nos domínios mais carenciados de equidade nos direitos humanos e na igualdade de oportunidades. "Este aspecto do alcance da voz é fundamental para nós falarmos em acesso e em exclusão." (Ibid.: 10). Há que falar, sim, em inclusão, promovendo em consciência a inclusão em todas as áreas do conhecimento, seja nos espaços físicos seja nos ciberespaciais. É como "dar de beber a quem tem sede ou dar de ler a quem cruza a soleira da biblioteca." (Cabral, 1996: 91), como quem tem sede e fome de leitura e de saber mais e é, nessa medida, dessedentado e saciado pela Biblioteca Pública universal, *online* e inclusiva, como fonte inesgotável de abundância cognitiva e de bem-estar.

Secundando e parafraseando Guerreiro (2000 e 2001), os programas internacionais de apoio ao desenvolvimento económico e social deverão passar a ter em consideração "normas mínimas de acessibilidade em todos os projectos de infra-estruturas, incluindo

tecnologia e meios de comunicação", que garantam às pessoas com os mais diversos défices sensoriais, cognitivos, neuromotores e outros e/ou infoexcluídas, por qualquer razão, a sua total inclusão na vida das suas comunidades e no domínio inter e multicultural. O conceito de inclusão social assume nos nossos dias um valor universal, sendo por isso recomendável que a Biblioteca Pública se redimensione e alargue a sua extensão de serviços biblioinclusivos no mundo global e sem fronteiras. Nesta medida, que a Biblioteca Pública "promova a sua progressiva transformação em biblioteca inclusiva mediante a supressão de barreiras, disponibilizando em suportes e formatos acessíveis toda a informação necessária e atendendo o utilizador com uma postura capaz de eliminar ou atenuar, tanto quanto possível, as limitações resultantes de deficiências sensoriais ou físicas, bem como de qualquer índole info-exclusiva, correspondendo de forma uniformizada à diversidade e tipologia de solicitações, servindo os utilizadores in loco, quando devidamente apetrechada para tal, ou, no caso de se verificar a ausência dessa eficácia, encaminhando-os para outras fontes de informação e utilização" (Guerreiro, 2001: 38).

As pessoas com deficiência, em geral, e com deficiência visual, em especial, deverão poder aceder a todo o acervo documental, em todos os suportes e formatos, mesmo nos "mundos virtuais", onde "o utilizador poderá deambular por uma sala tridimensional (que poderá corresponder à sala de biblioteca real se for esse o objectivo) e percorrer as prateleiras virtuais, visualizando as lombadas dos livros, sugestionando-o." (Isaías, 1999: 153). A hipótese de encontrar outros utilizadores é "uma perspectiva real, podendo ocorrer encontros virtuais, passíveis de proporcionar frutuosas trocas de experiências." (Ibid.: 153).

Pretendemos visitar e revisitar as fontes possíveis em que esta área do conhecimento para todos se encontra provida nas Bibliotecas Públicas, deparámos com uma desmedida carência de serviços e com uma total ausência de competências biblioinclusivas, razão por que nos decidimos aprofundar e elaborar este trabalho de investigação, centrada na Biblioteca Pública, pensada para todos os cidadãos utilizadores, em que a biblioinclusão se ache devidamente em prática, um fenómeno novo e originário do conceito de biblioteca inclusiva, com a necessária substância teórico-empírica, a nosso ver, para o desenvolvimento de um processo inovador de inclusão em equidade. Para que este objetivo possa vir a alcançar-se em pleno, haverá necessidade de se ministrar aos estudantes, nos Cursos Elementares, nas Licenciaturas e nas Pós-Graduações em Ciências da Informação e/ou de Ciências Documentais, as indispensáveis competências biblioinclusivas, essencialmente nos

planos biblioteconómico e no relacionamento e interação com os utilizadores com défices visuais ou a outro níveis sensoriais, cognitivos e neuromotores. O "laboratório de ciência viva", que é a Biblioteca Pública, deverá envolver obrigatoriamente nas suas diferentes áreas do conhecimento a vital necessidade de todos os seus utilizadores, que é a cultura dos hábitos de ler e de participar na vida cultural ativa da biblioteca, só possível servindo as comunidades populacionais, as escolas e outras instituições da sua área jurisdicional, não se ficando numa dimensão de "sarcófago do pensamento", que ninguém procura. Estamos, pois, em sintonia com Raul Proença (1884-1941), citado por Guerreiro (1982, 2011 e 2012), "laboratório" este que deverá estar disponível para receber todos os cidadãos utilizadores, independentemente das dificuldades ou desvantagens que apresentarem.

E já começa a produzir efeitos o conceito de biblioinclusão, entendido como "o processo de inclusão sociocomunicacional e literário que consiste na utilização sistemática dos recursos biblioteconómicos oferecidos pelas bibliotecas a todos os cidadãos, sem exceção, quer in loco quer on-line." (Guerreiro, 1999, 2001, 2011, 2012, 2014). É esta a frutífera dimensão funcional e operacional que reconhecemos caber no desempenho da Biblioteca Pública e no seu papel inclusivo na universalização do conhecimento, mas desde que dotada dos recursos humanos, devidamente habilitados com as adequadas competências biblioinclusivas, e técnicos, com as indispensáveis e ajustadas condições de acessibilidade e usabilidade.

Concluindo, e depois do já preconizado anteriormente em Portugal (Guerreiro, 2001), em que se propunha o envolvimento da então Comissão de Leitura para Deficientes Visuais (CLDV) como o instrumento coordenador das atividades das entidades públicas e privadas de produção e de utilização de materiais de leitura para pessoas cegas e amblíopes, na constituição de um Grupo de Trabalho em conjunto com o Secretariado para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD) e o Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, retomamos aqui esta hipótese-base, mas agora envolvendo Núcleo para o Braille e Meios Complementares de Leitura (que absorveu as competências da CLDV e da Comissão de Braille), o Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P. (a nova designação do então SNRIPD), a Secretaria de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência (SEIPD) e o Ministério da Educação (ME) para:

1. Elaborar um projecto de leitura pública inclusiva, a nível nacional, que contemple os utilizadores cegos e com baixa visão, de forma presencial e *online*.

2. Refletir e ponderar a matéria tiflológica a propor e a integrar nos currículos de formação de Técnicos Profissionais e de Técnicos Superiores de Biblioteca e Documentação (nem que sejam, pelo menos, incluídas as adequadas e específicas unidades curriculares nos Cursos), envolvendo, para o efeito, os necessários e competentes organismos para o incremento de atitudes e práticas inclusivas na Biblioteca Pública, em que todos os funcionários se achem devidamente sensibilizados e dotados das competências biblioinclusivas específicas.

3. Fomentar e dinamizar ações conducentes à realização das indispensáveis campanhas de sensibilização pública e à elaboração e promulgação da necessária legislação para que, progressivamente, as bibliotecas públicas portuguesas ganhem e assumam o estatuto e prática de inclusivas.

Nos diversos sistemas de competência profissional, «a competência está sempre associada à capacidade de o sujeito desempenhar-se satisfatoriamente em reais situações de trabalho, mobilizando os recursos cognitivos e sócio-afetivos, além de conhecimentos específicos.» (Ramos, 2001), sendo, nesta aceção, a competência indissociável da ação. Assim, a Biblioteca Pública tem de assumir, no desempenho das suas funções, um papel determinante e promocional da importância da universalidade do conhecimento inclusivo para o desenvolvimento humano e progresso. A biblioteca é um ponto de encontro de todos os saberes, portanto, é o lugar da universalidade do conhecimento, que deverá estar ao alcance de todos os cidadãos sem exceções, onde se poderão eliminar preconceitos e conceitos erróneos sobre as capacidades e competências pessoais e sociais de cada utilizador da Biblioteca Pública, numa perspetiva inclusiva.

Em sintonia com Guerreiro (2001), a Biblioteca Pública, tida como incentivadora de comunicabilidade, sociabilidade e interação, sendo inclusiva, poderá «ser um instrumento concatenador e fomentador, dinamizador, vivo e sem reservas para a inclusão cultural e intelectossocial de todos os cidadãos na sociedade.».

A efetiva competência biblioinclusiva, na Biblioteca Pública, deverá estar em todos os seus recursos: essencialmente humanos, técnicos e tecnológicos (no caso também tiflotecnológicos), bem assim na acessibilidade e usabilidade de todo o seu acervo

documental, in loco e on-line, na localização do edifício e nas áreas funcionais destinadas ao utilizador, sempre numa perspetiva de plena cidadania na inclusão, diversidade e equidade. Com a elaboração desta Dissertação, pretendemos contribuir para a sensibilização de pessoas e instituições, nelas promovendo o interesse para o estudo e investigação, desenvolvimento e prática de princípios inclusivos norteadores de currículos de formação de Técnicos Profissionais e Superiores de Informação, documentação e comunicação para o correto desempenho de funções biblioinclusivas nas diferentes bibliotecas, em especial a Biblioteca Pública e, no caso, com particular enfoque nos cidadãos cegos e com baixa visão.

Voltaire (1694-1778) dizia que “a perfeição é atingida através de passos pequenos e calmos. Requer, sobretudo, a mão do tempo”.

Pensamos que sonhamos sonhos possíveis, parafraseando Paulo Freire (1921-1997). Nesta medida, podemos tornar os sonhos em realidades, bastando que, com inteligência e fundamentação, confiança e segurança (mas com as sinergias certas a acompanharem-nos, impulsionando-nos, nesse itinerário), sejamos teimosos em alcançar essas realidades. Assim, partilhando o conhecimento, não só não o limitamos como o fazemos crescer e multiplicar cada vez mais no sentido da equidade. É essa a nossa luta!

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEB-GRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEB-GRÁFICAS

### 1. Bibliografia Citada

ALMEIDA, P.F. de (2001). *Uma biblioteca pública numa sociedade de informação obsecada pelo mercado: desafios e oportunidades*. «**Actas do Colóquio Bibliotecas e Novas Tecnologias: Como Combater a Exclusão dos Info-Pobres?**». Lisboa: Câmara Municipal; 9-17.

AMADO, Maria C.T.M. Romeiras da Costa (2013). **Hide and Seek: Normality issues and global discourses on blind school modern projects (late 18th-19th centuries)** [Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Especialidade História da Educação, defendida em março de 2013]. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade Clássica.

AMADO, Maria C.T.M. Romeiras da Costa (2008). **Escritos em Branco: Rupturas da Ciência e da Pedagogia no Portugal Oitocentista: o Ensino para Cegos no Asilo-Escola António Feliciano de Castilho (1888-1930)** [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, defendida em março de 2008]. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Clássica.

AMARAL, Maria de São José M.L. da Silva (2018). *Deficiência*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão: Humanizar a Vida em Cidadania e no Prazer Solidário de Existir**. Almada/Portugal: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 194 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

AMARAL, Maria de São José M.L. da Silva & GUERREIRO, Augusto Deodato (2018). *Tecnologia de apoio*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão: Humanizar a Vida em Cidadania e no Prazer Solidário de Existir**. Almada/Portugal: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 645-646 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

AMARAL, Maria de São José M.L. da Silva (2016). **Contexto Científico Tecnológico e Eliminação das Barreiras Sociocomunicacionais para as Pessoas com Défice Visual: Relevância das Tecnologias de Apoio** [Tese de Doutoramento em Ciências da Informação, defendida em janeiro de 2016]. Madrid: Departamento de Periodismo III da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade Complutense.

Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (1995-2004). "**Cadernos BAD**". Lisboa: BAD.

AZEVEDO, Ana (2003). *A oferta de formação a nível internacional*. In: **Formar para Informar "Cadernos BAD"**. Lisboa: BAD; 41-51.

BAPTISTA, José António (1976). *As organizações estrangeiras e a nossa falta de organização*.

«**Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura**». Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro -  
Edições Braille, Nº 203, Novembro.

BORGES, J. Luís (1998). **Obras Completas: 1923-1949**. Lisboa: Círculo de Leitores.

CABRAL, M. Luísa (1996). **Bibliotecas: Acesso, Sempre**. Lisboa: Edições Colibri.

CALIXTO, J.A. (2012a). **13º Encontro de Bibliotecários da Rede Nacional de Bibliotecas**

**Públicas (RNBP)**. Cascais: BAD. [Acedido em 15 de janeiro de 2013]  
<<http://www.slideshare.net/JosAntnioCalixto/concluses-bibliotecas-pblicas-hoje>>

CALIXTO, J.A. (2012b). **XI Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e**

**Documentalistas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [Acedido em 12 de fevereiro de  
2013] <<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad>>

CORREIA, Z.P. (2003). *Referencial das competências dos profissionais europeus de informação e  
documentação: da génese às perspectivas de futuro*. In: **Formar para Informar "Cadernos  
BAD"**. Lisboa: BAD; 8-21.

ECO, Umberto (1987). **A Biblioteca**. Lisboa: Difel.

Enquadramento Histórico (1987). Secretária de Estado da Cultura Teresa Patrício Gouveia. Na  
sequência do Relatório de um Grupo de Trabalho constituído para o efeito, sob a  
coordenação de Maria José Moura. **Lançamento do Programa da Rede Nacional de  
Bibliotecas Públicas**. [Acedido em 14 de janeiro de 2013]

<<http://www.dglb.pt/sites/DGLB/Portugues/bibliotecasPublicas/Paginas/bibliotecasPublicas.aspx>>

FONSECA, Matoso da (1934). *Branco Rodrigues*. «**Revista dos Cegos**». Lisboa: Associação  
Promotora do Ensino dos Cegos, nº 3 janeiro; pp. 11-15.

GAMA, Sebastião da (2004). **Pelo Sonho é que Vamos**. Mem Martins: Arrábida.

GOULÃO, M.I. (2003). *Política de gestão da colecção de referência*. In: **Formar para Informar  
"Cadernos BAD"**. Lisboa: BAD; 90-116.

GUERREIRO, A. Deodato (2018a). *Humanizar a vida em cidadania e no prazer solidário de existir*.  
In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão** / Dir. científica de Augusto  
Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 313-326 (Em  
distribuição pela Amazon/Espanha).

- GUERREIRO, A. Deodato (2018b). *Humanizar a vida: no prazer solidário de existir*. «**Revista Louis Braille**». Lisboa: ACAPO, nº 24 (Suporte digital) 2018; pp. 16-19.
- GUERREIRO, A. Deodato, Dir. científico (2017a). **Comunicação Inclusiva em Intervenção Precoce na Infância: Desafios e Propostas** / Org. e Dir. científica de Augusto Deodato Guerreiro. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT (Em distribuição pela Amazon/Espanha).
- GUERREIRO, A. Deodato, Dir. científico (2017b). **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes na Deficiência em Geral**. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida (Suporte eletrónico com o ISBN 978-972-95206-8-6). Formato PDF no Blog: deodatoguerreiro.blogspot.pt.
- GUERREIRO, A. Deodato (2017c). **Pensamentos: Cronologia I**. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida (Suporte eletrónico com o ISBN: 978-972-95206-9-3). Formato PDF no Blog: deodatoguerreiro.blogspot.pt.
- GUERREIRO, A. Deodato (2016). *À luz da acessibilidade e da usabilidade em cidades/espços urbanos: ecologia comunicacional inclusiva*. In: M. OLiveira & S. Pinto (Eds.), **Atas do Congresso Internacional Comunicação e Luz** (pp. 215-227). Braga: CECS da Universidade do Minho.
- GUERREIRO, A. Deodato (2015a). *European intellectual platform for professionals in the field of typhology: a challenge/proposal*. **R-LEGO - «Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações»**. Lisboa: ULHT, nº 1 outubro; ISSN 2183-5845; pp. 111-125.
- GUERREIRO, A. Deodato (2015b). *Teoria educacional inclusiva em intervenção precoce na cegueira (Vídeo/73 minutos, com legendas e tradução em LIBRAS)*. In: **II Congresso de Acessibilidade Online**. Rio de Janeiro/Brasil: realizado nos dias 6 a 12 de dezembro de 2015.
- GUERREIRO, A. Deodato (2014a). **História Breve dos Meios de Comunicação: Da Imanência Pensante à Sociedade em Rede**. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida.
- GUERREIRO, A. Deodato (2014b). *Num polinómio educacional e cultural, uma perspetiva inclusiva para uma teoria do desenvolvimento humano na sociedade de todos (Vídeo/45 minutos, com legendas e tradução em LIBRAS)*. In: **I Congresso de Acessibilidade Online**. Rio de Janeiro/Brasil: realizado nos dias 21 a 27 de setembro.
- GUERREIRO, A. Deodato (2012). **Comunicação e Cultura Inclusivas**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas/ULHT.

- GUERREIRO, A. Deodato (2011). **Literacia Braille e Inclusão: Para um Estudo Histórico-Cultural e Científico da Tiflografia, Tiflogia, Infotecnologia e Equipamentos Culturais em Portugal**. Lisboa: Câmara Municipal.
- GUERREIRO, A. Deodato (2007a). *Sociocomunicabilidade e inclusão*. In: **Cadernos Sociedade e Trabalho: Integração das Pessoas com Deficiência**. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social/Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento, nº 8 Janeiro 2007; pp. 213-230.
- GUERREIRO, A. Deodato (2007b). *O "mundo da vida" inclusivo*. «**Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura**». Porto: Santa Casa da Misericórdia/Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, nº 543 Outubro 2007; pp. 44-57
- GUERREIRO, A. Deodato (2005). *Para um horizonte comunicacional em banda larga*. «**Jornal do Departamento de Ciências da Comunicação, Artes e Tecnologias da Informação**». Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Abril; p. 3.
- GUERREIRO, A. Deodato, Coord. e Coaut. (2004). **Glossário Luso-Brasileiro sobre o Braille**. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- GUERREIRO, A. Deodato (2000a). *A biblioteca na interacção intelectossocial de todos os cidadãos: algumas reflexões para a tornar inclusiva*. "**Biblioteca: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa**". Lisboa: Departamento de Cultura/Divisão de Bibliotecas e Documentação da Câmara Municipal, nºs 5-6 Dezembro; 132-140.
- GUERREIRO, A. Deodato (2000b). **Para uma Biblioteca Universal: Biblioteca e Sociedade Inclusivas** (Brochura). Lisboa: Unidade de Investigação em Motricidade Humana do Instituto Jean Piaget. Almada: Instituto Piaget.
- GUERREIRO, A. Deodato (2000c). *Para uma comunicação e uma cultura mais inclusivas: um novo perfil de biblioteca pública*. "**Actas do Colóquio Bibliotecas e Novas Tecnologias: Como Combater a Exclusão dos Info-Pobres?**". Lisboa: Câmara Municipal; 31-41.
- GUERREIRO, A. Deodato (2000d). **Para uma Nova Comunicação dos Sentidos: Contributos da Tecnologização da Tiflografia para a Ampliação dos Processos Comunicacionais**. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- GUERREIRO, A. Deodato (1999). *Cultura e interacção social: vertentes especiais*. "**Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa**". Lisboa: Gabinete de Referência Cultural, nºs 102-106 Maio-Setembro.

- GUERREIRO, A. Deodato (1992). *De um projecto inédito gorado a outro projecto inédito em implementação. In: Actas do III Encontro do Livro e da Leitura Pública do Distrito de Setúbal*. Barreiro: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal/Biblioteca Municipal do Barreiro, 9 a 11 de Dezembro; 131-141.
- GUERREIRO, A. Deodato (1991). *Lisboa no Rio: humor, poesia, história, música... «Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa»*. Lisboa: Pelouro da Cultura / Biblioteca Municipal Camões, nº 10 Setembro.
- GUERREIRO, A. Deodato (1989a). *A biblioteca portuguesa na formação cultural da pessoa cega. "Gerontologia: Revista da UITI"*. Lisboa: Universidade Internacional para a Terceira Idade, nº 41 janeiro-março; 27-40.
- GUERREIRO, A. Deodato (1989b). *Eliminação de barreiras sociais e culturais: deficientes, terceira idade, doentes: acessibilidade à leitura e à cultura. "Gerontologia: Revista da Universidade Internacional para a Terceira Idade"*. Lisboa: UITI, nº 44 Outubro-Dezembro; 18-27.
- GUERREIRO, A. Deodato (1987). *O papel das Bibliotecas Municipais na dinamização da leitura para deficientes. "Actas do 2º Congresso Nacional de BAD"*. Coimbra: Minerva; 583-591.
- GUERREIRO, A. Deodato (1982). *Biblioteca Camões: a primeira biblioteca pública para cegos em Portugal. "Lisboa: Revista Municipal"*. Lisboa: Câmara Municipal, número avulso Março; 31-34.
- GUERREIRO, A. Deodato (1981). *Biblioteca Camões: a primeira biblioteca pública para cegos em Portugal. «Notícia: Boletim Informativo da BAD»*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, nº 3 Julho-Setembro; pp. 1-7.
- ISAÍAS, P. (1999). **Bibliotecas Digitais**. Lisboa: Universidade Aberta.
- LOPES, Francisco (1994). *Rede pública de bibliotecas: uma leitura agradável. "Cadernos BAD"*. Lisboa: BAD.
- MALHEIRO, Armando & RIBEIRO, Fernanda (2010). **Recursos de Informação: Utilizadores e Serviços**. Lisboa: Universidade Aberta.
- MALHEIRO, Armando & RIBEIRO, Fernanda (2002). **Das Ciências Documentais à Ciência da Informação: Ensaio Epistemológico para um Novo Modelo Curricular**. S.L.: S. I.
- MARIA, D.F. Franco (2013). **Biblioteca 2.0: Produção e Organização do Conhecimento na Internet** [Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais]. Lisboa: DCC da ECATI da ULHT.

- MARTINS, Maria de Lurdes R.D. (2006). **As Tecnologias de Informação e Comunicação na Avaliação de Crianças com Necessidades Educativas Especiais** [Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, defendida em outubro de 2006]. Vila Real de Trás-os-Montes: UTAD.
- MIRANDA, J.A. Bragança de (2002). **Teoria da Cultura**. Lisboa: Edições Século XXI.
- MIRANDA, J.A. Bragança de (1997). *O problema da linguagem universal na época moderna*.  
«**Dinamização Cultural: Revista Áudio da Câmara Municipal de Lisboa**». Lisboa: Gabinete de Referência Cultural, N<sup>os</sup> 76-79 março-abril maio-junho. (Comunicação proferida na Conferência Europeia «Linguagens Universais: o Gesto, a Pintura, a Escultura, a Dança, a Música...», organizada pela Câmara Municipal de Lisboa / Gabinete de Referência Cultural e realizada no dia 28 de outubro de 1994).
- MIRANDA, J.A. Bragança de (2000). *Prefácio ao livro Para uma Nova Comunicação dos Sentidos: Contributos da Tecnologização da Tiflografia para a Ampliação dos Processos Comunicacionais* / de Augusto Deodato Guerreiro. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.
- NUNES, H. Barreto (1998). **Da Biblioteca ao Leitor: Estudos sobre a Leitura Pública em Portugal**. Braga: Autores de Braga.
- NUNES, L.F. de Abreu (1987). **Como Organizar uma Pequena Biblioteca**. Lisboa: BAD.
- OLIVA, F. P. (2007). *Varanda do leitor: José Cândido Branco Rodrigues: filantropo, tiflófilo, pedagogo e tiflólogo*. «**Ponto e Som: Cultura e Informação**». Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal/Área de Leitura para Deficientes Visuais, n<sup>o</sup> 134 julho; pp. 51-76.
- OLIVA, F. P. (1976). *Branco Rodrigues e os cegos*. «**Ponto e Som**». Lisboa: Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional, n<sup>o</sup> 11 outubro; pp. 139-162.
- PALMEIRO, João (2019). *Viagem no tempo com paragem na musicologia social: o Centro Português de Tiflogia e a evocação da génese da musicografia/música/orquestra de cegos no País*. In: **Musicografia Braille e Equidade na CPLP** / Dir. científica Augusto Deodato Guerreiro. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas; pp. 83-91. (Com apoio do CICANT/ECATI/ULHT).
- PINTO, J. Nunes (1977). *José Cândido Branco Rodrigues*. «**Ponto e Som**». Lisboa: Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional, n<sup>o</sup> 12, janeiro; pp. 175-196.
- PINTO, J. Nunes (1962). *Branco Rodrigues e a sua obra*. «**Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura**». Porto: Centro de Produção do Livro para o Cego, n<sup>o</sup> 57, maio; pp. 1-8.

- PIRES, C.G.C. (2003). *As bibliotecas da Rede de Leitura Pública: problemas e perspectivas*. In: **Formar para Informar "Cadernos BAD"**. Lisboa: BAD; 117-126.
- RAMOS, Marise Nogueira (2001). **A Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação?** São Paulo: Cortez Editora.
- RODRIGUES, Isidro da Eira (Acedido em 2017.05.08). *História do movimento associativo*. In: **<www.acapo.pt/historia-do-movimento-associativo>**.
- SILVA, A.O.F. Gonçalves da (2015). **Ensino da Matemática a Alunos com Necessidades Visuais: Estratégias e Metodologias Dinamizadoras da Aprendizagem** [Doctorado Europeu en Innovación Didáctica en la Sociedad del Conocimiento]. Madrid: Departamento de Didáctica y Organización Escolar de la Facultad de Educación de la Universidad Complutense.
- SILVA, A.O.F. Gonçalves da (2015). *O Sistema Braille - um meio fundamental para a inclusão socioprofissional das pessoas cegas*. **R-LEGO - «Revista Lusófona de Economia e Gestão das Organizações»**. Lisboa: ULHT, nº 1 outubro; ISSN 2183-5845; pp. 127-146.
- SILVA, A.O.F. Gonçalves da (2007). **As Pessoas Deficientes Visuais e o Acesso à Informação nas Bibliotecas Municipais de Portugal** [Doctorado en Ciencias de la Información, Documentación, Fundamentos, Tecnología y Aplicaciones]. Madrid: Departamento de Biblioteconomía Y Documentación de la Facultad de Ciencias de la Información de la Universidad Complutense.
- SNRIPD (1999). **Acessibilidade: Exemplos em Portugal** / Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Lisboa: SNRIPD.
- SOARES, Luísa Ducla (2019). **Vamos Descobrir a Biblioteca Nacional**. Lisboa: Edição Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- USHERWOOD, B. (1999). **A Biblioteca Pública como Conhecimento**. Lisboa: Caminho.
- VEIGA, I. et al. (1997). **Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares**. Lisboa: Ministério da Educação.

## 2. Bibliografia Consultada

ESTRELA, Rui (2018). Ética na comunicação empresarial e em cidadania inclusiva. In: *Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão* / Dir. Augusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 245-252.

(Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUERREIRO, A. Deodato, Org., Dir. científico e coaut. (2018a). **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão: Humanizar a Vida em Cidadania e no Prazer Solidário de Existir**. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUERREIRO, A. Deodato (2018b). **Guia de Intervenção Precoce na Disfunção Visual: Teoria e Prática em Educomunicação e Cultura na Família e na Sociedade**. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUERREIRO, Maria de Lurdes R.F. (2018a). *Biblioteca Sonora Digital da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão** / Dir. científica de Augusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 63-64 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUERREIRO, Maria de Lurdes R.F. (2018b). *Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille (CPAC)*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão**. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 95-96 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUERREIRO, Maria de Lurdes R.F. (2018c). *Competências biblioinclusivas*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão** / Dir. científica de Augusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 138-140 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUERREIRO, Maria de Lurdes R.F. (2018d). *Materiais em relevo*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão** / Dir. científica de Augusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 411 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUERREIRO, Maria de Lurdes R.F. (2018e). *Pirilampo Mágico na vida das crianças e dos jovens com problemas ao nível intelectual*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão** / Dir. científica de Augusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 521-528 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

GUIMARÃES, J.A.Ch. & RODRIGUES, M.E.F. (2003). *A dimensão pedagógica da pesquisa nos cursos de biblioteconomia do Mercosul: reflexões sobre uma trajetória de harmonização curricular*. In: **Formar para Informar "Cadernos BAD"**. Lisboa: BAD; 52-73.

HUCKLE, M. (2003). *Professional accreditation of library and information courses in the United*

*Kingdom. In: Formar para Informar "Cadernos BAD".* Lisboa: BAD; 74-86.

LEITE, Manuel da Costa (2018). Cidades inteligentes. In: Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão / Dir. Augusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 102-103.

(Em distribuição pela Amazon/Espanha).

MIRANDA, J.A. Bragança de (2018). *Comunicação e inclusão - "Para uma Nova Comunicação dos Sentidos". In: Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão / Dir. científica de Augusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 145-a53 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).*

MIRANDA, J.A. Bragança de (1998). **Traços: Ensaios de Crítica da Cultura.** Lisboa: Vega.

MIRANDA, J.A. Bragança de (1997a). **Política e Modernidade: Linguagem e Violência na Cultura Contemporânea.** Lisboa: Edições Colibri.

MIRANDA, J.A. Bragança de (1994). **Analítica da Actualidade.** Lisboa: Vega.

MIRANDA, J.A. Bragança de & CRUZ, M. Teresa, Orgs. (2002). **Crítica das Ligações na Era da Técnica.** Lisboa: Tropismos.

PINTO, J. Gomes & MIRANDA, J.A. Bragança de (2013). **Perspectivas de la Comunicación: Arte, Cultura, Tecnología.** Madrid: Crean Ebooks.

RASTEIRO, Domingos (2017). **Percursos de Inclusão Social em Portugal: Dois Estudos de Caso Centrados nas Políticas Locais para pessoas com Necessidades Especiais** [Tese de Doutoramento em Educação]. Defendida na Universidad de Extremadura, Badajoz, no dia 15 de setembro de 2017 (também disponível no Repositório Nacional)..

RIBEIRO, Fernanda (2003). *Uma nova perspectiva em formação: o projecto E-TERM (European training in electronic records management).* In: **Formar para Informar "Cadernos BAD".**  
Lisboa: BAD; 22-40.

SILVA, Fernando da (1976). *A produção de livros braille na década de 1967-76.* «**Poliedro: Revista de Tiflogia e Cultura**». Porto: Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, nº 201, Agosto-Setembro.

MIRANDA, J.A. Bragança de (2018). *Comunicação e inclusão - "Para uma Nova Comunicação dos Sentidos"*. In: **Dicionário de Conceitos, Nomes e Fontes para a Inclusão** / Dir. científica de Autusto Deodato Guerreiro. Almada: EDLARS - Educomunicação e Vida; pp. 145-a53 (Em distribuição pela Amazon/Espanha).

### 3. Web-Grafia Citada

GUERREIRO, A. Deodato (2007c). *O "mundo da vida" inclusivo*. In: «[www.lerparaver.com](http://www.lerparaver.com)», desde 9 de Setembro 2007.

**Relatório sobre as Bibliotecas Públicas (1986)**. Coordenado por Maria José Moura. [Acedido em 14 de Março de 2013] <<http://vivabibliotecaviva.blogspot.pt/2007/01/maria-jos-moura.html>>

[Acedido em 14 de Março de 2013] <[http://www.oac.pt/pdfs/OBS\\_3\\_Oferta%20P%C3%BAblica%20de%20Leitura.pdf](http://www.oac.pt/pdfs/OBS_3_Oferta%20P%C3%BAblica%20de%20Leitura.pdf)>

RIBEIRO, Alice & LEITE, J. (2001). *Contributos para um conceito de Biblioteca Inclusiva [Em linha]*. "Comunicação apresentada ao 7º Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas". Porto: Faculdade de Letras da Universidade, Maio. [Acedido em 14 de Janeiro de 2013] <[http://web.letras.up.pt/jleite/comunicacao\\_bib\\_inc.htm](http://web.letras.up.pt/jleite/comunicacao_bib_inc.htm)>

SILVA, A.O.F. Gonçalves da (2008). *Comportamento das bibliotecas públicas em Portugal como objeto de inclusão*. **Forum Interactivo Inclusivo "O Mundo da Vida"**. Lisboa: Auditório da Biblioteca Municipal "Orlando Ribeiro", dia 8 de Maio

[Disponível em <http://mundodavida.cm-lisboa.pt>].

[www.scmp.pt/pt-pt/ensino-especial/ensino-especial\\_9](http://www.scmp.pt/pt-pt/ensino-especial/ensino-especial_9) [Acedido em 16 de junho de 2016]

### 4. Web-Grafia Consultada

<https://poemasgamavirtual.blogspot.com/search?q=pelo+sonho+%C3%A9+que+vamos>

[Acedido em 2019-07-19]

[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb\\_DireitoPessoasD2017.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_DireitoPessoasD2017.pdf) [Acedido em 2019-07-19]

[https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27971/1/Helena\\_Quaresma\\_tese\\_EG\\_completo.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/27971/1/Helena_Quaresma_tese_EG_completo.pdf) [Acedido em 2019-07-16]

[http://www.catalogo.anqep.gov.pt/PDF/QualificacaoPerfilPDF/1729/322022\\_Perfil](http://www.catalogo.anqep.gov.pt/PDF/QualificacaoPerfilPDF/1729/322022_Perfil) [Acedido em 2019-03-11]

[http://web.letras.up.pt/jleite/comunicacao\\_bib\\_inc.htm](http://web.letras.up.pt/jleite/comunicacao_bib_inc.htm) [Acedido em 2018-09-09]

<http://manybooks.net/language.php?code=pt&s=1> [Acedido em 2016-07-20]

<https://www.google.pt/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0a>

---

[hUKEwjkuPmaoNTKAhXHtBoKHc1bBrcQjhwIBQ&url=http%3A%2F%2Fblogue.rbe.mec.pt%2F466-literacia-da-informacao-1768806&psig=AFQjCNFYiOkCAZjiFwEo-vhax-Nc3gfO5Q&ust=1454335808162012](http://hUKEwjkuPmaoNTKAhXHtBoKHc1bBrcQjhwIBQ&url=http%3A%2F%2Fblogue.rbe.mec.pt%2F466-literacia-da-informacao-1768806&psig=AFQjCNFYiOkCAZjiFwEo-vhax-Nc3gfO5Q&ust=1454335808162012)

[Acedido em 2016-01-31]

## APÊNDICES E ANEXOS

## APÊNDICE I

## SERVIÇOS/ESTABELECIMENTOS COM PRODUÇÃO E/OU UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA LEITURA ESPECIAL EM PORTUGAL

### 1 - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO):

A denominação da ACAPO e a sua constituição, em 1989, deveu-se à fusão das três Associações de cegos anteriormente existentes no nosso País: a Associação de Cegos Luís Braille (fundada em Lisboa em 1927), a Liga de Cegos João de Deus (fundada em Lisboa em 1951) e a Associação dos Cegos do Norte de Portugal (fundada no Porto em 1958).

A ACAPO herdou, em Lisboa, bibliotecas com um grande volume e significativa importância de recheios em braille, áudio e digital:

a) Provenientes da ex-Liga de Cegos João de Deus, cerca de mil volumes em braille, transcritos à pauta e à máquina dactilográfica Perkins, e um mais elevado número de livros sonoros gravados em fita magnética aberta e em cassete, graças, essencialmente, a um louvável trabalho voluntário.

b) Provenientes da ex-Associação de Cegos Luís Braille, vastos acervos documentais (para cima de um milhar de livros em braille, principalmente na área da literatura, e mais de 600 peças musicais, música ligeira e música clássica, também graças, sobretudo, a um prestimoso trabalho voluntário.

c) Infelizmente, as duas bibliotecas acima referidas deixaram de existir, assim como os próprios espólios, devido, ao que parece, à realização de obras nos respetivos edifícios.

d) A ACAPO ainda possui a biblioteca da ex-Associação dos Cegos do Norte de Portugal, na Delegação da ACAPO no Porto, embora com um parco recheio de livros em braille em relação ao vasto acervo documental desaparecido das bibliotecas, igualmente extintas e acima indicadas.

### 2 - Associação Promotora do Ensino de Cegos (APEC):

Tem uma biblioteca braille e digital, inicialmente denominada Biblioteca Ciências da Educação, hoje Digiteca da APEC, com um vasto recheio digital.

3 - Associação Promotora de Emprego de Deficientes Visuais (APEDV):

Tem uma biblioteca braille e áudio.

4 - Caixa Geral de Depósitos:

Tem uma Mediateca com documentos especiais em braille e digital.

5 - Câmara Municipal de Abrantes:

Tem a Secção para Deficientes Visuais da Biblioteca Municipal.

6 - Câmara Municipal de Beja:

Tem a Biblioteca Braille.

7 - Câmara Municipal de Campo Maior:

Teve em preparação a Secção para Deficientes Visuais da Biblioteca Municipal, mas sem iniciar a sua atividade.

8 - Câmara Municipal de Coimbra:

Tem a Secção para Deficientes Visuais da Casa da Cultura.

9 - Câmara Municipal de Lisboa:

Tem o Gabinete de Referência Cultural: Pólo Interactivo de Recursos Especiais, com livros nos diversos suportes e formatos, sobretudo em braille e digital, cuja génese remonta à criação da primeira Biblioteca Pública para Cegos em Portugal (1963) e, a seguir, da

primeira Biblioteca Inclusiva em Portugal (1981), a Biblioteca Municipal Camões, mas que veio a perder essa valência mais tarde.

O gabinete de Referência Cultural chegou a ter uma importantíssima atividade a nível nacional, com particular preponderância na Cidade de Lisboa e na Grande Lisboa. Hoje é uma definhante amostra da indiscutível relevância que teve, conforme se pode verificar no livro de Augusto Deodato Guerreiro, com o título *Literacia Braille e Inclusão: Para um Estudo Histórico-Cultural e Científico da Tiflografia, Tiflogia, Infotecnologia e Equipamentos Culturais em Portugal*, publicado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2011.

#### 10 – Câmara Municipal de Matosinhos:

Tem o Centro de Leitura Especial da Biblioteca Municipal Florbela Espanca, cujo objetivo é a democratização do acesso à informação e à cultura, inclusão das pessoas deficientes visuais de todos os níveis etários, motivando-as para a leitura e produzindo para as mesmas bibliografia nos formatos braille e digital.

#### 11 - Câmara Municipal do Porto:

Tem a Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal, com livros gravados em fita magnética, os quais têm vindo a ser digitalizados e a aumentar no seu volume de títulos, sendo a sua maioria gravados com a voz de locutores da rádio.

#### 12 - Câmara Municipal de Vila Verde:

Tem a Biblioteca Prof. Machado Vilela, que também possui livros em braille.

#### 13 - Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia:

Tem a Secção para Deficientes Visuais.

#### 14 - Centro Especializado em Formatos Alternativos (CEFAS):

Departamento da Sertec destinado a produzir conteúdos em formatos acessíveis a pessoas que, por diversos motivos, têm dificuldades de comunicação. Neste grupo incluem-se as pessoas cegas, as com baixa visão, as com déficit cognitivo ou problemas de fala e linguagem.

O CEFAS produz qualquer documento em braille, a partir de originais em papel ou em ficheiro, sobre diversos materiais, como papel, plástico, PVC, entre outros. As aplicações

são inúmeras e incluem: livros; textos escolares e universitários; catálogos de exposições ou eventos; informação institucional; menus de restaurante/catálogos de loja/cartões de visita.

15 - Centro de Recursos de Educação Especial de Ponta Delgada:

Tem o Centro de Documentação de Materiais Especiais, essencialmente braille.

16 - Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo:

Teve o Centro de Produção de Material, atualmente integrado no Lar Branco Rodrigues da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Neste Centro produziram-se centenas de réplicas em relevo tátil da mais diversa natureza, como, por exemplo, mapas políticos, orográficos, hidrográficos e outros, dos cinco Continentes, de Portugal e Regiões Autónomas, de outros países, gráficos sobre uma larga área de conhecimentos.

Infelizmente, à medida que este Centro foi deixando de funcionar, até ser definitivamente desativado, o seu histórico e riquíssimo acervo documental em braille e áudio, digital e em relevo tátil foi desaparecendo, havendo a informação de que, inclusive, a maior parte fora atirada ao rio/mar.

17 - Direção Regional de Educação do Alentejo e Algarve (DREA):

Tem o Centro de Documentação em Braille.

18 - Direção Regional de Educação do Centro (DREC) em Coimbra:

Tem o Centro de Documentação em Braille.

19 - Direção Regional de Educação de Lisboa (DREL):

Tem o Centro de Documentação em Braille.

20 - Direção Regional de Educação do Norte (DREN) no Porto:

Tem o Centro de Documentação em Braille.

21 - Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa:

Tem equipamento tecnológico para pessoas cegas.

22 - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

Tem o Centro de Apoio aos Estudantes Universitários, com material em braille e áudio.

23 - Fundação Nossa Senhora da Esperança, em Castelo de Vide:

Tem uma Biblioteca Braille, um Museu musicográfico braille (com pautas e instrumentos musicais e fotografias da orquestra de músicos cegos aí fundada) e as origens e fundamentos das primeiras Escolas e Oficinas para Cegos em Portugal.

Tem o Centro de Investigação em Tiflologia (CIT) e o Museu Tiflológico Português.

24 - Biblioteca Nacional de Portugal:

Tem a Área de Leitura para Deficientes Visuais, com livros em braille, áudio e em suporte digital. Desde 2018, também tem em funcionamento o Repositório Nacional de Objetos em Formatos Alternativos (RNOFA).

25 - Instituto Politécnico de Leiria:

Tem o CRID, com livros em braille.

26 - Ministério da Educação:

Tem a Direção de Serviços da Educação Especial e do Apoio Socioeducativo da Direção-Geral da Educação, com milhares de documentos em formato Dasy, digital, braille, áudio, relevos táteis, essencialmente de apoio aos estudantes cegos e com baixa visão do 1º ao 12º anos de escolaridade, a nível nacional.

27 - Santa Casa da Misericórdia do Porto:

Tem o Centro Prof. Albuquerque e Castro - Edições Braille, a única imprensa braille em Portugal, fundada em 1956, edita livros escolares e nas diversas áreas do conhecimento, publica revistas em braille, como «Poliedro: Revista de Tiflologia e Cultura», «Rosa-dos-Ventos: Revista Infanto-Juvenil» e outras em que reúne artigos, os mais importantes e menos dependentes da circunstancialidade quotidiana, selecionados em revistas e jornais nacionais de reconhecida qualidade.

28 - Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.:

Tem a sua própria Biblioteca, a mais importante do género em Portugal, com documentos a tinta, em braille e áudio, também digital e disponíveis online, um vasto acervo documental para apoio a uma grande generalidade das áreas da deficiência, bem como bibliografia em caracteres comuns com o objetivo de cobrir todas as áreas das diferentes tipologias da deficiência.

29 - Universidade de Coimbra:

Tem o Gabinete de Apoio Técnico-Pedagógico a Estudantes Deficientes, também com documentação específica de apoio em braille e relevos táteis.

30 - Universidade do Minho:

Tem o Gabinete de Apoio ao Estudante com Deficiência, com documentação em suportes e formatos especiais, braille, gráficos, relevos, etc.

31 - Universidade do Porto:

Tem o Núcleo de Apoio aos Estudantes Deficientes, com a adequada documentação de apoio nos diversos formatos e suportes, incluindo material em braille e digital, relevos táteis.

ANEXO I

CONFERÊNCIA NACIONAL O SOM E A INFORMAÇÃO  
(RESOLUÇÕES/RECOMENDAÇÕES SOB A PRESIDÊNCIA DO PROFESSOR  
DOUTOR JOSÉ A. BRAGANÇA DE MIRANDA)

Bibliotecas: Revista das Bibliotecas Municipais de Lisboa, nº 1-2, Dezembro 1998; pp. 100-104.

“Todos os homens nascem livres e iguais”

Câmara Municipal de Lisboa. «Revista Áudio: Dinamização Cultural»

Conferência Nacional "O Som e a Informação", Auditório do Montepio Geral, Lisboa, 12 e 13 de Dezembro de 1996

Conferência Nacional "O Som e a Informação" por Augusto Deodato Guerreiro (Coordenador do GRC)

Com a organização da Conferência Nacional "O Som e a Informação", a Câmara Municipal de Lisboa pretendeu assinalar o 6.º Aniversário da sua Revista Áudio "Dinamização Cultural" e conferir ao evento técnico-científico e cultural uma maior proficuidade nacional relativamente aos anos anteriores, fomentando - com o contributo de todos os participantes (entidades produtoras, investigadores e utilizadores da informação áudio) - a aferição e a promoção de medidas normalizadoras da produção áudio em Portugal, como se segue:

- a) fazer o enquadramento da realidade da informação áudio em Portugal.
- b) fomentar o levantamento a nível nacional dos critérios de produção áudio e de narração utilizados pelas entidades produtoras deste material informativo destinadas a deficientes visuais.

- c) estabelecer um conjunto de normas que justifique o cumprimento de qualidade de som, de narração, de informação e da necessária normalização de critérios de produção de qualidade, por parte das mesmas entidades.
- d) reflectir sobre os aspectos fundamentais de que se deve revestir a qualidade (forma e conteúdo) das publicações sonoras e estabelecer as bases em que devem assentar a metodologia e as técnicas de produção áudio, bem como da adequada narração.
- e) contribuir para a definição e aprovação de uma política de produção áudio nacional, que possa garantir às pessoas deficientes visuais as mesmas oportunidades de acesso à informação e à cultura que são oferecidas às pessoas normovisuais.
- f) aferir a importância do "som" como fonte de informação e fenómeno de comunicabilidade e de sociabilidade para as pessoas cegas, mesmo surdo-cegas, bem como a "visualização" de zonas do cérebro envolvidas em certas tarefas cognitivas e perceptivas.
- g) avaliar a importância do som e informação em multimédia para as pessoas cegas.
- h) apresentar e avaliar equipamentos informáticos sonorizados, incluindo o Sistema Dixi, que é um sintetizador de fala a partir de texto, desenvolvido de raiz para o português europeu, sem necessidade de hardware adicional em computadores pessoais e com sistema operativo Windows95.

Nesta acepção, e no âmbito da metodologia e técnicas de produção áudio e da adequada narração, da difusão e impacto da informação áudio (analógica ou digital) como alternativa e complementaridade da informação em Braille, bem como da acessibilidade à informação mediante o contributo das novas tecnologias, a Comissão de Resoluções da Conferência elaborou, a partir das comunicações apresentadas e dos debates havidos, as seguintes resoluções/recomendações:

#### Resoluções/recomendações

1º Que se defina e se aprove uma política de produção áudio (analógica ou digital), que possa garantir às pessoas deficientes visuais as mesmas oportunidades de acesso à informação e à cultura que são oferecidas às pessoas normovisuais.

2º Que se proceda ao levantamento a nível nacional dos critérios de produção áudio e de narração que estão a ser utilizados pelas entidades destinadas a deficientes visuais e se adoptem os válidos requisitos básicos em uso para a produção de um bom original em áudio.

3º Que se promova, a nível nacional, a realização de cursos especializados para formar operadores-sonorizadores cegos.

4º Que se reflecta sobre os aspectos fundamentais de que se deve revestir a qualidade (forma e conteúdo) das publicações sonoras, para se estabelecerem as bases em que devem assentar a metodologia e as técnicas de produção áudio, bem como da adequada narração.

5º Que se adoptem, mediante recurso a idóneo aconselhamento técnico, os suportes que melhor garantam a sobrevivência da informação em formato áudio, até à futura substituição da actual cadeia electro-acústica pelos sistemas informáticos interactivos e multimédia.

6º Que se proceda à selecção de narradores, tendo sempre em conta, nomeadamente

- o nível dos conhecimentos do narrador.

- a importância que o tom da voz tem (e adquire) na relação e na comunicação com o outro, ao tornar-se o único veículo para a transmissão de mensagens ou imagens, de forma a que a qualidade da voz e da narração (com os factores entoação, dicção e emoções) se torne fundamental para estimular o ouvinte a saborear um texto e o valor das palavras que o formam.

- o estilo de narração, consoante as matérias a disponibilizar em formato áudio, atendendo a que ler (em Braille ou recorrendo a software especiais para leitura) é mergulhar num texto e ficar imerso no pensamento do autor para lhe captar o conteúdo e a forma, enquanto que ouvir ler é ler em segunda mão, pelo que deve o narrador proceder a uma leitura atractiva, no mínimo sem barreiras, através de um desempenho rigoroso, elegante e motivador.

7º Que se sensibilizem, através das instituições de e para cegos e dos próprios órgãos do poder, as empresas produtoras de equipamento e software de comunicação para o estudo criterioso de soluções que visem a adaptação e/ou criação de equipamento informático específico de acesso à informação visualizável e adaptação de estúdios auto-operados para permitir às pessoas deficientes visuais o independente desempenho das suas funções,

viabilizando a operacionalidade e funcionalidade de equipamento e manuseamento adequados para acesso à informação sem barreiras.

8º Que a verba de cinquenta mil contos disponibilizada para apoio à edição de obras para deficientes visuais, anunciada na abertura da Conferência pelo Senhor Secretário de Estado da Inserção Social, passe a ter regular anuidade e profícuo aproveitamento, no sentido da ampliação do acervo bibliográfico e bibliofónico destinado às pessoas cegas de Portugal.

9º Que seja dotado o GRC com os recursos necessários para a sua permanente actualização e renovação em favor da ampliação da utensilagem mental dos utilizadores deficientes visuais, conforme determinação do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa expressa na abertura da Conferência e de acordo com as carências culturais evidenciadas pelos participantes no mesmo evento.

10º Que, dentro ou fora da "Comissão de Leitura para Deficientes Visuais" (para se materializarem estas recomendações), as entidades produtoras de publicações sonoras e a Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) criem entre si um mecanismo de articulação, visando o estudo aprofundado de equipamentos, suportes e técnicas de produção áudio, bem como a definição e a aplicação de normas para recrutar narradores e para disciplinar a narração, no sentido de se conseguir uma melhoria substancial da qualidade destas publicações.

Comissão de Resoluções/recomendações

**PRESIDENTE:**

- José A. Bragança de Miranda - Professor no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa e na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Director da Revista "Comunicação e Linguagens"

**OUTROS MEMBROS:**

- Augusto Deodato Guerreiro - Presidente da Comissão Organizadora, Coordenador do Gabinete de Referência Cultural, Director de "Dinamização Cultural" da Câmara Municipal de Lisboa e Membro da "Comissão de Leitura para Deficientes Visuais".
- Rita Patriarca Gonçalves - Também Membro da Comissão Organizadora, Técnica no Gabinete de Referência Cultural da Câmara Municipal de Lisboa.
- Rui Remígio - Técnico de Áudio na Musicord, com carreira profissional na RDP.
- Américo Dias Henriques - Técnico de Som no Centro de Produção de Material do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo.
- Ana Isabel Ferreira - Terapeuta da Fala e Professora de Técnicas de Expressão Oral e Escrita no Instituto de Comunicação Empresarial e Marketing.

Cabe aqui, volvido mais de um ano, uma nota de especial relevo: A realização desta Conferência Nacional fez nascer, no âmbito da "Comissão de Leitura para Deficientes Visuais", um Grupo de Trabalho para proceder, a nível nacional, ao levantamento das carências de recursos e estudo das necessárias condições para se implementarem aquelas Resoluções/Recomendações. O referido Grupo de Trabalho é constituído pelos Gabinete de Referência Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, Área de Leitura Especial da Biblioteca Nacional, Centro de Produção de Material do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, Biblioteca Sonora da Biblioteca Pública Municipal do Porto, Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO) e Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação.

Profundamente sensível à substância e objectivos deste evento técnico-científico e cultural, a Administração do Montepio Geral ofereceu ao Gabinete de Referência Cultural da Câmara Municipal de Lisboa uma carrinha e equipamento informático, o que permitiu a implementação de mais duas áreas funcionais deste Gabinete: o "Serviço de Leitura Especial Domiciliária" e "Serviço de Informação por Via Telemática", atitude de reconhecido mérito que veio a ser homenageada em sessão solene pública na abertura do Colóquio Nacional "Informática e Leitura Especial em Portugal: Novas Acessibilidades para as Pessoas com Deficiência", que teve lugar, novamente no auditório do Montepio Geral, no dia 19 de Novembro de 1997.

ANEXO II

## OS DEFICIENTES VISUAIS E A LEITURA

Biblioteca Nacional [de Portugal] Os Deficientes Visuais e a Leitura: Colóquio realizado em 2/3 de Dezembro de 1999 no Auditório da Biblioteca Nacional

Recomendações: Área de Leitura Especial - 30 Anos de Actividade, "Ponto e Som" - 25 Anos de Publicação.

## RECOMENDAÇÕES

1. Considerando que a inclusão na sociedade assume hoje reconhecidamente um valor universal, recomenda-se que as bibliotecas públicas promovam a sua progressiva transformação em bibliotecas inclusivas suprimindo barreiras, disponibilizando em suportes acessíveis toda a informação necessária e atendendo o utilizador de forma a suprir ou atenuar tanto quanto possível as limitações resultantes de deficiências sensoriais ou físicas.
2. Considerando que a evolução para a biblioteca inclusiva apela ao envolvimento interinstitucional das entidades responsáveis pelas bibliotecas e representativas dos respectivos profissionais, recomenda-se que no âmbito da Comissão de Leitura para Deficientes Visuais e em conjunto com o Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e com a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, se constitua um grupo de trabalho visando a elaboração de um projecto de leitura pública inclusiva, a nível nacional, e que possa reflectir e ponderar a matéria tifológica a incluir nos currículos de formação de técnicos superiores de biblioteca e documentação e de técnicos profissionais para contemplar as necessidades especiais dos utilizadores deficientes visuais.

3. Considerando que aos leitores deficientes visuais assiste o direito de se tornarem cidadãos da sociedade da informação, recomenda-se que as bibliotecas disponibilizem o acesso à Internet aos leitores deficientes visuais, nos locais de acesso destinados aos restantes utilizadores, equipando para tal um ou mais postos com interfaces específicos (linha braille, sintetizador de voz e ampliador de caracteres).

4. Considerando que é necessário facilitar a acessibilidade à informação no ensino superior a alunos com deficiência visual, recomenda-se que se elaborem catálogos completos normalizados e se integrem os títulos existentes em cada serviço produtor numa base de dados comum que, a partir de qualquer ponto do país, possibilite o acesso rápido e fácil, e, ainda, uma contínua interligação de bibliotecas que proporcione um mais eficaz e imediato intercâmbio de informação e evite a duplicação de títulos já disponíveis.

5. Considerando que o braille «é a única escrita táctil paralela à escrita a tinta», como sustentam a UNESCO e a IFLA em "Manifesto para as Bibliotecas Públicas" e "Guidelines for Library Service to Braille Users", recomenda-se que deverá reconhecer-se o primado da leitura relativamente ao recurso de ouvir ler, por constituir uma actividade mais rica e mais proveitosa para efeitos de rendibilidade pessoal e desenvolvimento intelectual, e por representar também o único meio de leitura para os surdocegos.

6. Considerando que o braille representa um meio de leitura e escrita cujo uso deve proteger-se como um direito fundamental e tornar-se acessível a todos, como foi, uma vez mais, recentemente reconhecido a nível internacional na "conferencia Iberoamericana del Braille" (Buenos Aires, 1999), recomenda-se que seja revista a política até agora seguida pelo Ministério da Educação no domínio do ensino dos alunos deficientes visuais, no sentido de os passar a habilitar a ler e a escrever braille na exacta medida em que se habilitam a ler e escrever os alunos normovisuais.

7. Considerando que o braille é actualmente vítima duma preocupante e perigosa desvalorização no nosso meio educativo; que não figura, senão muito discretamente, na formação de professores ou não está mesmo presente; que incumbe à Comissão de Braille, no âmbito das suas competências, intervir em todas as vertentes, da problemática do braille, algumas das quais registam hoje em dia um notável grau de desenvolvimento científico e técnico, recomenda-se que a Comissão de Braille diligencie junto das entidades

competentes, no sentido de se atribuir à braillogia um espaço adequado à formação de professores de apoio-educativo, para contrariar a tendência crescente de desbrailização/desalfabetização e para que os alunos deficientes visuais deixem de continuar a ser «empurrados» para a quase exclusiva condição de ouvintes.

8. Considerando que cabe à Comissão de Leitura para Deficientes Visuais coordenar as actividades das instituições e serviços que se ocupam da prestação do serviço de leitura, recomenda-se que esta Comissão promova a definição de critérios de harmonização/normalização para os diversos suportes de leitura e normas que garantam a sua imprescindível eficácia e necessária uniformidade.

9. Considerando que foram reconhecidas as inúmeras vantagens dos livros sonoros em formato digitalizado e estruturado, recomenda-se que as entidades e serviços que em Portugal se dedicam à produção de livros sonoros se mantenham informados sobre o desenvolvimento do Projecto Daisy com vista à sua possível adopção, como um sistema estruturado de gravação digitalizada.

10. Considerando que a resolução das dificuldades apresentadas pela acessibilidade no domínio da informática constitui matéria reconhecidamente importante que reclama uma empenhada cooperação, recomenda-se que se procure sensibilizar as empresas produtoras de \*software\* para a problemática da acessibilidade de modo a desenvolverem produtos adequados ao uso e manuseio por deficientes visuais, mediante a clarificação do conceito de «\*software\* acessível».

11. Considerando que, sem formação apropriada, não parece razoável esperar uma utilização mais eficaz e generalizada pelos deficientes visuais das enormes potencialidades oferecidas pelos equipamentos informáticos, recomenda-se que o fornecimento de equipamentos especializados aos utilizadores seja cuidadosamente acompanhado de formação adequada.

12. Considerando que importa proporcionar aos portadores de subvisão as ajudas adequadas ao uso mais correcto dos seus resíduos visuais, recomenda-se que se usem nas escolas e nas bibliotecas, entre outros, equipamentos como a régua-lupa, lupa-fixa, lupa-braço com iluminação e lupa televisão, computador e também, estirador, candeeiro de

apoio com lâmpada de tipo fluorescente (com dimmer logo que possível) e cadeiras ergonómicas.

13. Considerando que é imprescindível o correcto conhecimento do desempenho visual de cada indivíduo para a prescrição das ajudas adequadas, recomenda-se que a informação médica concernente ao funcionamento visual seja circunstanciadamente descrita para proporcionar aos educadores informação fiável quanto ao melhor aproveitamento das capacidades visuais de cada indivíduo.

14. Considerando que o uso da informática nas escolas exige a formação adequada de todos os intervenientes, recomenda-se que a formação tenha por objectivo, não apenas os alunos, mas também os professores de apoio-educativo e, até, ne medida do possível, os professores do ensino regular, por forma a que, uns e outros, fiquem conhecedores e aptos a dominar os programas de leitores de ecrã e outros recursos especiais disponíveis.

15. Considerando que o equipamento e os outros produtos informáticos apresentam grande diversidade e complexidade, custos elevados e o risco de opção por aquisições inconvenientes, recomenda-se que se promova a criação dum Conselho Nacional para as Acessibilidades em Tecnologias de Informação responsável pela avaliação e aconselhamento, junto de entidades públicas e utilizadores particulares, na escolha de equipamento e programas a adquirir.

16. Considerando que a capacidade de produção de livros, naturalmente muito limitada, justifica que se produzam prioritariamente obras pedidas pelos leitores, alguns atingidos por deficiência visual em idade avançada, por vezes acompanhada de outras dificuldades, recomenda-se que os leitores passem a participar mais activamente na escolha das obras a integrar nos acervos das bibliotecas, bem como dos respectivos suportes e formatos.

17. Considerando que os acervos são muito reduzidos e que, para quem vive fora dos grandes centros, o acesso às bibliotecas não se apresenta fácil, recomenda-se que os serviços produtores de livros em braille e de livros sonoros se articulem no sentido de se evitar a duplicação de obras e se promover a divulgação de catálogos.

18. Considerando que o prazer de ler também passa pela qualidade dos livros e pelo seu bom estado de conservação, recomenda-se que se tenha em conta a qualidade e o estado de conservação das obras e se proceda à recuperação ou substituição das que se apresentem deterioradas.

19. Considerando que uma maior intensificação do recurso aos novos suportes poderá contribuir significativamente para diminuir o fosso existente entre os acervos disponíveis e o vasto universo de livros em tinta, e atendendo às enormes potencialidades proporcionadas pelos novos meios de produção de espécies para leitura especial, recomenda-se que se aumente o acervo bibliográfico disponível nos vários suportes, de modo a diminuir o fosso existente entre aquele e o universo de obras publicadas em tinta.

20. Considerando que a falta de prontidão na satisfação dos pedidos de livros não favorece o interesse pela leitura, recomenda-se que se atendam com celeridade os pedidos dos leitores e se evitem retenções exageradas por parte de alguns deles.

21. Considerando que a música continua a desempenhar um papel importante para os deficientes visuais e que são inúmeras as insuficiências verificadas no domínio da música em braille, recomenda-se que se procure, estude e emplemente a utilização de *software* concebido para a produção de música em braille e se elaborem com urgência catálogos que incluam as obras disponíveis.

22. Considerando que importa adequar o melhor possível o desempenho dos voluntários ao contributo que lhes é pedido, recomenda-se que se avaliem os perfis apresentados pelos voluntários, se definam as funções que se esperam da sua colaboração e se enquadre o seu desempenho num programa de formação adequado aos objectivos especificados para cada tipo de colaboração.

23. Considerando que é necessário regular claramente a relação voluntário/serviço, recomenda-se que se determinem princípios éticos orientadores do desempenho dos voluntários e as obrigações contraídas pelas instituições que beneficiam da sua colaboração.

24. Considerando que a colaboração de voluntários é passível de partilha interinstitucional, recomenda-se que se promova regularmente a troca interinstitucional de experiências para aperfeiçoamento do contributo do voluntariado na prestação do serviço de leitura.

ANEXO III

## REPOSITÓRIO NACIONAL DE OBJETOS EM FORMATOS ALTERNATIVOS (RNOFA)

- <https://www.e-cultura.sapo.pt//evento/9691> Acedido em 2019-03-10

### Repositório Nacional de Objetos em Formatos Alternativos

Reduzir as barreiras de acesso à leitura por pessoas com deficiência, designadamente visual, é um objetivo importante na missão da Biblioteca Nacional de Portugal, que há muitos anos tem vindo a prestar serviços nesse âmbito através da Área de Leitura para Deficientes Visuais (ALDV), que completará 50 anos em 2019.

2 JUL | 18H00

Biblioteca Nacional de Portugal

Campo Grande, 83, 1749-081 Lisboa

Preço

Entrada livre

No sentido de modernizar, simplificar e racionalizar esses serviços através dum sistema online partilhado, a BNP desenvolveu uma nova plataforma, o Repositório Nacional de Objetos em Formatos Alternativos (RNOFA) que visa facilitar o acesso a recursos em formatos como o braille impresso e digital, áudio e textos digitais, disponibilizados não só pela BNP-ALDV mas também por outras entidades portuguesas.

Aberto à participação de outras entidades, o RNOFA assume uma dupla função: a de Catálogo Coletivo, que identifica todos os recursos colocados à disposição da comunidade; e a de Repositório para as entidades que não disponham de infraestrutura para colocar em rede os seus próprios recursos digitais.

Podem ser parceiras do RNOFA quaisquer entidades portuguesas, públicas ou privadas, que sejam produtoras ou detentoras de conteúdos em formatos alternativos. As Entidades Parceiras terão acesso autenticado ao back-office do sistema para poderem carregar as suas descrições bibliográficas e armazenar os seus objetos digitais sem qualquer custo, de forma autónoma e em ambiente Web.

A nível de cooperação internacional, os dados dos recursos disponibilizados no RNOFA serão, por sua vez, canalizados para o portal ABC - Accessible Books Consortium, lançado em junho de 2014, na sequência da aprovação do Tratado de Marraquexe, e liderado pela World Intellectual Property Organization (WIPO), com objetivos em tudo idênticos ao RNOFA mas à escala mundial.

A pesquisa no RNOFA encontra-se aberta a qualquer pessoa. Já o acesso, para requisição ou download de recursos referenciados no RNOFA é restrito a a pessoas com deficiência visual, mediante inscrição e autenticação, de modo a respeitar a legalidade da reprodução disponibilizada em formato alternativo de obras protegidas por direito de autor, de acordo com a alínea i) do art.º 75.º e o artigo 80.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos.

Mediante autenticação, os utilizadores inscritos no RNOFA, ou as bibliotecas que os representam, terão acesso imediato aos recursos em formatos digitais e também a possibilidade de requisitar e receber, por correio, obras impressas em braille.

No momento do seu lançamento, o RNOFA já disponibiliza, produzidos pela BNP-ALDV, 3.724 livros em braille impresso, 307 livros em braille digital, 2.198 audiolivros e 1.098 livros em texto digital.

O Repositório Nacional de Objetos em Formatos Alternativos (RNOFA) foi desenvolvido e é mantido pela Biblioteca Nacional de Portugal, com o apoio da Unidade ACESSO da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

ANEXO IV

## OS MEDIA PORTUGUESES NA INTERNET

### **Os Media Portugueses na Internet:**

Acessibilidade dos conteúdos *Web* da

imprensa escrita, radiofónica e televisiva segundo as *WCAG 1.0* do *W3C*.

**(Identificação dos principais Requisitos Técnicos)**



***Jorge Fernandes***

Setembro 2011

## Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>I</b>
<b>Capítulo 1: Imprensa televisiva portuguesa <i>online</i> .....</b>	<b>IV</b>
Órgãos de comunicação social observados.....	IV
O estado da acessibilidade dos conteúdos <i>Web</i> à luz das <i>WCAG</i> .....	IV
Recomendações técnicas.....	XIII
<b>Capítulo 2: Imprensa radiofónica portuguesa <i>online</i>.....</b>	<b>XVII</b>
Órgãos de comunicação social observados.....	XVII
O estado da acessibilidade dos conteúdos <i>Web</i> à luz das <i>WCAG</i> .....	XVII
Boas práticas em matéria de equivalentes alternativos.....	XXI
Recomendações técnicas.....	XXII
<b>Capítulo 3: Imprensa escrita portuguesa <i>online</i>.....</b>	<b>XXIV</b>
Órgãos de comunicação social observados.....	XXV
O estado da acessibilidade dos conteúdos <i>Web</i> à luz das <i>WCAG</i> .....	XXVI
Interfaces para <i>ePaper</i> .....	XXIX
Edição em <i>FlashPaper</i> .....	XXXII
Edição em <i>JPEG</i> .....	XXXII
Edição em <i>PDF</i> .....	XXXII
Edição para pessoas cegas.....	XXXIII
Edições para iPad/iPhone.....	XXXIII
<i>iPhone</i> – imprensa Poliedro.....	XXXIV
Recomendações técnicas.....	XXXVI
<b>Anexo 1: Índice de tabelas e figuras.....</b>	<b>XXXVIII</b>
<b>Anexo 2: Sítios Web analisados .....</b>	<b>XL</b>
Televisão.....	XL
Rádio.....	XL
Imprensa Escrita.....	XL
<b>Anexo 3: Relatórios detalhados do validador <i>eXaminator</i> (referências <i>online</i> dinâmicas).....</b>	<b>XLI</b>

*"Encorajar os meios de comunicação social, incluindo os fornecedores de informação através da Internet, a tornarem os seus serviços acessíveis às pessoas com deficiência"*

(art.º 21 da **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**).

## **Introdução**

No presente trabalho de identificação dos requisitos técnicos recomendáveis para a acessibilidade aos conteúdos disponibilizados pelos Media, e para que não se caísse em generalidades à luz das *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)* do *World Wide Web Consortium (W3C)*, optou-se por caracterizar a forma como os conteúdos dos Media Portugueses se apresentam *online* no presente. Para o efeito, recorrendo aos métodos de avaliação propostos pelo *W3C*<sup>1</sup>, efectuou-se uma verificação dos conteúdos (análise à primeira página), usando ferramentas automáticas e técnicas de avaliação manuais derivadas da utilização de tecnologias de apoio concebidas para pessoas com deficiência acederem à informação, bem como de outros agentes de utilizador que permitem pôr em evidência determinadas características. Desta forma usámos o validador automático *eXaminator*<sup>2</sup>, ferramenta de análise das *WCAG 1.0* desenvolvido pela UMIC; usámos o leitor de ecrã *JAWS v12* para *Windows XP*<sup>3</sup>, um dos leitores de ecrã mais usados em Portugal por pessoas cegas (braille e síntese de fala); o leitor de ecrã *VoiceOver*<sup>4</sup> para *Mac OS X*; o *browser OPERA 11.52*<sup>5</sup> um dos navegadores mais versáteis no manuseio de folhas de estilo.

Foi recolhida uma amostra de 11 sítios web representativos dos Media Portugueses, divididos em três grandes *clusters*: (1) televisão, (2) rádio e (3) imprensa escrita. Cada um destes *clusters* apresenta um conjunto de regras de acessibilidade comuns mas há

---

<sup>1</sup> *Conformance Evaluation of Web Sites for Accessibility*:

<http://www.w3.org/WAI/eval/conformance.html>

<sup>2</sup> *eXaminator* da UMIC: <http://www.acesso.umic.pt>

<sup>3</sup> *JAWS – Job Access with Speech* da FreedomScientific:

<http://www.freedomscientific.com/>

<sup>4</sup> *VoiceOver* da Apple: <http://www.apple.com/accessibility/voiceover/>

<sup>5</sup> *Opera*: <http://www.opera.com>

regras cuja pertinência de aplicação é específica de alguns deles. Por exemplo, a língua gestual é mais pertinente em televisão; a transcrição textual pode fazer mais sentido nas peças de rádio; as regras de estrutura de documentos mais relevantes na imprensa escrita *online*. Por outro lado, verificou-se que a marcação dos conteúdos dos órgãos de comunicação social está longe de obedecer a uma única linguagem de marcação como é o caso do (x)HTML do W3C. Por exemplo, na imprensa escrita é vulgar a afixação de conteúdos em *PDF* e *ePub*. No caso da televisão e da rádio é comum a disponibilização de conteúdos em *Flash*. Foi igualmente notado que as interfaces para manipular determinados conteúdos, nomeadamente peças de vídeo e acesso ao texto integral de publicações se encontram desenvolvidas em linguagens de programação proprietárias cujo acesso, algumas vezes, está limitado ao uso do rato. A interface *ePaper*, usada pela imprensa escrita, é um desses exemplos.

Outro aspecto que se teve em conta nesta análise foi o equipamento com que se acede. Há uma tendência crescente para a disponibilização de conteúdos para dispositivos móveis como são o caso dos *smartphones* e dos *tablets*. Esta análise é pertinente para a acessibilidade aos conteúdos por parte de pessoas com deficiência porquanto que os conteúdos para estes dispositivos têm tendência para se apresentarem mais linearizados, e, aparentemente, mais simples, mas também pela crescente oferta de tecnologias de acesso ao nível desses novos dispositivos. Alguns destes dispositivos apresentam-se com funcionalidades baseadas em **Desenho Universal**, trazendo, de origem, soluções de acessibilidade já incorporadas, como é o caso do *iPhone*, do *iPad* e do *iPod* da *Apple*. De origem, vêm equipados com leitor de ecrã, sintetizador de fala em português de alta qualidade, suporte para linhas braille, ampliação de caracteres e alto contraste, entre outras.

Ao nível da oferta de conteúdos parece que os órgãos de comunicação social (OCS) estão a encontrar nos dispositivos móveis formas de retorno de investimento mais interessantes do que aquele que aconteceu, até hoje, com os computadores. Tal facto, deixa antever um forte crescimento da oferta digital de conteúdos para este segmento. Ainda não é muito visível se a tendência é para uma disponibilização de conteúdos digitais meramente redundante e de acesso alternativo, consoante as condições ambientais de acesso, ou se o acesso através de um dispositivo se fará em detrimento de

outro. Por exemplo, no caso do *Semanário Expresso*, ele apresenta-se em duas versões pagas: uma para computador e outra para *Tablet iPad*. Internacionalmente, os OCS parecem estar a optar por uma vertente de acesso ao conteúdo de forma universal e sistémica, tratando a assinatura digital como uma só que serve vários dispositivos. Em Portugal, pelos contactos que efectuámos junto aos departamentos de assinaturas, a situação parece apontar para uma segmentação por dispositivo.

Por todas estas contingências, a análise foge da tradicional metodologia de avaliação heurística do *W3C*, abrangendo outras tecnologias de marcação de conteúdos que não apenas as do Consórcio, e alarga a análise a diferentes agentes de utilizador como são o computador, o *tablet*, o *smartphone* e ainda, às tecnologias de apoio.

A análise decorreu entre Março e Agosto de 2011.

## Capítulo 1: Imprensa televisiva portuguesa *online*

No presente capítulo para além de uma análise geral à acessibilidade Web dos 3 OCS seleccionados, feitos à luz do índice *web@X*<sup>6</sup>, vamos, no essencial, observar o elemento chave em televisão: o vídeo. O vídeo *online* levanta duas grandes questões: (1) o controlo do vídeo que é feito através do *player*; (2) o vídeo propriamente dito. Deixamos de lado a questão dos formatos, uma vez que a questão da acessibilidade é transversal a todos eles. Assim, iremos analisar os *players* e a forma como as suas interfaces são manuseáveis com rato ou com teclado. Quanto ao vídeo procuraremos os equivalentes alternativos à imagem e ao som. Falamos concretamente de legendagem, de língua gestual portuguesa, de áudio-descrição e de transcrição textual.

### Órgãos de comunicação social observados

Relativamente à imprensa televisiva a escolha recaiu sobre os 3 operadores em canal aberto: Rádio e Televisão de Portugal, SA (RTP), Televisão Independente, SA (TVI) e Sociedade Independente de Comunicação, SA (SIC).

### O estado da acessibilidade dos conteúdos Web à luz das WCAG

**Tabela 1: Imprensa televisiva – uma visão comparada da acessibilidade Web (as WCAG do W3C – análise à 1ª página)**

OCS	Índice <i>web@x</i> <sup>(1)</sup>	Nº de erros WCAG por prioridade <sup>(2)</sup>		
		P1	P2	P3
TVI	6.9	1	6	2
SIC	5.5	4	9	1
RTP	4.8	3	10	3

(1) índice *web at eXaminator*, uma escala de 1 a 10 em que 10 indicia uma página web que segue boas práticas. Este índice é produzido pelo validador *eXaminator*;

(2) de acordo com a bateria de testes do validador automático *eXaminator*.

---

<sup>6</sup> índice *web@x* (*web at eXaminator*) – índice compilado pelo validador *eXaminator* que classifica as práticas encontradas numa escala de 1 a 10. 10 é representativo de boa prática.

**Fonte: UMIC, IP. Agosto 2011.**

Da análise do quadro anterior poderíamos concluir que os conteúdos da TVI são os que melhor respondem aos requisitos de acessibilidade do *World Wide Web Consortium* (W3C). A afirmação condicional não é mero efeito estilístico literário. Na verdade, fruto de estudos anteriores, o melhor dos resultados, o da TVI, se relativamente é o melhor dos 3, em termos absolutos ele não reflecte uma prática excepcional. Afinal **nenhum** dos sítios analisados do lote da imprensa televisiva lograram sequer alcançar o nível mínimo de conformidade do W3C: **o nível de conformidade A**.

Mas se este quadro serve de ponto de partida, a análise ficaria pobre se ficássemos apenas pela afirmação de não conformidade generalizada dos sítios em análise. Afinal, que práticas se escondem por detrás dos níveis de conformidade? Que lições é que elas nos podem trazer?

Vamos, no presente estudo, associar as práticas encontradas a um elemento director e dividi-las de acordo com os 3 níveis de prioridade do W3C, cujos 3 patamares, do mais essencial ao menos essencial, classificar por, respectivamente, barreiras, obstáculos e ruídos.

Assim, ao nível das barreiras, elegemos como elementos directores: as imagens, o *javascript* (dando particular atenção aos menus principais disponíveis nos sítios) e as molduras (frames, iframes e injeção de conteúdo via *javascript*) de informação externa. Ainda neste capítulo dedicado à imprensa televisiva observamos com particular atenção um dos elementos chave em televisão: os vídeos.

### Imagens

O site da TVI é, na generalidade, uma boa prática em termos de legendagem de imagens. Não só o validador automático *eXaminator* nos diz que das “20 imagens afixadas na primeira página, todas elas têm uma legenda”, como também, de uma análise manual, se percebe que a estratégia adoptada foi a de colocar no atributo alt da imagem (atributo correcto onde se deve colocar a legenda) o título do artigo ou da peça e mesmo o nome do programa ou a opção de menu (ver figuras).



**Fig. 1: imagem legendada correctamente por "TVI24".**

```

```

**Fig. 2: código HTML que afixa a imagem da Fig. 1 numa página web. O atributo alt contém a legenda.**

Estratégia idêntica seguiu a RTP (ver fig. abaixo).



**Fig. 3: imagem com a legenda "Deviam agradecer ao BIC por pegar no BPN"**

```

```

**Fig. 4: código HTML que afixa a imagem da Fig. 3 numa página web. O atributo alt contém a legenda.**

Claro que a estratégia de usar o título do artigo como legenda da imagem, por vezes, acarreta este tipo de problemas observáveis na figura anterior. Afinal quem é que está na figura? Seria mais lógico uma legenda do tipo alt="Eng. Mira Amaral, presidente do BIC".

Já a SIC tem implementado uma estratégia de legendagem de imagens completamente errada: a grande maioria das legendas estão em branco, outras contêm um URL como legenda, outras colocam erradamente a legenda no atributo title, e outras não chegam

sequer a ter o atributo que comporta a legenda, o que permite, até a ferramentas automáticas, afirmar peremptoriamente que a imagem não tem legenda. No caso da SIC, 6 das 30 imagens localizadas estão nesta situação.



**Fig. 5: imagem do logotipo da estação SIC com a inexplicável legenda "**  
**[http://sic.sapo.pt/config/config\\_master/config\\_master\\_header/2011/02/01/logo\\_sic.png/BINARY/original/logo\\_sic.png](http://sic.sapo.pt/config/config_master/config_master_header/2011/02/01/logo_sic.png/BINARY/original/logo_sic.png) "**

```

```

**Fig. 6: Código HTML da afixação do logotipo SIC. Os atributos alt e title estão incorrectos.**

Neste caso, o código deveria de ser:

```

```

**Fig. 7: legenda proposta "SIC [logo]". O atributo title não é necessário.**

### Menus principais

No caso da TVI e da SIC, antes de se alcançar o menu principal é necessário passar pelo menu dos respectivos *Internet Server Providers (ISPs)*, respectivamente o IOL e o SAPO. Ambos os menus estão estruturalmente correctos, marcados como listas de opções não ordenadas. O código do IOL é particularmente pesado. O código do SAPO está bastante bem optimizado. Contudo, seria bom que não existissem – não têm nada a ver com os respectivos canais – ou que fossem posicionados de forma menos intrusiva.



**Fig. 8: Menu principal da TVI (www.tvi.pt).**

Falando propriamente do menu principal dos 3 OCS televisivos observados, o menu da TVI é o mais simples, composto apenas por 3 opções principais “Informação”, “Programas” e “Multimédia”. Na mesma linha do menu principal incorpora mais 3 elementos: “Informação sobre meteorologia/trânsito”, “TVI 24” e “TVI Internacional”. Em termos de acessibilidade, esta simplicidade é apenas aparente. Um dos grandes problemas encontrados está entre passar da opção “Multimédia” para “TVI 24”. A informação sobre o tempo que faz numa cidade e o trânsito que se faz sentir numa dada área, que visualmente representa um único passo, impõe às tecnologias de apoio **88 passos intermédios** entre as duas opções. O estado do tempo contribui com 28 cidades e a informação do trânsito com 60 zonas – são todas carregadas de uma só vez no navegador do utilizador.



**Fig. 9: menu com subopções tipo painel da RTP (www.rtp.pt).**

A RTP e a SIC optam por um menu, tecnicamente designado por “painel”, o qual se caracteriza por apresentar várias colunas de subopções em simultâneo. No caso da SIC, é apenas utilizada esta técnica numa opção: a opção “Programas”, aproveitando para apresentar 25 programas num só painel. A RTP usa um painel para cada uma das 7 opções do menu principal. Esta técnica gera menus enormes, nem sempre fáceis de manusear para quem usa tecnologias de apoio.

Ao retirarmos os estilos da página (visão com que as tecnologias de apoio e as pessoas com deficiência se confrontam por defeito) verificamos que no menu principal da SIC é impossível distinguir as opções das subopções.

No caso do menu principal da RTP é possível distinguir as opções das subopções e inclusivamente saber o seu encadeamento, mas é um menu enorme. Por outro lado a estrutura da informação que constitui as subopções ainda carece de trabalho. Num sítio Web grande é fundamental cuidar da estrutura da informação para dar a possibilidade aos utilizadores de tecnologias de apoio a possibilidade de saltar por listas, cabeçalhos, parágrafos, tabelas, formulários, imagens, etc. A estrutura enriquece as possibilidades de navegação pelas páginas.

Molduras de informação externas (inseridas com o elemento *iframe* e com *javascript*)  
A afixação de conteúdos de forma directa provenientes de terceiros é uma prática comum em grandes projectos web. A RTP, a SIC e a TVI também recorrem a esta técnica. Claro está que a grande preocupação, em termos de acessibilidade, é que esses conteúdos, que são injectados nos nossos sítios, tenham que seguir, também, regras de acessibilidade. Esta tarefa é mais difícil uma vez que implica virarmo-nos para as nossas fontes de informação e “obrigá-los” a seguir padrões de acessibilidade. Da análise que efectuámos, verificámos que a RTP e a SIC injectam módulos directos do Facebook via *iframe* (molduras em linha). Verificámos também que a RTP e a TVI injectam a informação da meteorologia e mesmo do trânsito via *javascript*. Pela pertinência da informação optámos por analisar este último.

A informação, neste caso sobre o estado do tempo e do trânsito, é inserida na nossa página a partir de uma janela e nunca chega a fazer verdadeiramente parte do conteúdo da nossa página. Assim, quando pedimos aos validadores Web para verem o código, o máximo que eles conseguem ver é a moldura da janela (ver Fig. 10 e Fig. 11). Nestes casos, é necessário proceder a uma análise manual para avaliar o que se vê através da janela.

```
<div class="blockWeatherTraffic">&nbsp;&nbsp;&nbsp;</div>
```



**Fig. 10: Elemento responsável pela injeção da meteorologia e do trânsito no site da TVI.**

A RTP tem algo similar:

```
<div id="meteo_div">&nbsp;</div>
```



**Fig. 11: Bloco da Meteorologia na página de entrada da RTP (www.rtp.pt).**

Em ambos os sítios, RTP e SIC, se constatou que as imagens “semânticas”, indicativas do tempo, não se encontravam legendadas.



**Fig. 12: imagem indicativa de céu pouco nublado. Deve ser legendada por "Céu pouco nublado". Fonte: TVI.**

Os vídeos

Os vídeos serão certamente o elemento chave dos OCS televisivos. Em termos de acessibilidade a este elemento, por parte de pessoas com deficiência, há que distinguir, logo à partida, dois planos:

- O vídeo propriamente dito e;
- A interface do *player* que permite controlar o vídeo.

Começando pelas interfaces dos *players*, que permitem pôr o vídeo a rodar, parar o vídeo, aumentar e diminuir o som, consultar o tempo total do vídeo, o tempo já decorrido, etc. Em todos os 3 OCS televisivos observados as interfaces de controlo dos vídeos são baseadas em tecnologia *Flash*. Em nenhuma delas foi possível o controlo usando apenas o teclado. Isto significa que pessoas cegas, ou pessoas que usem sistemas de varrimento (pessoas com problemas neuromotores graves que os impossibilita de usar as mãos, a cabeça ou o movimento dos olhos para controlo do ponteiro do rato) não vão conseguir controlar os vídeos. As pessoas cegas serão o maior grupo a este nível. Quem utilize dispositivos apontadores controlados com qualquer parte do corpo, incluindo o olhar, irão ser capazes de controlar as interfaces dos vídeos.

Relativamente ao vídeo propriamente dito, é importante a disponibilização de equivalentes alternativos à imagem e ao som. Falamos neste caso em concreto de: legendagem, língua gestual portuguesa, áudio-descrição e mesmo transcrição textual.

Na análise ao sítio Web da SIC o motor de busca por “língua gestual” ou “legendagem” não devolveu quaisquer resultados. Numa consulta à grelha de programação semanal também não foi localizado quaisquer referências a programas que disponibilizem língua gestual portuguesa (LGP), legendagem via teletexto ou programas com áudio-descrição. Da análise aos vídeos *online* apenas foi possível encontrar LGP no programa “**Boa tarde**” apresentado por Conceição Lino de 2<sup>a</sup>f a 6<sup>a</sup>f. No entanto, verifica-se que a LGP (ver figura abaixo) faz parte do vídeo. No fundo é uma cópia daquilo que passa na emissão televisiva. Desta forma, também *online*, o utilizador não consegue desfrutar de um *frame* de LGP de grandes dimensões.



**Fig. 13: LGP na SIC *online*. Programa "Boa Tarde".**

A RTP disponibiliza nas grelhas de programação a informação sobre a existência de Língua Gestual Portuguesa, Teletexto e Áudio-descrição.

Por exemplo no programa “**Bom dia Portugal**”, de 2<sup>af</sup> a 6<sup>af</sup>, a LGP está presente na televisão e é, tal como sucede na SIC, colocada uma cópia *online* da imagem televisiva. Também aqui não é possível aos utilizadores, descolarem o *frame* de LGP do vídeo e disfrutarem de uma imagem maior e com melhor legibilidade.



**Fig. 14: símbolos usados pela RTP na grelha de programação. Respectivamente programas com LGP, Áudio-descrição e Legendagem via teletexto.**

Um outro programa que na televisão tem LGP é o **Jornal da Tarde**, quando repete à tarde na RTP 2. Do que nos foi possível observar *online* com os vídeos disponibilizados do “**Jornal da Tarde**” verificámos que a RTP não disponibiliza a LGP correspondente do programa.



**Fig. 15: LGP na RTP *online*. Programa "Bom dia Portugal".**

No sítio Web da RTP ainda se encontrou uma outra funcionalidade de acessibilidade: a leitura de artigos através de um sintetizador de fala Português de alta qualidade incorporado no sítio Web. De notar que o sistema de controlo deste leitor é feito com um objecto em *Flash* não acessível a quem use apenas teclado – pessoas cegas irão ter dificuldade em activar e controlar esta funcionalidade.



**Fig. 16: LGP na TVI *online*. Programa "Você na TV".**

Na TVI *online* também não foram localizadas indicações nas grelhas de programação sobre os equivalentes alternativos à disposição dos espectadores de televisão. Na TVI, também a LGP faz parte do vídeo principal.

Em síntese:

- A RTP é o único operador que usa o símbolo de acessibilidade no seu sítio e é o único que tem uma página a descrever as funcionalidades de acessibilidade disponíveis na *Web* e na emissão televisiva.
- Nenhum dos operadores disponibiliza programas *online* com legendagem. A RTP, porque faz legendagem automática dos telejornais, poderia aproveitar para a afinar e ao disponibilizar os jornais *online* fazê-los acompanhar de legendagem – mesmo com a diferença temporal que isto poderia acarretar, quando estivessem disponíveis, seriam úteis, inclusivamente para efeitos de pesquisa *online* do arquivo.
- A LGP é o único equivalente alternativo que marca presença *online*. Contudo tem a desvantagem de ser uma cópia do vídeo que passa em televisão. Deveriam de “descolar” o *frame* de LGP e dar-lhe, no mínimo, metade do ecrã.

## **Recomendações técnicas**

### Vídeos

Os 3 canais de televisão observados usam a tecnologia *Flash* para disponibilizarem os vídeos. A interface de controlo do vídeo está igualmente feita em *Flash* o que inviabiliza o seu controlo com teclado. Aconselha-se a exploração de *players* que sejam

controláveis com rato e com teclado. Veja-se Interfaces vídeo com controlo via *javascript*<sup>7</sup>, ou então explore-se as interfaces vídeo para *HTML5*<sup>8</sup>.

Legendagem, áudio-descrição e Língua Gestual Portuguesa (LGP)

Foram localizadas algumas práticas de aplicação de LGP nos 3 canais. No entanto, qualquer um deles limita-se a ter *online* uma cópia da sua emissão televisiva. Aconselha-se a separar o vídeo que contém a LGP do vídeo principal e a servi-lo na Internet pelo menos em meio ecrã.

No campo da legendagem apenas foi localizada a iniciativa da RTP, a qual disponibiliza *online* as transcrições automáticas dos noticiários e inclusivamente a sua sincronização com respectivos vídeos. Para além disso está em curso um sofisticado motor de busca para pesquisas de informação nas peças de vídeo. Trata-se de um projecto conjunto entre RTP, Priberam e INESC-ID Lisboa<sup>9</sup>. Os testes mostraram que ainda há várias pontas a limar neste projecto, mas a linha de investigação e a sua utilidade são reconhecidas.

Ainda no campo da legendagem para *Web*, o futuro passa pelo *HTML5* e pelo novo formato de legendagem *WebVTT* (*Web Video Text Tracks*)<sup>10</sup> do *W3C*, que aconselhamos a explorar desde já.

---

<sup>7</sup> Uma interface de um *player* de vídeo controlado com teclado:

[http://www.povidi.com/YourTube/vid.py?id=g8bbkT5H\\_DY](http://www.povidi.com/YourTube/vid.py?id=g8bbkT5H_DY)

<sup>8</sup> “*VoiceOver no Lion: Cegos lêem legendas do documentário Dividocracia directamente do vídeo*”:

<http://universalaccess.blogspot.com/2011/07/voiceover-no-lion-cegos-leem-legendas.html>

<sup>9</sup> Vídeos de informação – legendagem automática:

<http://www.rtp.pt/wportal/acessibilidades/legendagem/index.php>

<sup>10</sup> *HTML5 video accessibility and the WebVTT file format* (vídeo Youtube:

[http://www.youtube.com/watch?v=RoYvr-KXvLs&feature=player\\_embedded](http://www.youtube.com/watch?v=RoYvr-KXvLs&feature=player_embedded)); Grupo

de Trabalho do *WebVTT* (<http://www.w3.org/2011/05/google-webvtt-charter.html>);

livro de Silvia Pfeiffer (<http://twitter.com/#!/silviapfeiffer>) com o título "*The definitive guide of HTML5 video*" (<http://ow.ly/4A4ED>).

## Imagens

TVI e RTP representam, na generalidade, boas práticas a seguir, ao adoptarem os títulos dos artigos e das peças para legendar as imagens que lhes dão suporte. Contudo, há alguns ajustamentos a fazer, para os quais se aconselha a leitura do tutorial “Como legendar imagens de uma página Web?” disponível em ([http://www.acesso.unic.pt/tutor/imagens\\_1/index.htm](http://www.acesso.unic.pt/tutor/imagens_1/index.htm)).

## Informação de terceiros directamente injectada no sítio

A técnica de incorporar “janelas” de informação produzida por terceiros numa página web é hoje uma prática comum. Em termos de acessibilidade, esta prática levanta a questão do cumprimento das regras de acessibilidade por quem é responsável pela produção dessa fonte de informação. Caso existam erros na fonte de informação, isto provoca erros no sítio que a vai usar. Ou seja, a nossa política de conformidade de conteúdos tem de ser também alargada aos nossos fornecedores de informação. No sítio da RTP, isso mesmo é uma evidência – se na generalidade do sítio, todas as imagens estão legendadas, só o boletim da meteorologia (de fonte externa) introduz no sítio várias imagens sem legenda.

## Estrutura - Menus principais

Há uma tendência para a disponibilização de menus tipo painel, extremamente pesados, que obrigam, na impossibilidade de os simplificar, pelo menos de os estruturar correctamente de forma a possibilitar ao utilizador efectuar saltos na informação existente. Aconselha-se, nomeadamente, a implementar o *link* “saltar para o corpo principal da página”, o qual permite efectuar um salto por cima do menu.

## Estrutura – Consistência

Nos sítios dos diversos canais de televisão revelou-se a existência de várias camadas de desenvolvimento o que provoca inconsistência de informação de página para página e mesmo perda de informação: *links* não encontrados, vídeos que não funcionam. É importante uma estrutura consistente ao longo de todo o sítio *Web*.

## Pesquisa – Motor de busca

Os motores de busca televisivos revelaram-se muito fracos. É importante investir em potentes motores de busca que consigam, não apenas consultas eficazes em texto, mas também em vídeo, posicionando o utilizador nos segmentos de vídeo referenciados.

## Capítulo 2: Imprensa radiofónica portuguesa *online*

No presente capítulo para além de uma análise geral à acessibilidade *Web* dos 3 OCS seleccionados, feitos à luz do índice *web@X*, vamos, no essencial, atentar à forma como as peças de áudio são disponibilizadas *online*, nomeadamente a emissão em directo *online*, prática hoje já bastante comum. Procurámos também pela presença de língua gestual, de legendagem das peças e de transcrições textuais que sirvam de equivalentes alternativos às peças de áudio, importante para que pessoas surdas possam usufruir da informação difundida na rádio, mas também útil para efectuar pesquisas de informação em peças de áudio a partir dos motores de busca.

### Órgãos de comunicação social observados

No presente capítulo dedicado à imprensa radiofónica observámos a presença *Web* da estação pública Antena 1 (<http://www0.rtp.pt/antena1/>) e das privadas Rádio Renascença (<http://www.rr.pt/>) e TSF (<http://www.tsf.pt/paginainicial/>).

### O estado da acessibilidade dos conteúdos *Web* à luz das WCAG

**Tabela 2: Imprensa radiofónica – uma visão comparada da acessibilidade *Web***  
(as WCAG do W3C – análise à 1ª página)

OCS	Índice <i>webax</i> <sup>(1)</sup>	Nº de erros WCAG por prioridade <sup>(2)</sup>		
		P1	P2	P3
RR	5.0	4	9	3
Antena 1	4.0	5	11	3
TSF	3.9	5	13	1

(1) índice *web at eXaminator* (*web@X*), uma escala de 1 a 10 em que 10 indicia uma página *web* que segue boas práticas. Este índice é produzido pelo validador *eXaminator*;

(2) de acordo com a bateria de testes do validador automático *eXaminator*.

**Fonte: UMIC, IP. Agosto 2011.**

O índice *web@x* indica-nos que, em termos globais, o estado da acessibilidade *Web* da rádio (média = 4.3) é pior que o verificado para a televisão (média = 5.7). Um dos erros

que chama a atenção, classificado ao nível das barreiras (prioridade 1) é a falta de legendas nas imagens. Em televisão apenas a SIC apresentava imagens por legendar (cerca de 30%). Na rádio, a Rádio Renascença, que lidera o top das “boas práticas” em acessibilidade, tem 47% das suas imagens sem legendas. Mas é preciso notar que no caso da SIC estamos a falar de 6 imagens sem legenda e na Rádio Renascença estamos a falar de 113. Dos 5 testes efectuados pelo *eXaminator* à prioridade 1, a RR apenas passou um: o botão gráfico presente no formulário está legendado. A Antena 1, integrado no mesmo sítio da RTP, nem este teste passou. Mesmo nas imagens, tem cerca de 20% sem legenda. Curiosamente, a TSF que chumba igualmente nos 5 testes à prioridade 1 do *eXaminator*, apresenta “apenas” 5% das imagens por legendar (5/105), mas é campeão no uso de *javascript* quer em termos de funções (ver menus principais do capítulo 1) quer em termos de activação de links – há 45 links cuja activação dependem da existência de *javascript*.

Um aspecto positivo no sítio da Rádio Renascença é o facto de não usar tabelas *layout* para posicionar os elementos na página e separar estrutura e estilo. O mesmo sucede com o sítio da Antena 1. Isto permite aos utilizadores de tecnologias de apoio usarem o seu próprio estilo. Mas se a inexistência de tabelas *layout* era um indício bom para a presença de uma estrutura bem marcada, o teste do *eXaminator* aos cabeçalhos deixa-nos completamente desarmados: não existem cabeçalhos marcados no sítio da Rádio Renascença. Na Antena 1 a marcação de cabeçalhos também não é o seu forte: existem 23 cabeçalhos <h1> numa só página do sítio. As regras aconselham 1 (um) por página. Isto é muito mau sinal e altamente prejudicial à navegação nas páginas por quem usa tecnologias de apoio (ver figura abaixo).



```

</a>
```

notas: Este código tem um conjunto de erros: (1) o primeiro e mais grave é o facto de a legenda da imagem onde se lê “Em directo” – lettering gráfico – estar em branco (alt=””). Nem sequer o nome do ficheiro **.gif** lhes servirá de ajuda. Este *link* fica assim invisível a quem usa tecnologias de apoio, como é o caso das pessoas cegas que usam leitores de ecrã. Elas não vão encontrar o *link* que lhes permite activar a emissão *online* em directo; (2) por outro lado, o *link* faz abrir uma nova janela (target=”\_blank”) e os utilizadores não são avisados disso; (3) o atributo title=”” na imagem não está lá a fazer nada; (4) o atributo border=”0” é, há muitos anos, considerado obsoleto pelo W3C.

**Fig. 18: Imagem *link* sem legenda. Uma das violações mais graves e catastróficas em acessibilidade.**

O sítio da Renascença também não tem o idioma principal marcado. Nenhuma tecnologia, nomeadamente tecnologia de apoio, sabe em que idioma as páginas estão escritas.



**Fig. 19: barreiras graves: (a) imagens menu sem legendas; (b) *lettering* gráfico "Siga-nos no *FaceBook*" sem legenda; (c) legendas erradas - "Podcast" está legendado por RSS. Excerto da *Homepage* da Rádio Renascença.**

Nenhum dos 3 sítios analisados está isento de erros de *HTML* e de *CSS*, linguagens de marcação respectivamente para o conteúdo e para o estilo do *W3C*. No caso da TSF é mesmo declarada uma linguagem de marcação já muito antiga: *HTML 3.2*.

### **Boas práticas em matéria de equivalentes alternativos**

#### Emissão de rádio para surdos

A iniciativa foi da UMIC – Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP que a 7 de Abril de 2005, na abertura da 1ª Feira das Capacidades, levou a efeito a 1ª emissão de rádio em Língua Gestual Portuguesa. A iniciativa contou com a emissão da TSF (das 8h às 22h), a difusão *Web* esteve a cargo da FCCN – Fundação para a Computação Científica Nacional, a responsabilidade técnica foi do INOV – INESC do Instituto Superior Técnico e o *design online* da emissão esteve a cargo da Groove Media. Para a interpretação LGP a equipa contou com um considerável número de intérpretes da Associação de Intérpretes em Língua Gestual Portuguesa.



**Fig. 20: Receptor de rádio em LGP via Internet. Transmissão TSF, 7 Abril de 2005. A imagem é do Magazine CONSIGO da RTP 2.**

O conceito ficou aprovado pela Federação Portuguesa das Associações de Surdos que, na altura reclamaram a continuidade das emissões radiofónicas em LGP para os noticiários e programas de debate e entrevista. Hoje, 6 anos passados, a *Web* reúne condições de difusão bastante mais adequadas à exigente transmissão de LGP.

Tirando esta experiência não foi localizado *online*, com carácter regular, nenhum programa de rádio que use Língua Gestual.

## Legendagem

Nesta área também não foram localizadas nos 3 OCS experiências com este tipo de alternativa equivalente às peças de áudio.

### Transcrição textual das peças de áudio

A única iniciativa encontrada, com carácter regular, infelizmente descontinuada com o actual provedor – Mário Figueiredo, foi o programa do Provedor do Ouvinte, designado por “Em nome do ouvinte” que fazia questão de disponibilizar a transcrição integral dos seus programas em texto. Os guiões da 1ª e da 2ª séries, respectivamente dos provedores José Nuno Martins e Adelino Gomes, ainda podem ser consultados no sítio da RTP em ([http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/provedor\\_ouvinte/guioes2.php](http://ww1.rtp.pt/wportal/grupo/provedor_ouvinte/guioes2.php)).

## Recomendações técnicas

### Peças áudio – LGP e transcrição textual das peças

Enriquecer os “transistores” *online* com a introdução de LGP seria dotar o som de um excelente equivalente alternativo para a comunidade surda. Útil para noticiários e programas de entrevista. Essa transmissão poderia ser feita a partir de uma mesma fonte emissora – ou seja som e imagem serem emitidas a partir de uma mesma fonte e não alvo de sincronização *à posteriori*. Esta última técnica, a da sincronização em directo do som e da LGP talvez ainda não possa ser efectivada, de forma eficaz, via Internet. Em vez de LGP, a legendagem em directo poderá igualmente ser uma alternativa.

À semelhança dos vídeos, também para as peças em áudio devem ser disponibilizadas as respectivas transcrições em texto. Útil para pessoas surdas mas também para qualquer pessoa efectuar a pesquisa das peças em arquivo. Esta é uma prática que o programa “Em nome do ouvinte”, da Antena 1, manteve durante o mandato dos dois primeiros provedores.

### Estrutura – separação de estilo e conteúdo

Para que um sítio cumpra as directrizes de acessibilidade é fundamental que separe o estilo do conteúdo. O estilo (cores, tamanhos de letra, tipos de letra, espaçamento entre

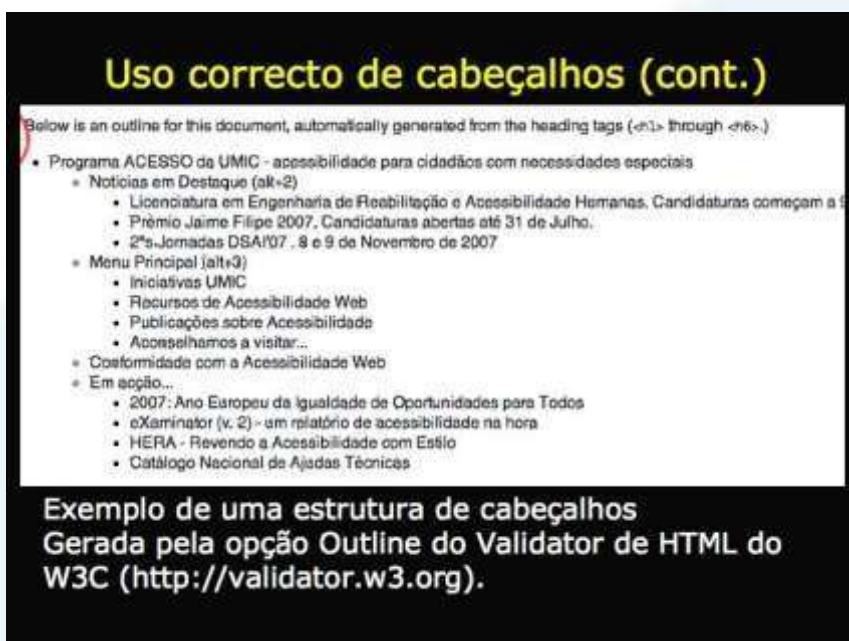
elementos) deve estar em folhas de estilo (*CSS – Cascading Style Sheet*). O conteúdo deve ser marcado em *HTML*, limpo de elementos e atributos obsoletos. O sítio da Rádio Renascença é disso exemplo.

Estrutura – não utilização de *tabelas layout*

O elemento `<table>` foi criado por *Tim Berners-Lee* para marcar, em *HTML*, tabelas de dados. No entanto, desde muito cedo que os *designers Web* encontraram nele tudo o que precisavam para posicionar os elementos (conteúdos) de uma página. Apesar do *W3C* ter lançado o *CSS* em meados da década de 90 do século passado, tornando as técnicas do uso de tabelas *layout* desnecessárias, é certo que hoje ainda há muitos profissionais *web* a usarem este elemento para efeitos de *layout*. Essa prática deve ser abandonada, a favor do posicionamento de elementos via *CSS*. Rádio Renascença e Antena 1 são exemplos desta boa prática.

Estrutura – Cabeçalhos

Em nenhum dos OCS radiofónicos se localizou uma estrutura de marcação de cabeçalhos coerente. Em sítios *Web* de grande complexidade é fundamental para quem usa tecnologias de apoio a correcta marcação dos elementos, nomeadamente dos cabeçalhos. No sítio da Rádio Renascença não existia um único cabeçalho. Na Antena 1 foram localizados 23 de nível 1. As regras aconselham a existência de um cabeçalho por página. A estrutura de cabeçalhos de uma página deve permitir uma espécie de um índice de secções e subsecções existentes na página (ver figura abaixo).



**Fig. 21: Estrutura de cabeçalhos. Um índice que facilita a navegação a quem usa tecnologias de apoio. Diapositivo retirado da apresentação de Jorge Fernandes aos pivots do projecto e-U ([http://www.acesso.unic.pt/e\\_u/metodologia\\_Web.ppt](http://www.acesso.unic.pt/e_u/metodologia_Web.ppt))**

Para mais informações aconselhamos a leitura do tutorial “Criar Uma Estrutura Semântica” ([http://www.acesso.unic.pt/tutor/semantic\\_1/index.htm](http://www.acesso.unic.pt/tutor/semantic_1/index.htm)).

### *Standards W3C*

É importante que as páginas não tenham erros de *(x)HTML* e de *CSS*. Nenhum dos 11 sítios observados passa esta regra. Convém também utilizar as linguagens de marcação mais recentes do *W3C* – recomendações finais e não as que estão em fase de desenvolvimento.

### **Capítulo 3: Imprensa escrita portuguesa *online***

Neste capítulo concentramo-nos, no essencial, na análise aos elementos **texto** e **imagem**. No texto procuramos elementos estruturais como cabeçalhos, parágrafos, listas, marcação de mudanças de idioma ao longo da página. Nas imagens procuramos, à semelhança do que fizemos nos capítulos anteriores, pelas legendas.

Neste capítulo e atendendo à crescente utilização dos *smartphones* e dos *tablets* para acesso a conteúdos da imprensa, nomeadamente da imprensa escrita, fez-se uma análise às aplicações existentes para *iPhone* e *iPad* para acesso à imprensa escrita portuguesa. De notar que estes dois dispositivos têm, de origem, leitor de ecrã, sintetizador de fala em português de alta qualidade, suporte para dispositivos braille, ampliação de caracteres e alto contraste. Tudo isto faz destes equipamentos verdadeiras ajudas técnicas, principalmente para pessoas com deficiência da visão. A pergunta é: até que ponto os conteúdos são desenhados de forma a não barrarem o acesso a estas tecnologias de apoio? Deixamos neste capítulo o resultado das nossas investigações.

### **Órgãos de comunicação social observados**

Para a presente análise foram analisados os sítios *Web* de três jornais diários e dois semanários. Na escolha dos periódicos houve o cuidado de seleccionar um de cada grupo económico. Desta forma a análise recaiu sobre:

- o Jornal de Notícias do grupo ControlInveste;
- o Público do grupo SONAE;
- o Semanário Expresso do grupo Impresa;
- o Semanário Sol do grupo BCP Capital entre outros e
- o Correio da Manhã do grupo COFINA.

## O estado da acessibilidade dos conteúdos *Web* à luz das WCAG

**Tabela 3: Imprensa escrita online – uma visão comparada da acessibilidade *Web* (as WCAG do W3C – análise à 1ª página)**

OCS	Índice <i>web@x</i> <sup>(1)</sup>	Nº de erros WCAG por prioridade <sup>(2)</sup>		
		P1	P2	P3
<b>Expresso</b>	5.1	3	11	1
<b>Público</b>	4.6	3	11	3
<b>JN</b>	3.7	4	13	1
<b>Sol</b>	3.6	5	14	3
<b>CM</b>	3.0	6	13	4

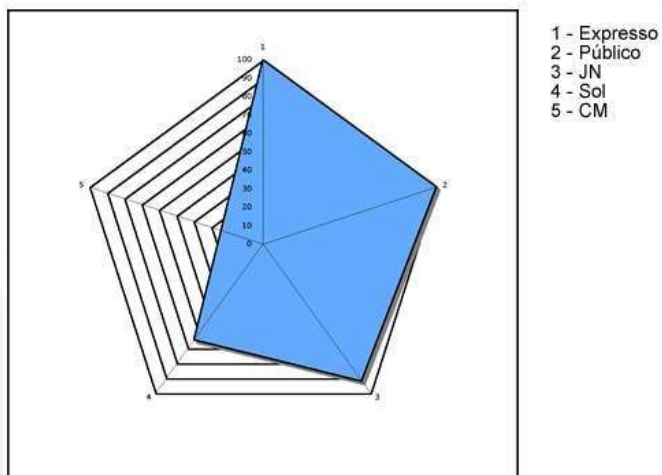
(1) índice *web at eXaminator (web@X)*, uma escala de 1 a 10 em que 10 indicia uma página *web* que segue boas práticas. Este índice é produzido pelo validador *eXaminator*;

(2) de acordo com a bateria de testes do validador automático *eXaminator*.

**Fonte: UMIC, IP. Agosto 2011.**

A análise ao índice *web@X* deixa antever que a imprensa escrita *online* é a que apresenta os piores resultados (média = 4.0) e é aquela em que os extremos estão mais afastados. O líder das “boas práticas” Expresso está afastado 2 pontos do pior da lista, o Correio da Manhã.

Uma análise por elementos revela, de facto, situações bastante dispares. Escolhendo, mais uma vez, as imagens (ver figura seguinte) verifica-se que o Expresso e o Público têm todas as imagens legendadas. O semanário SOL é o que mais viola esta regra sendo que apenas foram localizadas legendas em 24% do total das imagens. O Correio da Manhã e o Jornal de Notícias têm, respectivamente, legendas em 64% e 92% das imagens. A UMIC dispõe de dados destes 5 sítios datados a Maio de 2011 e Julho de 2011 e constata-se que a situação nestes 3 últimos sítios se tem vindo a degradar.



**Fig. 22: % de imagens com legendas nos 5 OCS observados. Expresso e Público têm a totalidade das imagens legendadas; JN (92%); CM (64%) e Sol (24%).**

Em termos estruturais, o uso de tabelas *layout* não deixa antever nada de bom. As directrizes de acessibilidade aconselham a que se utilize o posicionamento dos elementos numa página com técnicas de CSS em detrimento do uso de tabelas *layout*. Em média, os 5 OCS usam **30 tabelas *layout* por página**. Só o Correio da Manhã tem **105 tabelas *layout*** numa só página!! O único a não usar tabelas *layout* é o Público.

Em matéria de marcação de cabeçalhos nenhum dos 5 jornais o usa de forma correcta. Um cabeçalho de ordem 1 e depois o uso hierarquizado de cabeçalhos de ordem 2 para marcar secções, ordem 3 para marcar subsecções (ver Fig. 21 na página XXIV). O Público e o Sol usam um `<h1>` mas a ordem dos restantes está incorrecta. No Expresso e no Correio da Manhã não existe um `<h1>` marcado. No Jornal de Notícias há mais do que um `<h1>` e a ordem dos mesmos está trocada.

No que diz respeito à marcação de listas, que indiciam listas de opções como é o caso dos menus, verifica-se que o Público tem 61% dos seus *links* marcados como listas. O Correio da Manhã também aparece com um valor interessante: 43%. Já o Sol e o Jornal de Notícias têm uma fraca marcação de listas, o que pode inferir que a informação se encontra “amontoada” quando linearizada.



**Fig. 23: Homepage do JN linearizada. Não se vêem menus marcados como listas. Há grandes espaços em branco entre os conteúdos.**

O problema de *links* em branco ou de *links* não compreensíveis fora do contexto proliferam nas edições dos jornais *online*. O semanário Expresso apresenta 15 *links* completamente em branco (“ “). O Público tem 9. O JN tem 7. O Sol tem 2. O Correio da Manhã tem 35 links brancos. Aponta-se aqui explicitamente este erro porque, por um lado ele revela completa falta de atenção na produção dos conteúdos e, por outro, porque deixar tal quantidade de links gráficos sem legenda é uma enorme barreira a quem usa tecnologias de apoio, nomeadamente leitores de ecrã.

Quanto à marcação do idioma principal das páginas apenas o Jornal de Notícias e o Expresso contêm uma marcação explícita do idioma português. Já no que diz respeito ao uso de elementos em língua estrangeira, geralmente na imprensa com o estilo itálico, verifica-se que nenhum dos periódicos faz uso da marcação do seu idioma. De notar que a marcação das mudanças de idioma ao longo dos textos é uma regra de prioridade 1.

Diretora-geral do FMI, *Christine Lagarde*, alertou hoje para o risco de desaceleração numa entrevista à revista alemã "*Der Spiegel*" e deixou recomendações.

**Fig. 24: Excerto do JN de 4 de Setembro de 2011. O idioma estrangeiro encontra-se em itálico.**

Deve ser marcado desta forma:

<p>Diretora-geral do FMI, <span lang="fr">Christine Lagarde</span>, alertou hoje para o risco de desaceleração numa entrevista à revista alemã "<span lang="de">Der Spiegel</span>" e deixou recomendações.</p>

**Fig. 25: Marcação em *HTML* do excerto de texto da Fig. 24.**

Constatou-se igualmente que os 5 OCS da imprensa escrita *online* não respeitam a gramática de marcação de *HTML* e *CSS* do *W3C*. Nenhum deles segue os padrões do Consórcio criador da *Web*.

### Interfaces para *ePaper*



**Fig. 26: Edição *ePaper* do Expresso. Edição de 16 de Abril de 2011.**

No caso da interface da aplicação *ePaper* que permite a visualização dos conteúdos integrais dos periódicos foi analisada a forma de navegação com o rato e com o teclado. Verificou-se também a possibilidade de aceder ao texto dos artigos fazendo uso de um leitor de ecrã (através de síntese de fala e/ou linha braille).

O uso do *ePaper* implica vencer dois tipos de problemas: (1) a navegação pelo periódico e (2) a leitura dos artigos com leitor de ecrã. O primeiro revelou-se um obstáculo e só foi possível vencê-lo usando um truque: subscrever o *RSS* das edições. Isto permite reunir numa só página *Web* todos os títulos dos artigos e respectivos *links*. Desta forma a navegação torna-se trivial: navega-se por uma simples página *Web*. Podemos inclusivamente receber esta lista de artigos da edição *online* na nossa caixa de correio. Depois do utilizador efectuar a ligação ao artigo por esta via, é ainda necessário vencer um obstáculo adicional: posicionar o leitor de ecrã no início do artigo. Mas é

possível (ver *online* um exemplo em vídeo do processo)<sup>11</sup>. Por exemplo, dos 3 periódicos que usam o *ePaper* – Expresso, Público e Jornal de Notícias – este último não tem a funcionalidade *RSS* activa. **Só por esse facto a sua edição fica inacessível a pessoas cegas.**

O *ePaper* tem incorporado um sintetizador de fala mas é muito fraquinho – português do Brasil e completamente desactualizado. O *ePaper* dispõe também de funções de ampliação que testadas por pessoas com baixa visão se revelaram úteis.

**Tabela 4: síntese dos resultados de acessibilidade do leitor *ePaper* via computador**

Periódico	Exportar	Navegação via RSS	Acesso ao Artigo		Acessibilidade
			Texto	Funcionalidades	
<b>Sol</b>	Não tem				
<b>Expresso</b>	RSS <sup>1</sup> , Rádio <sup>2</sup> , Ler <i>offline</i> <sup>3</sup> , <i>eReader</i> <sup>4</sup>	sim	sim	<b>zoom</b> , marcar, partilhar, imprimir, <b>ouvir</b> , traduzir	<b>sim</b>
<b>Público</b>	RSS, Rádio, Ler <i>offline</i> , <i>eReader</i> , <i>Mobile5</i>	sim	sim	<b>zoom</b> , marcar, partilhar, imprimir, <b>ouvir</b> , traduzir	<b>sim</b>
<b>Jornal Notícias</b>	Ler <i>offline</i> , <i>eReader</i> , <i>Mobile</i>	não	sim	<b>zoom</b> , marcar, partilhar, imprimir, traduzir	não
<b>Correio da Manhã</b>	Não tem				

<sup>1</sup> RSS, permite a subscrição dos títulos via *browser* ou email. Esta funcionalidade permite que as pessoas com deficiência encontrem neste processo um sistema de navegação alternativo ao existente no leitor *ePaper* da publicação que é inacessível a

<sup>11</sup> **Hoje a edição integral do Expresso está em braille. Será?**

(<http://universalaccess.blogspot.com/2011/04/hoje-edicao-integral-do-expresso-esta.html>)

quem usa teclado. Ficam assim eliminadas pessoas cegas mas também pessoas que usam sistemas de varrimento para selecção dos artigos.

<sup>2</sup> Rádio: trata-se de um sistema de leitura dos artigos através de sintetizador de fala. O sintetizador é de fraca qualidade o que inviabiliza a sua utilização por pessoas pouco habituadas a estes sistemas como é o caso das pessoas idosas. Para o caso de pessoas cegas também é inútil uma vez que este sistema, por si só, não permite a navegação no jornal e muito menos no computador. As pessoas cegas dispõem de sintetizadores de fala bem melhores do que aquele que se encontra nesta aplicação.

<sup>3</sup> ler *offline*: requer a instalação do software *PressReader*.

<sup>4</sup> *eReaders* disponíveis: Coo-ER, Kindle, Kindle-DX, Sony, iRex, Libre, eDGe, Nook e NUUT. O eReader iPad que usámos nos testes não é suportável neste processo.

<sup>5</sup> *Mobile*: visível via telemóvel no endereço <http://cimjn.newspaperdirect.com> (JN);  
<http://impresa.newspaperdirect.com> (Expresso) – neste caso o Expresso não disponibiliza este botão mas o endereço funciona na mesma;  
<http://publico.newspaperdirect.com> (Público).

Este mesmo formato é usado pelo grupo ControlInveste para além do JN aqui analisado no estudo para as seguintes publicações:

- Jornal DN (<http://cimdn.newspaperdirect.com/epaper/viewer.aspx>),
- Jornal JN (<http://cimjn.newspaperdirect.com/epaper/viewer.aspx>).
- Jornal "O Jogo" (<http://cimojogo.newspaperdirect.com/epaper/viewer.aspx>).
- Revista Evasões (<http://cimevasoes.newspaperdirect.com/epaper/viewer.aspx>).
- Revista Volta ao Mundo (<http://cimvm.newspaperdirect.com/epaper/viewer.aspx>).

O Jornal Público, da SONAE, pode ser encontrado em:  
(<http://publico.newspaperdirect.com/epaper/viewer.aspx>)

O Semanário Expresso, do grupo IMPRESA encontra-se em:  
(<http://impresa.newspaperdirect.com/epaper/viewer.aspx>)

### **Edição em *FlashPaper***

O Semanário Sol disponibiliza *online* a sua cópia da edição em papel em *FlashPaper*. A edição em papel sai à 6<sup>af</sup> e a versão *online* completa da mesma é disponibilizada na 3<sup>af</sup> seguinte. Não foi localizada qualquer forma de subscrição do jornal. A edição *FlashPaper* revelou-se uma autêntica caixa negra para os leitores de ecrã utilizados (*VoiceOver* e *JAWS*).

### **Edição em JPEG**

O Expresso dispõe ainda de uma versão a que designa de “Edição Digital” para computador que dispõe de um programa para leitura *online*. Dos testes efectuados verifica-se que aquilo que é oferecido não é compatível com leitores de ecrã. Parecem ser meras fotocópias digitais da versão em papel. Mesmo para pessoas com baixa visão a edição revelou-se de difícil utilização. Da pesquisa que efectuámos parece haver intenção do Expresso em abandonar a edição *ePaper* a favor desta “edição digital”. Se assim for, não nos parece um bom movimento estratégico.

### **Edição em PDF**

A versão *PDF* da edição integral do Público não foi possível testar. O utilizador e a palavra-chave que usámos para entrar na versão *ePaper* e na versão *Magoo*, não funcionou na versão *PDF*. Contudo, ao tentarmos assinar esta edição, fomos remetidos para a mesma página que usámos para assinar a versão digital. Ficámos sem perceber se o *PDF* faz ou não parte da Assinatura Digital do Público.

## Edição para pessoas cegas



**Fig. 27: Edição *Magoo* (destinado a pessoas com deficiência da visão) do Público (<http://jornal.publico.pt/magoo/>). Visualização no navegador OPERA a 400% de ampliação. Edição de 8 de Setembro de 2011**

O Jornal Público é o único a disponibilizar uma versão para pessoas cegas. Trata-se da edição *Magoo* que disponibiliza uma versão diária do Público em texto. Os testes revelaram que esta edição é bastante acessível a quem usa leitores de ecrã, quer através de sintetizador de fala quer através de linha braille. A edição também se revelou útil para pessoas com baixa visão uma vez que ao ampliar o texto, este se arruma horizontalmente à área de ecrã disponível. São vários os *browsers* disponíveis que incorporam, de origem, a funcionalidade de ampliação que permite este ajustamento de forma imediata e eficaz. Por sinal esta edição revelou-se também boa para quem acede ao jornal via telemóvel.

## Edições para *iPad/iPhone*

**Tabela 5: Aplicações para iPad e iPhone e funcionalidades de acessibilidade disponíveis**

Periódico	Empresa	VoiceOver	Zoom / Alto Contraste	Ampliação (2 dedos)
Expresso (ePaper)	Impresa	Sim	Sim	Sim
JN (ePaper)	ControlInvest	Sim	Sim	Sim
Público (ePaper)	Sonae	Sim	Sim	Sim

Correio da Manhã	Cofina	Não tem versão para iPad		
Expresso (appstore)	Impresa	Não	Sim	Não
Sol (appstore)	BCP Capital	Sim**	Sim	Não
JN ePaper (appstore)	ControlInveste	Sim**	Sim	Não
JN (appstore)	ControlInveste	Sim***	Sim	Sim
Visão (appstore)	Impresa	Não	Sim	Não
Sábado (appstore)	Cofina	Não	Sim	Sim*

**Nota (\*)**: funciona mas com dificuldade.

**Nota (\*\*)**: problemas na linearização, o que dificulta a navegação pelos artigos, mas o *VoiceOver* lê bem.

**Nota (\*\*\*)**: dificuldade de navegação; dificuldade de leitura com *VoiceOver*; possui sintetizador de fala próprio

Do quadro anterior verifica-se que o formato mais acessível ao leitor de ecrã do *iPad* e do *iPhone* ainda é o *ePaper*. Os textos que servem o sintetizador de fala que incorpora o *ePaper* são servidos ao *VoiceOver* do *iPad* / *iPhone* para leitura, e claro está, com uma qualidade de fala incomparavelmente melhor.

Foram ainda analisadas a versão especialmente concebida para o *iPad* do Semanário Expresso e revista Visão do grupo Impresa e a revista Sábado do grupo Cofina.

**Nenhuma destas versões é compatível com o leitor de ecrã *VoiceOver* do *iPad*.**

O grupo ControlInvest aposta forte, para todos os suportes (computador, *smartphone*, *tablets*, *eReaders*), no *ePaper*. Possui ainda aplicações na *appstore* da Apple para *iPad* e *iPhone* para o Jornal de Notícias, o Diário de Notícias e a TSF.

A Cofina dispõe de aplicações na *appstore* para a revista Sábado (versão *iPad*) e Jornal Record (versão *iPhone*).

### ***iPhone* – imprensa Poliedro**

Na categoria das publicações consideradas neste estudo como as mais acessíveis estão as publicações que disponibilizam uma aplicação para *iPhone*. Curiosamente todas as

aplicações são gratuitas e permitem aceder a conteúdos *online* disponibilizados gratuitamente.

Estão nesta categoria, que se consegue aceder através do leitor de ecrã *VoiceOver* em braille e através de sintetizador de fala em Português de alta qualidade, as publicações que constam da tabela seguinte.

**Tabela 6: Media online em Portugal: as Aplicações Mais Acessíveis a Pessoas com Deficiência da Visão (pessoas cegas ou pessoas com baixa visão)**

Periódico	VoiceOver	Zoom	Ampliação de texto incorporado
Diário de Notícias	Sim	Sim	Sim
Jornal de Notícias	Sim	Sim	Sim
Expresso	Sim	Sim	Não
Público	Sim	Sim	Não
revista Visão online	Sim	Sim	Não
revista Caras	Sim	Sim	Não
revista AutoSport	Sim	Sim	Não

Estas aplicações apresentam ainda uma característica interessante e que é a de poderem ser também instaladas em *iPad*, permitindo aos utilizadores com baixa visão usufruírem da simplicidade da interface desenvolvida para *iPhone* mas com letras maiores. Para além disso, ainda podem usar o *Zoom* e também a ampliação de letra incorporada nas próprias aplicações.

A esta descoberta chamámos de “Imprensa Poliedro” em homenagem à revista Poliedro, publicada em braille desde Setembro de 1956. A revista Poliedro reunia, e reúne, mensalmente meia dúzia de artigos da imprensa e fornecia-os em braille a um vasto número de portugueses com deficiência da visão. Era esta a alternativa equivalente à imprensa publicada em papel em 1956 e que ainda hoje perdura. É esta realidade, que insiste em permanecer, que 55 anos depois se pretende alterar com o acesso directo à imprensa escrita. Passar de meia dúzia de artigos mensais para várias dezenas de artigos diários é um salto que tem obrigatoriamente de deixar marcas. Boas marcas!

## Recomendações técnicas

### Menus marcados como listas

Todos os menus devem ser marcados como listas de opções. Para o efeito, o *HTML* dispõe do elemento `<ul>` (listas não ordenadas) e `<ol>` (listas ordenadas). Geralmente nos menus utilizam-se as primeiras. O uso desta técnica é essencial num qualquer tipo de sítio web mas na imprensa, a consulta dos artigos depende muito de um bom, e bem marcado, mecanismo de navegação.

### Idioma principal e marcação de alteração de idioma ao longo da página

É fundamental que todas as páginas tenham o idioma na qual estão escritas devidamente marcado. A marcação de idioma faz-se através dos atributos `lang` e `xml:lang` do elemento `<html>`. Assim, em *HTML* temos:

```
<html lang="pt-PT"> /* marca português de Portugal; se fosse pt-BR estaríamos  
a marcar português do Brasil */
```

e em *XHTML*, temos:

```
<html lang="pt-PT" xml:lang="pt-PT">
```

Já as mudanças de idioma ao longo da página, geralmente até tratadas na imprensa escrita com o estilo itálico, devem ter na *Web* o seguinte tratamento:

- primeiro identificarem o idioma na qual estão escritos;
- o estilo itálico poderá depois marcar esse mesmo elemento.

(ver exemplo na Fig. 24 e Fig. 25 da página XXIX).

### Imagens – *link* (*links* em branco)

Se a regra para as imagens é “todas as imagens têm de ter uma legenda”; esta regra torna-se vital quando a imagem é o único elemento que constitui o *link*. Caso contrário, o utilizador perde por completo o significado e o destino do *link*. Ao longo do presente estudo foram localizadas várias dezenas de *links* em branco, ou seja com `alt=""` (vazio) ou mesmo imagens sem sequer terem o atributo `alt`. Esta prática tem de ser corrigida, com carácter prioritário.

### Formato *ePaper*

Deve ser possível navegar pelo Jornal, usando não apenas o rato mas também o teclado. Atendendo à actual impossibilidade de navegar pelo jornal em formato *ePaper* com o

teclado, deve activar-se a possibilidade de subscrição dos *RSS* da edição. Os testes levados a efeito deram conta que é possível através da subscrição de *RSS*, utilizadores cegos navegarem pelos artigos.

O *ePaper* tem um sintetizador de fala incorporado, todavia revelou-se fraquinho. A voz sintetizada está em português do Brasil e não é uma voz de qualidade. Sendo esta funcionalidade para ser usada por pessoas idosas, sem experiência na audição de vozes sintetizadas e com défices auditivos próprios da idade, e que não dispõem de tecnologias de apoio próprias, era fundamental que a síntese de fala incorporada fosse de qualidade. Note-se que o mercado actual oferece já síntese de fala de melhor qualidade. Por exemplo, o sítio *Web* da RTP oferece síntese de fala de última geração e de qualidade superior à encontrada nas edições *ePaper*.

Não se aconselha a disponibilização das publicações em *FlashPaper*. O semanário Sol usa esse formato para disponibilizar a sua edição digital *online* e ela constitui uma autêntica caixa negra para quem usa tecnologias de apoio e mesmo para quem tem necessidade de manusear a edição apenas com o teclado.

A disponibilização dos periódicos em JPEG também não é uma boa opção em matéria de acessibilidade. A versão em JPEG é igualmente não indexável e por isso difícil ou mesmo impossível de penetrar por motores de busca.

É fundamental que a imprensa escrita portuguesa, que está a ser veiculada através dos *tablets* e dos *smartphones*, seja compatível com as ajudas técnicas que incorporam os dispositivos. É importante saber que estes dispositivos vêm de origem equipados com leitor de ecrã para braille e síntese de fala (caso do *iPad* e do *iPhone*), mas que os mesmos só serão úteis se os conteúdos forem desenhados de forma compatível. A análise à imprensa escrita portuguesa revela que isso não está a acontecer, nomeadamente com os conteúdos pagos.

## **Anexo 1: Índice de tabelas e figuras**

### **Tabelas**

Tabela 1: Imprensa televisiva – uma visão comparada da acessibilidade Web (as WCAG do W3C – análise à 1ª página).....	IV
Tabela 2: Imprensa radiofónica – uma visão comparada da acessibilidade Web (as WCAG do W3C – análise à 1ª página).....	XVII
Tabela 3: Imprensa escrita online – uma visão comparada da acessibilidade Web (as WCAG do W3C – análise à 1ª página).....	XXVI
Tabela 4: síntese dos resultados de acessibilidade do leitor <i>ePaper</i> via computador	XXX
Tabela 5: Aplicações para iPad e iPhone e funcionalidades de acessibilidade disponíveis .....	XXXIII
Tabela 6: Media online em Portugal: as Aplicações Mais Acessíveis a Pessoas com Deficiência da Visão (pessoas cegas ou pessoas com baixa visão).....	XXXV

### **Figuras**

Fig. 1: imagem legendada correctamente por "TVI24" .....	VI
Fig. 2: código HTML que afixa a imagem da Fig. 1 numa página web. O atributo alt contém a legenda .....	VI
Fig. 3: imagem com a legenda "Deviam agradecer ao BIC por pegar no BPN" .....	VI
Fig. 4: código HTML que afixa a imagem da Fig. 3 numa página web. O atributo alt contém a legenda .....	VI
Fig. 5: imagem do logotipo da estação SIC com a inexplicável legenda " <a href="http://sic.sapo.pt/config/config_master/config_master_header/2011/02/01/logo_sic.png/BINARY/original/logo_sic.png">http://sic.sapo.pt/config/config_master/config_master_header/2011/02/01/logo_sic.png/BINARY/original/logo_sic.png</a> " .....	VII
Fig. 6: Código HTML da afixação do logotipo SIC. Os atributos alt e title estão incorrectos. ....	VII
Fig. 7: legenda proposta "SIC [logo]". O atributo title não é necessário.....	VII
Fig. 8: Menu principal da TVI ( <a href="http://www.tvi.pt">www.tvi.pt</a> ). ....	VIII
Fig. 9: menu com subopções tipo painel da RTP ( <a href="http://www.rtp.pt">www.rtp.pt</a> ). ....	VIII
Fig. 10: Elemento responsável pela injeção do tempo e da metereologia no site da TVI .....	X
Fig. 11: Bloco da Metereologia na página de entrada da RTP ( <a href="http://www.rtp.pt">www.rtp.pt</a> ) .....	X

Fig. 12: imagem indicativa de céu pouco nublado. Deve ser legendada por "Céu pouco nublado". Fonte: TVI.....	X
Fig. 13: LGP na SIC <i>online</i> . Programa "Boa Tarde" .....	XI
Fig. 14: símbolos usados pela RTP na grelha de programação. Respectivamente programas com LGP, Áudio-descrição e Legendagem via teletexto. ....	XII
Fig. 15: LGP na RTP <i>online</i> . Programa "Bom dia Portugal" .....	XII
Fig. 16: LGP na TVI <i>online</i> . Programa "Você na TV" .....	XIII
Fig. 17: Um sítio baseado em tabelas <i>layout</i> tem tendência a apresentar-se como um "monte" de texto quando linearizado. Na imagem temos um "menu" de opções. Deveriam estar marcados como listas (<ul>). Retirado da <i>Homepage</i> da TSF.	XIX
Fig. 18: Imagem <i>link</i> sem legenda. Uma das violações mais graves e catastróficas em acessibilidade.....	XX
Fig. 19: barreiras graves: (a) imagens menu sem legendas; (b) <i>lettering</i> gráfico "Siganos no <i>FaceBook</i> " sem legenda; (c) legendas erradas - "Podcast" está legendado por RSS. Excerto da <i>Homepage</i> da Rádio Renascença .....	XX
Fig. 20: Receptor de rádio em LGP via Internet. Transmissão TSF, 7 Abril de 2005. A imagem é do Magazine CONSIGO da RTP 2.....	XXI
Fig. 21: Estrutura de cabeçalhos. Um índice que facilita a navegação a quem usa tecnologias de apoio. Diapositivo retirado da apresentação de Jorge Fernandes aos pivots do projecto e-U ( <a href="http://www.acesso.unic.pt/e_u/metodologia_Web.ppt">http://www.acesso.unic.pt/e_u/metodologia_Web.ppt</a> ) .....	XXIV
Fig. 22: % de imagens com legendas nos 5 OCS observados. Expresso e Público têm a totalidade das imagens legendadas; JN (92%); CM (64%) e Sol (24%). ....	XXVII
Fig. 23: <i>Homepage</i> do JN linearizada. Não se vêem menus marcados como listas. Há grandes espaços em branco entre os conteúdos.....	XXVIII
Fig. 24: Excerto do JN de 4 de Setembro de 2011. O idioma estrangeiro encontra-se em itálico. ....	XXVIII
Fig. 25: Marcação em <i>HTML</i> do excerto de texto da Fig. 24.....	XXIX
Fig. 26: Edição ePaper do Expresso. Edição de 16 de Abril de 2011. ....	XXIX
Fig. 27: Edição <i>Magoo</i> (destinado a pessoas com deficiência da visão) do Público ( <a href="http://jornal.publico.pt/magoo/">http://jornal.publico.pt/magoo/</a> ). Visualização no navegador OPERA a 400% de ampliação. Edição de 8 de Setembro de 2011 .....	XXXIII

## **Anexo 2: Sítios Web analisados**

### **Televisão**

- RTP (<http://www.rtp.pt>) - Rádio e Televisão de Portugal, SA
- SIC (<http://sic.sapo.pt>) - Impresa
- TVI (<http://www.tvi.iol.pt/index.html>) - Media Capital / Prisa

### **Rádio**

- Antena 1 (<http://www0.rtp.pt/antena1/>)
- Rádio Renascença (<http://www.rr.pt/>)
- TSF (<http://www.tsf.pt/paginainicial/>)

### **Imprensa Escrita**

- Expresso – <http://www.expresso.pt> - (Impresa)
- Sol - <http://sol.sapo.pt/inicio/default.aspx> - (BCP Capital entre outros)
- Público – <http://www.publico.pt> - (PÚBLICO Comunicação Social SA, subsidiária da SONAECOM, SGPS)
- Jornal de Notícias – <http://www.jn.pt> - (ControlInvest)
- Correio da Manhã - <http://www.cmjornal.xl.pt/> - (Cofina)

### Anexo 3: Relatórios detalhados do validador *eXaminator* (referências *online* dinâmicas<sup>12</sup>)

1. TVI / Televisão: <http://www.tvi.iol.pt/> - 1 páginas
  - Conformidade: x | Web@x: 6.9
  - Relatório *eXaminator* dinâmico: <http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3633>
2. SIC / Televisão: <http://sic.sapo.pt/> - 1 páginas
  - Conformidade: x | Web@x: 5.5
  - Relatório *eXaminator* dinâmico: <http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3632>
3. Semanário Expresso / Imprensa Escrita <http://www.expresso.pt/> - 1 páginas
  - Conformidade: x | Web@x: 5.1
  - Relatório *eXaminator* dinâmico: <http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3623>
4. Rádio Renascença / Rádio: <http://www.rr.pt/> - 1 páginas
  - Conformidade: x | Web@x: 5.0
  - Relatório *eXaminator* dinâmico: <http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3629>
5. RTP / Televisão: <http://www.rtp.pt/> - 1 páginas
  - Conformidade: x | Web@x: 4.8
  - Relatório *eXaminator* dinâmico: <http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3631>
6. Público / Imprensa Escrita: <http://www.publico.pt/> - 1 páginas
  - Conformidade: x | Web@x: 4.6

---

<sup>12</sup> Análises dinâmicas: os resultados constantes dos relatórios reflectem sempre a última avaliação automática efectuada. Esta avaliação pode ser solicitada por qualquer utilizador do sítio web do Programa ACESSO da UMIC (<http://www.acesso.unic.pt>). O simples pedido de avaliação de uma página deste grupo faz com que o seu resultado seja adicionado aos dados já existentes. **Significa isto que os vários OCS podem consultar regularmente este link para monitorizar a evolução dos seus conteúdos e inclusivamente acrescentar páginas à observação.** Para adicionar uma página à monitorização basta colocar o seu URL no formulário do *eXaminator* que se encontra na página de entrada do sítio do Programa ACESSO da UMIC.

- Relatório *eXaminator* dinâmico:  
<http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3625>
7. Antena 1 / Rádio: <http://www0.rtp.pt/> - 1 páginas
- Conformidade: x | Web@x: 4.0
  - Relatório *eXaminator* dinâmico:  
<http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3628>
8. TSF / Rádio: <http://www.tsf.pt/> - 1 páginas
- Conformidade: x | Web@x: 3.9
  - Relatório *eXaminator* dinâmico:  
<http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3630>
9. Jornal de Notícias / Imprensa Escrita: <http://www.jn.pt/> - 1 páginas
- Conformidade: x | Web@x: 3.7
  - Relatório *eXaminator* dinâmico:  
<http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3626>
10. Semanário Sol / Imprensa Escrita: <http://sol.sapo.pt/> - 1 páginas
- Conformidade: x | Web@x: 3.6
  - Relatório *eXaminator* dinâmico:  
<http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3639>
11. Correio da Manhã / Imprensa Escrita: <http://www.cmjornal.xl.pt/> - 1 páginas
- Conformidade: x | Web@x: 3.0
  - Relatório *eXaminator* dinâmico:  
<http://www.acesso.unic.pt/webax/index.php?ent=3627>

ANEXO V

## FORMAÇÃO OFICIAL NA ÁREA DAS BIBLIOTECAS

<http://bibliotecas.dglab.gov.pt/pt/ServProf/Formacao/Paginas/default.aspx> Acedido em 2019-04-01

Disponibiliza-se uma listagem das instituições com cursos na área das ciências da informação e documentação.

**Doutoramento** | **Mestrado** | **Pós-graduação** | **Licenciatura**

### **DOUTORAMENTO**

#### **Aveiro**

##### **Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais**

Universidade de Aveiro, Departamento de Comunicação e Arte  
(em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

#### **Coimbra**

##### **Doutoramento em Ciência da Informação**

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

#### **Évora**

##### **Doutoramento em Ciências da Informação e da Documentação**

Universidade de Évora

**Porto**

**Doutoramento em Ciências da Informação**

Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais**

Universidade do Porto, Faculdade de Letras  
(em parceria com a Universidade de Aveiro)



**MESTRADO**

**Coimbra**

**Mestrado em Ciência da Informação \*\***

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

**Évora**

**Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação**

Universidade de Évora

**Lisboa**

**Mestrado em Ciências da Documentação e Informação**

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

**Mestrado em Educação e Formação**

Universidade de Lisboa, Instituto de Educação

**Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares**

Universidade Aberta

**Porto**

**Mestrado em Ciência da Informação**

Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia

**Porto**

**Mestrado em Ciência da Educação - Especialização em Animação da Leitura**

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti



**PÓS-GRADUAÇÃO**

**Beja**

**Curso de Formação Especializada em Comunicação Educacional e Gestão da Informação - Bibliotecas Escolares\***

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Beja

**Fafe**

**Curso de Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares**

Instituto de Estudos Superiores de Fafe

**Curso de Especialização em Animação da Leitura de Textos Literários**

**Infantojuvenis**

Instituto de Estudos Superiores de Fafe

**Leiria**

**Pós-graduação de Gestão de Bibliotecas Escolares \***

Instituto Superior de Línguas e Administração

**Lisboa**

**Pós-graduação em Ciências da Informação**

Universidade Aberta

**Pós-graduação em Livro Infantil \*\***

Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas

**Pós-graduação em Gestão e Curadoria da Informação**

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

**Pós-graduação em Animação de Histórias**

Escola Superior de Educação de Lisboa

**Portalegre**

**Pós-graduação em Bibliotecas e Promoção da Leitura**

Escola Superior de Educação de Portalegre

**Porto**

**Pós-graduação em Gestão de Bibliotecas Escolares**

Escola Superior de Contabilidade do Porto

**Pós-graduação em Animação de Bibliotecas**

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

**Pós-graduação em Redes de intervenção em infância: estudos integrados**

Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

**Santarém**

**Pós-graduação de Gestão de Bibliotecas Escolares \***

Instituto Superior de Línguas e Administração

**Pós-graduação em Bibliotecas e Literacias Digitais e da Informação\*\***

Instituto Politécnico de Santarém, Escola Superior de Educação

**Vila Nova de Gaia**

**Pós-graduação de Gestão de Bibliotecas Escolares \***

Instituto Superior de Línguas e Administração



## LICENCIATURA

### **Castelo Branco**

#### **Licenciatura em Educação Básica**

Instituto Politécnico de Castelo Branco

### **Coimbra**

#### **Licenciatura em Ciência da Informação**

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

#### **Licenciatura em Educação Básica**

Escola Superior de Educação de Coimbra

### **Èvora**

#### **Licenciatura em Ciências da Educação**

Universidade de Èvora, Escola de Ciências Sociais

#### **Licenciatura em Educação Básica**

Universidade de Èvora, Escola de Ciências Sociais

### **Faro**

#### **Licenciatura em Ciências da Educação e da Formação**

Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

## **Lisboa**

### **Licenciatura em Educação \***

UAb - Universidade Aberta, Departamento de Educação e Ensino a Distância

### **Licenciatura em Educação e Formação**

Universidade de Lisboa, Instituto de Educação

### **Licenciatura em Educação Básica**

Escola Superior de Educação de Lisboa

### **Licenciatura em Animação Sociocultural**

Escola Superior de Educação de Lisboa

## **Porto**

### **Licenciatura em Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação**

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

### **Licenciatura em Ciência da Informação**

Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Faculdade de Engenharia

## **Vila Real**

### **Licenciatura em Animação Cultural e Comunitária**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

### **Licenciatura em Educação Básica**

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro



## **FORMAÇÃO TÉCNICO SUPEROR PROFISSIONAL**

**Lisboa**

**Curso Técnico Superior Profissional em Multimédia e Recursos Educativos**

**Digitais**

Escola Superior de Educação João de Deus



## **FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

**Barreiro**

**Curso Profissional de Animação Sociocultural**

Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, Delegação de Beja

**Montijo**

**Curso Profissional de Animação Sociocultural**

AEPJS - Agrupamento de Escolas Poeta Joaquim Serra



\* *Em regime de e-learning*

**\*\* *Em regime de b-learning***